

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da
TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 9
04 de abril de 2023
(17,31 h – 00,01 h)

Ordem do dia: — Audição da Eng.ª Christine Ourmières-Widener,
na qualidade de CEO da TAP.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Carlos Pereira (PS)

Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Bernardo Blanco (IL)

Bruno Dias (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

Bruno Aragão (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Sr.^{as} e Srs. Deputados,
temos quórum, pelo que podemos começar.

Eram 17 horas e 31 minutos.

Aposto que teremos um fim de tarde bastante intenso e com muito trabalho, portanto, acho que se começarmos logo com as melhores condições, seguramente que teremos um dia mais produtivo.

Vamos proceder à audição da Sr.^a Eng.^a Christine Ourmières-Widener, CEO (*Chief Executive Officer*) da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), e, se os Srs. Deputados estiverem todos de acordo, iremos suspender agora os nossos trabalhos para receber a Sr.^a Engenheira, que vem acompanhada dos seus advogados.

Pedia que criássemos condições hoje, especialmente. A sala está muito cheia, pedia aos Srs. Deputados, a quem está a assistir, à comunicação social que criassem as melhores condições possíveis, porque, de certeza absoluta, quanto melhores condições criarmos, melhores condições todos teremos de efetuar o nosso trabalho e de levar a bom porto os objetivos da nossa Comissão de Inquérito.

Gostava muito de fazer esta referência, especialmente logo no início desta reunião. Se estivessem todos de acordo, então, faríamos a...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Pereira pede a palavra para...?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sequência da última audição ao CFO (*Chief Financial Officer*) da TAP, entende que, dadas as incongruências, as divergências que, aparentemente, foram públicas, e que foram manifestadas até por vários partidos, quer apelar ao Sr. Presidente para uma avaliação da situação, com uma análise das atas — no sentido de avaliar, enfim, a veracidade das declarações e se houve ou não contradições —, e também solicitar esclarecimentos ao senhor CFO sobre se, enfim, tem alguma razão para as declarações que fez.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe que o projeto de ata, para o qual pedi a maior celeridade, estará pronto na próxima terça-feira e, portanto, será distribuído aos Srs. Deputados precisamente nessa reunião, aliás, como outras atas que estão ainda pendentes para entrega, para que a Comissão as possa analisar dentro desse quadro ou de outro quadro que os Srs. Deputados entendam.

Se estiverem todos de acordo, suspendíamos, então, os nossos trabalhos e iríamos receber a Sr.^a Engenheira.

Vamos, então, interromper os trabalhos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Para retomar os trabalhos da nossa Comissão, queria dar as boas-vindas à Sr.^a Eng.^a Christine Ourmières-Widener, na qualidade de CEO da TAP, e aos senhores advogados que a acompanham.

A Sr.^a Engenheira irá realizar uma apresentação inicial com um *PowerPoint*. Penso que estamos em condições de a realizar. Passado esse momento, faremos a ronda habitual pelos grupos parlamentares, começando pelo Grupo Parlamentar do Chega — aliás, como está acordado.

Mais uma vez, dando as boas-vindas à Sr.^a Engenheira, dou-lhe também a palavra.

Antes disso, queria transmitir que para a tradução simultânea há dois canais, o canal 1 em português e o canal 2 em inglês. Penso que, de qualquer forma, a apresentação inicial será feita em português, o que agradeço.

Faça favor, Sr.^a Engenheira, tem a palavra.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener** (CEO da TAP)¹: — Muito obrigada, Sr. Presidente e muito obrigada por me ter dado hoje a oportunidade de apenas lhe fazer uma apresentação dos factos e terei todo o prazer em, naturalmente, responder às suas perguntas, após esta apresentação.

Como introdução, fui recrutada em junho de 2021, como CEO da TAP com um contrato, com um caça-talentos, e fui recrutada com uma missão. A missão era primeiro garantir que tínhamos a aprovação do plano de reestruturação e depois o plano foi aprovado, foi muito trabalho, muito trabalho de todos os funcionários da organização e também de todos os funcionários e da equipa de gestão.

E os resultados são os resultados que viram, que foram publicados a 21 de março, resultados excepcionais. E ainda hoje, notícias ainda melhores

¹ [Apresentação de *PowerPoint*](#)

com a melhoria da classificação da Moody's de B3 para B2 - esta é a segunda atualização em dois anos. Assim, só para provar que o mercado compreende a melhoria de um resultado e é feito por uma organização internacional.

Portanto, apenas como primeira dimensão e apenas para explicar como articulei o meu trabalho com o governo. Esta articulação de trabalho foi feita principalmente através das minhas tutelas, portanto MIH, e com dois atores principais: Hugo Mendes e Pedro Nuno Santos. Há muitos exemplos que explicam como funcionava, não só a forma como o meu contrato foi concebido e depois finalizado antes da minha entrada na organização, mas também recentemente com uma nova organização MIH, a recomendação, as questões de comunicação de resultados coordenadas com o Ministro das Finanças, mas também o contrato que também foi decidido com a substituição da Eng.^a Alexandra Reis, com a chegada de Sofia Lufinha e todos estes processos foram, por exemplo, liderados pelo MIH.

A relação com o Ministro das Finanças foi para mim mais distante, sendo a relação principal, claro, o Presidente do Conselho de Administração e o CFO. Não tive qualquer contacto com o antecessor do atual Ministro das Finanças. Apenas assisti a uma reunião e, nesta reunião, tivemos a presença do Ministro das Infraestruturas e Habitação, e o meu principal contacto foi o Secretário de Estado Miguel Cruz, tendo-se centrado na aprovação do plano de reestruturação e do processo entre junho e dezembro.

No início do processo e da relação com Alexandra Reis, primeiro como facto e como já foi dito, é verdade que a engenheira Alexandra Reis estava desalinhada com a estratégia da Comissão Executiva, não é nada pessoal, e está definitivamente confirmado nos atas, portanto, estando no Conselho de Administração ou na Comissão Executiva ou qualquer que seja o tipo, este desalinhamento estava na estratégia.

Sobre a reorganização da Comissão Executiva, houve um projeto que foi discutido com o Presidente, com outro membro do Conselho de

Administração, mas também com o CFO e, finalmente, a 1 de Janeiro, com o Ministro das Infraestruturas, explicando que a reorganização era necessária e que, nesta reorganização, as consequências seriam que a engenheira Alexandra Reis não teria o perfil para assumir um novo cargo que se chamava Chief Strategy Officer porque a organização precisava de uma perspectiva mais estratégica. No processo, a 18 de janeiro, foi enviado um e-mail com um projeto de reorganização ao Secretário de Estado das Infraestruturas e Habitação, Hugo Mendes. E, ao mesmo tempo, confirmo que esta apresentação foi enviada ao Presidente e ao CFO.

No dia 25 de janeiro, com a sugestão do Ministro das Infraestruturas e Habitação, tive uma reunião com Alexandra Reis para compreender o que poderia ser... ela, se ela estava disponível para sair da empresa e se ele poderia pensar no assunto. E informei sobre esta reunião ao Presidente e ao CFO.

A Eng.^a Alexandra Reis respondeu-me que iria pensar no assunto e eu também lhe recomendei que talvez fosse uma boa ideia para ela falar com o Dr. César Esteves, sobre o que poderia ser uma solução. Porquê o Dr. César Esteves? Porque o Dr. César Esteves e a SRS tinham uma avença com a TAP. Esta avença começou com a elaboração do despedimento coletivo em 2022, foi essa a relação e ele construiu uma relação bastante boa com a engenheira Alexandra Reis, por isso foi, para nós, uma coisa justa a fazer com alguém que conhecia bem a engenheira Alexandra Reis.

Assim, a Eng.^a Alexandra Reis contactou o Dr. César Esteves no mesmo dia, e informou que iria contratar um advogado, e que iria contratar um advogado. E confirmou no dia seguinte que a advogada seria a Dr.^a Helena Tapp da Morais Leitão. No dia 27 houve muitas interações entre os advogados e no dia 28 o Dr. César Esteves informou-nos de que havia uma proposta que foi elaborada pela advogada da Eng.^a Alexandra Reis. Imediatamente, pedi uma reunião com o Ministro das Infraestruturas para

informar sobre qual seria o estado da discussão e para garantir que ele estivesse completamente ciente do ponto em que nos encontrávamos neste momento, no dia 28 de janeiro.

O Secretário de Estado pediu-nos mais informações sobre outras transações aquando da partida da empresa e mais informações sobre o quê, porquê a proposta da advogada de Alexandra Reis. A 31 de janeiro, o Dr. César Esteves informou-nos que tinha uma contraproposta final da advogada da engenheira Alexandra Reis com um montante bastante significativo. Mas também mencionou que este montante de compensação seria bastante inferior à proposta inicial que era ainda mais importante, mais de 1,2 milhões de euros. Assim, transferi imediatamente esta informação para o MIH e o Secretário de Estado disse-me que iria analisar a proposta.

A 1 de fevereiro, o Secretário de Estado pediu-me uma série de informações que transmiti imediatamente ao Dr. César Esteves, e o Dr. César Esteves mencionou que pensava que seria difícil para Alexandra Reis aceitar algo inferior a 631 000. Assim, eu, naturalmente, transmiti a mensagem ao MIH e Hugo Mendes respondeu que iria falar com o Ministro e ele voltou algumas horas depois informando-nos que o Ministro pensava que os valores eram demasiado elevados. Assim, informei o Dr. César Esteves sobre este comentário. O Dr. César Esteves pediu-me que realçasse o facto de que já era um terço do custo global inicial que foi calculado até ao final do mandato. Assim, devido a esta reação, pedi outra reunião com o Secretário de Estado e, durante esta reunião, foi também uma reunião com a ex-Chefe de Gabinete, Maria Araújo, da Ministra. Durante esta reunião, a advogada explicou e fez o resumo da negociação e salientou também quais eram as diferentes dimensões com esta potencial proposta e a Secretária de Estado mencionou que não veria possível uma compensação que poderia ser superior a 500 000. Assim, a 2 de fevereiro, na sequência da discussão, o Dr. César Esteves, informou-nos que Alexandra Reis aceitou um acordo

consistente com o máximo de 500 000 e eu informei a Presidência e o CFO de que tínhamos chegado a um acordo. O Dr. César Esteves enviou um *e-mail* com todos os detalhes dos valores que transmiti ao Secretário de Estado. O Secretário de Estado disse-me que iria pedir a confirmação do Ministro e depois recebi uma mensagem do Secretário de Estado dizendo que o Ministro estava a autorizar a transação e pediu-me que, por favor, encerrasse tudo. E informei a SRS após esta mensagem, pedindo que encerrasse tudo.

A 1 de fevereiro, muitas mensagens foram trocadas para também formalizar os termos do acordo e César Esteves enviou o acordo com as assinaturas, dois nomes, um presidente e eu própria. Neste momento, César Esteves entrou também em contacto com o departamento jurídico da TAP, e enviou o acordo completo, incluindo o anexo com a comunicação, para comunicar à CMVM. Assim, o Presidente enviou também um *e-mail* ao Conselho de Administração, a todo o Conselho, informando que Alexandra Reis assinou um acordo para pôr termo à relação contratual com a organização e, após este acordo, apresentou a sua demissão e a comunicação à CMVM foi feita. Assim, nesta altura, todos os membros do Conselho de Administração estavam cientes de que tinha sido celebrado um acordo.

Em conclusão, não estive envolvida na decisão material sobre este acordo porque todas as decisões foram tomadas pelas entidades certas e adequadas. Tinha feito sobretudo muita coordenação nesta transação entre os advogados e o Secretário de Estado das Infraestruturas e o Ministro. Não tinha conhecimento de que não havia qualquer articulação entre o MIH e as Finanças. Nem sequer tinha conhecimento de que o MIH não tinha poderes para aprovar este acordo, e não estava ciente de qualquer risco jurídico em momento algum, porque este acordo foi gerido desde o início até ao fim por advogados muito conhecidos em direito do trabalho. E o que também não compreendo se a opinião da IGF é correta ou não e se este acordo é legal ou não, é que dizer que como o conhecimento da estrutura deste acordo e o facto

de termos de seguir o processo de Gestor Público era básico. Não compreendo como, com tantas pessoas envolvidas e conscientes de um processo como este, ainda podemos dizer que foi um entendimento básico, conhecimento básico, compreender que foi um processo de Gestor Público. E não compreendo porque é que esta conclusão poderia sustentar justa causa.

Só para terminar, sobre o meu despedimento, o relatório da IGF não conclui sobre qualquer conclusão de culpa. E posso dizer que sou, nesta história, um bode expiatório e uma batalha política. Fui despedida a 6 de março e após um mês ainda estou em funções sem quaisquer diretrizes, num período de tempo para a empresa que é muito crítico na preparação do verão, que será crítico para os resultados financeiros da organização. Já para não mencionar que considero que este processo que foi iniciado na TV não só é ilegal, como a forma como fui demitida e realmente não foi apropriado e sem qualquer respeito por um executivo sénior.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, agradecemos a apresentação que nos fez.

Vamos agora passar ao período de perguntas e respostas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, julgo que a todos nós aproveitava a distribuição da apresentação que a Sr.^a Engenheira fez.

Já foi distribuída?

O Sr. **Presidente**: — Agradeço.

De facto, quando ela foi partilhada, pedi que fosse imediatamente distribuída aos Srs. Deputados.

Penso que todos já a terão no seu *e-mail*, mas de qualquer forma, se houver alguma questão, façam favor de dizer.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Se me permitem, então, vou continuar.

Mais uma vez queria agradecer à Sr.^a Engenheira a apresentação inicial que nos fez.

Vamos passar agora à primeira ronda de perguntas. Esta primeira ronda é sempre feita com pergunta e resposta, ou seja, cada um dos grupos parlamentares tem um tempo destinado para pergunta.

No caso, o grupo parlamentar que hoje inicia a ronda é o Grupo Parlamentar do Chega e tem 8 minutos.

Portanto — e partilhando um pouco esta informação para que todos possam recordar —, o Sr. Deputado fará uma pergunta, a Sr.^a Engenheira terá tempo para responder; havendo sempre a orientação dentro dos trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito de que o tempo que é destinado para quem responde é apenas indicativo; se entender responder durante mais tempo, está completamente à vontade.

O Sr. Deputado Filipe Melo tem a palavra para iniciar o seu questionário. Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento a Sr.^a Eng.^a Christine Widener e os advogados que a acompanham, agradecendo que tenham vindo prestar estes esclarecimentos e agradecendo também pela apresentação bastante sucinta e esclarecedora de todo o processo.

Sr.^a Engenheira, vou falar devagar para ver se a questão linguística é ultrapassada — apesar da tradução — e gostava de começar por lhe dar os parabéns, porque deve ser a primeira CEO no mundo a ser despedida depois de apresentar resultados positivos três anos antes do que era expectável.

Portanto, acho que os Ministros das Finanças e das Infraestruturas fizeram o seu papel, ao despedi-la publicamente — publicamente! —, perante as televisões, num fantástico número mediático, depois de a senhora ter tido resultados positivos. Os meus parabéns, desta forma, à Sr.^a Engenheira.

Depois, queria perguntar-lhe abertamente, já no campo da sua relação com a Eng.^a Alexandra Reis: havia um desalinhamento na forma como o plano de reestruturação estava a ser implementado? E pergunto-lhe concretamente: foi esta a única razão de fundo do desentendimento entre a Sr.^a Eng.^a Christine e a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Portanto, a principal razão foi a implementação de um grande número de assuntos. Por isso foi tão importante, porque tivemos de aprovar um orçamento para 2022. E tivemos de decidir que tipo de oferta, ou seja, o número de rotas, a capacidade que tínhamos de lançar para 2022. Portanto, as questões tiveram muitas consequências. Quando concordamos com a retoma, temos de ter uma retoma na oferta consistente com o que se vê nos mercados. Portanto, significa que temos de colocar muito mais capacidade do que aquilo que talvez tivéssemos em mente antes. Assim, as consequências foram

consequências laborais, consequências financeiras e algum risco porque, evidentemente, se decidimos aumentar a oferta e depois os clientes não estiverem a encher os aviões, estamos a correr vários riscos. Portanto, quando digo que foi uma estratégia, foi mais do que isso, foi o que chamamos o SK. Temos os quilómetros de lugares disponíveis para o Verão de 22, os recursos de que precisamos e as consequências no Acordo de Trabalho, porque é óbvio que se aumentamos e precisamos de mais funcionários porque precisamos deles para trabalhar mais, talvez não seja o que estava planeado na primeira versão do plano de reestruturação, haverá algumas consequências na estrutura de custos do ponto de vista laboral, porque sabíamos desde o início que teríamos de retirar o tempo parcial. Portanto, quando digo a estratégia, foi maior do que isso, porque estávamos a pôr em risco tudo o que pensávamos que tínhamos de fazer para 2022 e que, no final, provou ser a decisão certa porque 2022 tinha sido um tremendo sucesso, porque fomos capazes de surfar a onda na retoma do turismo no mundo e em Portugal.

Assim, teve mais dimensão do que isso, teve uma estratégia, mas depois o impacto na mão-de-obra, o impacto nas infraestruturas, o impacto na assistência no aeroporto, de modo que foi todo este tipo de execuções que foram os pontos de interrogação quando tivemos o alinhamento. E o que quero salientar, não foi nada pessoal, estou nesta indústria há mais de 30 anos e tenho trabalhado com altos executivos, mas é muito exigente. Era um plano muito difícil. Demorou seis meses a aprová-lo com todos os intervenientes, e não tivemos muito tempo para avançar, pelo que tivemos de avançar com a execução o mais rapidamente possível. Portanto, foi muito profissional e estava a criar tensão, não só comigo porque não era pessoal, mas em geral com a coesão e a consistência da equipa executiva.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, de tudo isto que nos contou, das posições, e a questão do orçamento para 2022 — que era aí um grande entrave —, podemos concluir que a Eng.^a Alexandra Reis era uma pessoa incómoda dentro da organização?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que o que concluímos foi um desenho sobre como poderíamos entregar o plano. Depois disso, não o farei... Alexandra Reis era uma profissional muito boa, com uma carreira muito boa. Assim, tivemos algumas discussões muito construtivas, mas não podíamos recuar sempre que tínhamos de tomar alguma decisão para avançar. Penso também que, porque, estamos onde... tivemos a aprovação do plano de reestruturação, era tempo de a TAP ter uma abordagem mais estratégica. Assim, eu já estava, após seis meses quando cheguei à organização, não decidi a organização, não sabia quando comecei esta organização que ela era a certa para o sucesso da empresa. Como CEO, leva tempo para refletir, leva tempo também para trabalhar com todos, porque essa é a nossa função como líder. E ao fim de 6 meses apercebemo-nos de que podemos melhorar a organização. Foi por isso que discuti a proposta de uma mudança de organização para melhorar a eficiência da organização, para apresentar resultados ainda melhores e, mais uma vez, ficou provado que foi uma boa decisão porque os resultados são a melhor forma de medir as consequências de algumas propostas que foram feitas. Penso que a minha proposta era uma proposta aberta, mas tinha sempre em mente a melhoria do desempenho da empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, não acha de certa forma estranho que depois de a Eng.^a Alexandra Reis sair da TAP tenha passado para a NAV (Navegação Aérea de Portugal) e, passados poucos meses, tenha

chegado a Secretária de Estado do Tesouro, precisamente a área do Governo que tutela as duas empresas por onde passou?

Não lhe parece um pouco estranha esta evolução tão rápida num curto caminho entre empresas do mesmo meio — da aviação — para terminar no Ministério das Finanças como Secretária de Estado do Tesouro?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, como podem imaginar, eu não estive de todo envolvida nestes processos porque isso não é, está acima da minha competência. Portanto, foi decidido pelo MIH para a nomeação para a NAV, eu não estava envolvida e claro que não estava envolvida e por isso não posso comentar sobre isso. Mas expressei a minha surpresa por ambas as nomeações, mas não fui instrumental.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qual é a relação da Sr.^a Engenheira com o Ministro das Finanças, Fernando Medina?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que tenho uma boa relação com Fernando Medina, não falando sobre estes eventos que são um pouco complexos, digamos, mas penso que tive a oportunidade de falar com ele sobre os resultados quando ele assumiu a sua nova responsabilidade. Assim, tivemos discussões sobre a TAP, tivemos discussões sobre a estratégia, tivemos discussões sobre o plano de reestruturação numa base de um para um.

Nunca tive esta oportunidade de o fazer com o seu antecessor. Portanto, penso que, honestamente, penso que tive — porque não sei se posso usar o presente agora — uma boa relação com o Ministro das Finanças e valorizo também os seus conselhos e a sua compreensão financeira da TAP, por isso penso que a relação foi boa, do meu ponto de vista.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, confirma que nunca teve qualquer conversa com o Ministério das Finanças — nem com o ex-Ministro João Leão, nem com o atual, Fernando Medina — sobre Alexandre Reis e a sua saída da empresa?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Posso confirmar isso. Nunca tive uma discussão com eles.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, sabe se, por acaso, o Dr. Gonçalo Pires, CFO, tinha, efetivamente, conhecimento de que a Eng.^a Alexandre Reis ia ser despedida e a noção dos valores que estavam a ser negociados?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tal como apresentado na apresentação, estava ciente do projeto de uma nova organização, porque estava envolvido, porque algumas das áreas estavam sob a sua responsabilidade no futuro. Sobre o processo em si, estava ciente da discussão, porque também o informei no processo que encerrámos a discussão com Alexandra. Depois disso, sobre o montante em si, não posso confirmar porque não me lembro exatamente dessa informação, mas o CFO, para qualquer CEO, é o braço direito de qualquer organização, por isso... mas não posso confirmar se ele estava ciente do montante e essa é a minha resposta honesta.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, era importante que nos conseguisse confirmar todo esse processo, até porque na passada semana o CFO disse aqui, perentoriamente, que a Sr.^a Engenheira só tinha tido um contacto com ele — e um contacto, até, informal — à porta do escritório,

dizendo que ia demitir a Eng.^a Alexandra Reis, e nem sequer falaram dos valores que podiam estar em cima da mesa para a demissão.

Confirma isso mesmo? Só teve, com o seu CFO, uma única conversa, informal, quase uma conversa de café, a dizer «eu vou despedir a Alexandra Reis», e ele disse «tudo bem, não há problema», e seguiram?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tive mais do que uma conversa porque houve algumas mensagens trocadas, mensagens eletrónicas, também quando o acordo foi concluído. Portanto, são factos que foram transcritos na cronografia de todos os factos, portanto essa parte da informação eu divulguei, eu revelei.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, é certo e sabido que a senhora foi despedida, foi despedida da forma que já falámos, e o CFO mantém-se em funções. Podemos dizer que a Sr.^a Engenheira foi utilizada como modo expiatório deste processo todo.

O que é certo é que o CFO dá como dado adquirido que não sabia de nada, passando a responsabilidade, na sua totalidade, para a Sr.^a Engenheira. Vai aceitar ficar com essa responsabilidade ou vai partilhá-la com o CFO? Sabia ou não sabia, o Dr. Gonçalo Pires, de todo o processo de despedimento de Alexandra Reis, seja pela via pessoal, seja por telefone, por mensagens, por *e-mail*, de qualquer forma? Sabia ou não o Dr. Gonçalo Pires de todo o processo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, o que vos disse na minha apresentação é que penso que sou um bode expiatório de uma batalha política. E como sabem neste processo, em qualquer altura, houve uma série de pessoas conscientes e mesmo a 4 de fevereiro o Conselho de Administração estava ciente de que havia um acordo assinado pouco antes

da renúncia de Alexandra Reis. Portanto, penso que ninguém neste processo estava ciente de que este processo não foi feito com boa-fé, com os conselhos corretos dos advogados competentes. Portanto, penso que é um processo que foi conduzido com várias pessoas conscientes mesmo no dia da comunicação e ninguém pensou que este processo seria visto hoje como um processo potencialmente ilegal, porque é isso que alguns potencialmente estão a ver como uma conclusão. Esta é, portanto, a minha resposta. Muitas pessoas, no final, a 4 de fevereiro, estavam cientes, incluindo, por exemplo, também o departamento jurídico da TAP, porque receberam o acordo completo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Bom, percebemos, então, que o Dr. Gonçalo Pires sabia muito mais do que o que disse aqui na semana passada, e já foi bom que a Sr.^a Engenheira nos tenha dado essa informação.

Para finalizar esta parte: conforme dizia na sua apresentação, o único contacto com os membros do Governo, para este caso em concreto da Eng.^a Alexandra Reis, foi com o Secretário de Estado Hugo Mendes. Pergunto-lhe: foi apenas com o Hugo Mendes que a Sr.^a Engenheira tratou, dentro do Governo, deste processo de desvinculação?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, eu posso confirmar e essa é a verdade.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, o Estatuto do Gestor Público foi violado com esta rescisão. A senhora, neste caso, atribui a culpa a quem? À Sr.^a Engenheira, que tomou a decisão, ao Ministério das Infraestruturas, que passou por cima desse estatuto, ou ao Ministério das Finanças, que deveria ter-se pronunciado e não se pronunciou?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que tentei explicar na minha apresentação é que não creio que possamos dizer que eu tenha tomado a decisão; coordenei a discussão, mas a decisão não foi tomada por mim. Nunca tomaria tal decisão que contivesse também algum conhecimento que eu não tivesse. Sou uma CEO, mas não sou portuguesa e é por isso que também recrutei advogados e estava a falar com o Governo porque para mim o MIH representava o Governo e, na minha perspetiva, há apenas um governo representado por um indivíduo ou uma organização com quem estou em contacto. Portanto, talvez não seja assim que deva funcionar, mas é sempre assim que funciona desde que entrei para a empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, enquanto CEO, podemos afirmar que todas as grandes decisões procedimentais — estratégia interna, parceiros, contratos — os grandes negócios, passavam todos pela CEO da empresa?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — De facto, temos... a Comissão Executiva tem uma delegação de poderes, portanto não é um indivíduo, é uma Comissão e com a delegação de poderes da Comissão nada pode ser assinado se não for feito por pelo menos, bem, duas pessoas, dois diretores a nível executivo se for da competência da Comissão Executiva. E depois há mandatos que são da competência do Conselho de Administração e depois é da competência dos acionistas, ou seja, como governo. Portanto, há muitas delegações de poder, mas eu nunca poderia, jamais, assinar nada que fosse para a delegação de poder, delegação da Comissão Executiva que estivesse com duas assinaturas. E as assinaturas, dependendo do assunto, podiam estar do lado financeiro com o CFO, mas podia estar do lado operacional com o CEO ou eu estava a assinar, por exemplo, o contrato com uma agência de viagens com um diretor comercial. Portanto, eram realmente

duas assinaturas. A maior parte das vezes eu era uma das duas, mas depois a outra assinatura dependia da área de competência e responsabilidade, porque fazia sentido. Assim, o primeiro a assinar seria, por exemplo, o Chief Commercial Officer para assuntos comerciais e eu era a segunda como a linha de controlo. Assim, isso foi definido com muito rigor e um processo estava em curso e todas as decisões importantes eram tomadas numa Comissão Executiva. Os senhores têm todas as atas desta Comissão Executiva com todas as decisões que eram tomadas e a ideia era ter uma abordagem consensual com, esperando... e era... em todas as situações, decisões que eram consensualmente positivas quando tomávamos decisões. Assim, poderia levar muitas horas a discutir o trabalho, mas no final a decisão acabou por ser apoiada por cinco membros.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, quando foi contratada para a função certamente sabia que vinha para uma empresa pública. Sabia, também — ou, pelo menos, deveriam ter-lhe informado, naturalmente, faz parte das regras do jogo —, que sendo uma empresa pública, a senhora, ocupando a função mais alta dentro da organização, tinha de estar abrangida pelo Estatuto do Gestor Público. Pergunto-lhe se conhece o n.º 7 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Vou verificar.

Pausa.

OK, então, esta é sobre um potencial conflito de interesses que tenho de declarar e incompatibilidades.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Conhece, portanto, o artigo 22.º e também o 23.º, da responsabilidade. São artigos que lhe são familiares.

A Sr.ª Eng.ª **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, este artigo é sobre as responsabilidades.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.ª Engenheira, conhece a empresa Zamma Technologies?

A Sr.ª Eng.ª **Christine Ourmières-Widener**: — Não, esta empresa não tem nada a ver comigo, é uma empresa que tem um contrato, o meu marido tem contrato com esta empresa, mas eu não tenho qualquer relação com a sua empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Consegue confirmar-nos se a Zamma Technologies, através do Sr. Floyd Murray Widener, seu marido, fez contrato com a TAP para a venda dos seus produtos e serviços na área tecnológica?

A Sr.ª Eng.ª **Christine Ourmières-Widener**: — Eles não têm qualquer contrato, já foi respondido, não têm qualquer contrato com a TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Esta apresentação diz-lhe alguma coisa, Sr.ª Engenheira?

(Neste momento, o Deputado exhibe uma página de apresentação da empresa Zamma Technologies.)

Sr.^a Engenheira: «*Zamma integration with Amadeus Safe Travel, Airport Service, december 2021.*»

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que já foi respondido, esta apresentação foi uma apresentação tecnológica e depois desta apresentação não aconteceu nada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, foi feita uma apresentação por uma empresa cujo responsável comercial era o Sr. Floyd Murray Widener, que terá apresentado que teria, *a priori*, acertado o contrato para fornecimento de serviços à TAP e, ao que sabemos, a Eng.^a Alexandra Reis declinou a assinatura desse contrato, enquanto era diretora de compras, porque não aceitaria um contrato realizado entre a TAP e esta empresa que era representada pelo marido da Sr.^a Engenheira. Confirma?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não estou ciente deste facto. A única coisa que sei é que houve uma apresentação da tecnologia e não temos qualquer contrato com esta organização.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, se foi feita a apresentação da empresa e dos produtos da empresa, isto significava uma intenção, pelo menos, de relação comercial. Sim ou não?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não me parece. Foi uma apresentação para apresentar uma tecnologia que não foi desenvolvida por outra empresa e no final a TAP escolheu, que eu saiba, a TAP decidiu tomar outra solução. Assim, esse assunto foi encerrado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de continuar, mas alerto-o de que o seu tempo nesta ronda está prestes a esgotar-se.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, percebo que a TAP tivesse optado por outras soluções, mas não foi essa a pergunta que eu lhe fiz. A pergunta concreta que lhe fiz foi esta: começaram aí as desavenças entre a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e a Sr.^a Eng.^a Christine Widener? A informação que nós temos é que começaram as hostilidades nesse preciso momento, em que a Eng.^a Alexandra Reis não permitiu que se fizesse o acordo e que estaria dado o aval por parte da Sr.^a Engenheira para se fazer o negócio com a Zamma, provavelmente este, que implicaria esta solução. Confirma ou não?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não compreendo porque é que as pessoas fariam isso porque, no final, esta solução não foi contratada e não estava no âmbito da aquisição, era um âmbito de operação. Por isso, não compreendo, mas penso... Não vejo a utilidade de citar isso agora e já expliquei porque é que este processo começou, e foi basicamente para ter uma melhoria sobre o desempenho da empresa com base na reorganização. Depois disso, penso que este ponto não tem nada a ver com este processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, esqueci-me de fazer esta sugestão, este pedido, ao Sr. Presidente no início da sessão — certamente a Sr.^a Engenheira já cá esteve, na 6.^a Comissão, numa audição —, de pedir ao Sr. Presidente que explicasse à Sr.^a Engenheira que esta é uma comissão diferente e aqui a Sr.^a Engenheira, quer queira, quer não, tem de responder. E responder a verdade e não utilizando subterfúgios. Porque a pergunta que fiz foi muito clara e objetiva: há dois artigos, o 22.º e o 23.º, que proíbem, proíbem, terminantemente, que haja relação comercial entre familiares diretos. Neste caso há um familiar direto envolvido numa solução apresentada e a Sr.^a Engenheira já disse que sim, que foi apresentada, mas que não foi escolhida.

Ó Sr. Presidente, não foi isso que eu perguntei! Eu não perguntei se foi escolhida, porque escolhida sabemos nós que não foi, tanto é que, ao que parece, a grande divergência entre a Sr.^a Engenheira Alexandra Reis e a Sr.^a Engenheira Christine começou, precisamente, por esta recusa de assinar o contrato.

Portanto, o que peço ao Sr. Presidente é que informe a Sr.^a Engenheira que tem de responder exatamente ao que lhe foi solicitado. Eu perguntei se estava ou não para ser assinado este contrato de alguns milhões de euros com esta empresa e não se foi escolhida outra solução. Nós já sabemos que esta solução esteve em cima da mesa e queremos saber se foi a Sr.^a Engenheira que não quis esta solução, porque houve outra melhor, ou se foi a Eng.^a Alexandra Reis que não permitiu que fosse esta a solução escolhida. E isso é importante que fique esclarecido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço-lhe essa sua intervenção, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero dizer-lhe que todos os nossos participantes nas nossas reuniões, quem nós ouvimos, são sempre

informados do quadro legal no qual são ouvidos, quadro legal que, aliás, resulta do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

Percebo a sua questão, Sr. Deputado. O que o Sr. Deputado nos disse foi que com base no regime jurídico das incompatibilidades não era possível fazer aquela contratação.

Sobre a questão que o Sr. Deputado colocou, pergunto à Sr.^a Engenheira se poderia, se é possível que, de forma mais clara, nos diga se a decisão da não-contratação teve alguma coisa a ver ou não com a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis.

Penso que interpreto bem a questão que o Sr. Deputado colocou e pedia à Sr.^a Engenheira que nos pudesse esclarecer, para, no fundo, passarmos à parte seguinte.

Sr.^a Engenheira, faça favor.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Primeiro, a minha resposta: não há contrato. Foi uma apresentação. Portanto, nem sequer foi iniciado qualquer contrato, nenhuma relação contratual, nenhum preço e penso que posicionar este ponto como um ponto importante hoje e não foi de todo instrumental, material e nem sequer foi discutido com Alexandra Reis. O desalinhamento de Alexandra Reis não teve nada a ver com esta apresentação. Foi uma apresentação tecnológica, nada mais. E penso que damos um pouco demasiada importância a isso porque, mais uma vez, nem sequer foi contemplada qualquer relação contratual.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que a resposta está dada. Não houve qualquer intervenção da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, foi apenas uma apresentação e não foi apresentado valor.

Pedia também ao Sr. Deputado que disponibilizasse os documentos que partilhou, caso eles ainda não estejam disponíveis no acervo da nossa Comissão, para serem juntos aos restantes.

Passava agora a palavra ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Sr. Deputado, no mesmo formato, tem também 8 minutos para pergunta e resposta.

Sr.^a Engenheira, vamos passar, então, ao ponto seguinte.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Sr.^a CEO e os advogados que a acompanham.

Dia 18 de janeiro, a Sr.^a CEO veio aqui à audição parlamentar para dar explicações sobre o caso Alexandra Reis. E a primeira pergunta que lhe faço é se se lembra dessa audição.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, penso que sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nos documentos a que esta Comissão teve acesso há uma nota de calendário, do dia 17 de janeiro, às 12 horas — por isso, na véspera dessa audição —, cujo título é *Reunião preparatória com o GPPS sobre a audição à Sr.^a PCE da TAP*. Assumo que a PCE da TAP seja a Presidente da Comissão Executiva.

Quero perguntar-lhe se isto é o que acho que é, se a senhora teve uma reunião com o PS no dia antes da audição.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tenho de verificar a minha agenda, honestamente. Eu posso fazer isso, mas...

(A depoente consulta a sua agenda.)

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia que continuássemos a criar boas condições de silêncio e de trabalho na nossa Comissão. Muito obrigado.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Portanto, sim, consigo encontrar na minha agenda uma reunião no dia 17.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe — se se recordar, isto não foi há muito tempo, foi há dois meses, na véspera do dia em que veio cá ao Parlamento — se houve alguma combinação de perguntas e respostas. Porque vinha cá dar esclarecimentos sobre este caso da Alexandre Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não me lembro de ter organizado perguntas, apenas penso que a ideia era fazer perguntas. Assim, fizeram-me perguntas sobre o processo e eu respondi às perguntas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não lhe parece muito pouco ético, haver esta promiscuidade, em quem vinha ser escrutinado e quem deveria escrutinar no dia a seguir?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, esta reunião para mim é difícil de julgar, porque talvez na minha mente tenha sido um processo que foi talvez um processo por que tive de passar. Portanto, não fiz qualquer julgamento sobre esta reunião antes do dia 18.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr.^a CEO, percebo a resposta, mas tendo em conta que vinha ao Parlamento dar explicações, parece-me que reunindo com o grupo parlamentar do maior partido do Parlamento, que está

no Governo, obviamente qualquer pessoa percebe qual é o intuito dessa reunião.

Dessa nota de agenda constam também outros *e-mails*, de vários membros e assessores do Governo. Por isso, além dessas pessoas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — e pergunto-lhe quem eram —, pergunto-lhe também que membros do Governo estiveram nessa reunião.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não há na minha agenda mais membros do Governo. São pessoas que organizaram a reunião, mas não o que eu chamaria membros que organizaram. Nenhum secretário de Estado, nenhum ministro que estivesse presente nesta chamada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que está a dizer-me é que não há membros do Governo, apenas pessoas, vamos chamar-lhe, de um nível abaixo — assessores, chefes de gabinete, etc.. É isso?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, juniores, eram mais juniores.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Na nota de agenda temos várias pessoas: o Chefe de Gabinete do Ministro João Galamba; um assessor do Ministro das Infraestruturas; uma vereadora, que também é assistente especialista no gabinete do Secretário de Estado; a Adjunta da Ministra dos Assuntos Parlamentares; outro assessor; outro chefe de gabinete, da Ministra dos Assuntos Parlamentares; outro assessor; outro especialista. Por isso, esta deve ter sido, possivelmente, a reunião mais participada que teve com o Partido Socialista e com o Governo, e até estranho que não se lembre dela. Pergunto-lhe: de quem partiu a iniciativa para esta reunião? Foi do Partido Socialista ou foi da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Se bem me lembro, foi uma recomendação, uma recomendação do Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se percebi bem, mas vou confirmar, a iniciativa foi do Sr. Ministro das Infraestruturas. Foi isto que ouvi. Pergunto-lhe se era o anterior, Pedro Nuno Santos, ou o atual.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, pela data era o gabinete de Pedro Nuno Santos. Depois disso, quem estava no gabinete, sei que não era o próprio ministro, mas era do seu gabinete.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A 17 de janeiro, se não me falha a memória, o ministro já era João Galamba. Pode ter partido do gabinete do Ministro das Infraestruturas, mas já não era Pedro Nuno Santos. Por isso, vou voltar a perguntar: foi já algo previamente feito e veio do Ministério de Pedro Nuno Santos, ou foi já do Ministério de João Galamba? Penso que deve ter sido do segundo, porque, assim de cabeça, parece-me que quando a audição foi marcada, o Ministro Pedro Nuno Santos já não era ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, se quiser voltar a consultar a agenda, esteja completamente à vontade, o tempo é todo seu.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — OK, então tem razão. Portanto, penso que foi por isso que disse que era com o seu gabinete, ou seja, não foi com as pessoas que mudaram, foi com o MIH a mudar-se para o MI, mas foi com o seu gabinete.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nessa audiência parlamentar não conseguiu responder à pergunta, que foi feita dezenas de vezes, se Alexandra Reis se demitiu ou se tinha sido demitida.

Pergunto-lhe, primeiro, se já nos pode responder a essa pergunta e, também, se não respondeu na altura a esta pergunta — que lhe foi feita, repito, dezenas de vezes — porque alguém lhe pediu para não responder.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu não respondi. Bem, primeiro pensei ter respondido muitas vezes, mas a pergunta voltou, por isso é mais do que a resposta que dei, não foi a resposta que as pessoas querem que eu dê. Assim, pelo que entendi, Alexandra Reis assinou um acordo e depois demitiu-se. Então foi isso que aconteceu. Portanto, depois disso, poderia ser considerada como uma transação que não é a correta. Talvez não seja uma conclusão do processo, não deveria ter sido gerida assim, mas não posso responder a uma pergunta não consistente com o que foi feito e com toda a lógica que foi feita quando foi feita. Portanto, foi essa a resposta que dei porque foi isso que aconteceu. Tínhamos um acordo e, na sequência deste acordo, ela demitiu-se.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco tem a palavra. Pode continuar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi noticiado que o Ministro Pedro Nuno Santos recebeu um *e-mail* de Alexandra Reis, em que esta colocou o seu lugar à disposição e aí, eventualmente, poderia nem haver indemnização.

Gostaria de saber se teve acesso a esse *e-mail*, se soube dele ou se só soube, depois, pelas notícias, como nós.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Soube-o mais tarde e não fazia a menor ideia deste *e-mail*, durante este processo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — No dia 26 de dezembro de 2022, os Ministros Pedro Nuno Santos e Fernando Medina emitiram um despacho a pedir esclarecimentos à TAP — aquilo a que podemos chamar o «despacho da fachada», porque já sabemos que Pedro Nuno Santos sabia de tudo e que Hugo Mendes, como disse e também já vimos pelas mensagens, que já são públicas, esteve envolvido em tudo.

Pela hora de almoço, a TAP foi informada, a comunicação social também foi informada desse despacho e à tarde começou o processo da TAP de resposta a esse despacho. Às seis horas e 45 minutos há também uma nota de calendário, chamada «despacho *discussion*», com a CEO, o seu advogado da altura, Manuela Simões, Manuel Beja, Hugo Mendes — o Secretário de Estado —, para decidirem como vão responder ao mesmo. E durante essa tarde e pela noite vão editando um documento e enviando várias alterações, incluindo sugestões do próprio Secretário de Estado.

O Governo pede esclarecimentos à TAP e depois o próprio Secretário de Estado do Governo está a responder aos esclarecimentos que o seu Ministro pediu publicamente. Pergunto: é isto; entendi bem?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que, como veem na apresentação, o Secretário de Estado estava bem ciente do processo e talvez tenha sido essa a razão do seu envolvimento. Portanto, porque estes factos foram há quase um ano, e penso que precisávamos de compreender todos os factos para garantir que a resposta fosse consistente com a realidade. Assim, e para mim, ter de responder a um documento tão importante, não fiquei surpreendida por ter o Secretário de Estado, que estava envolvido no processo, para estar também envolvido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estamos totalmente de acordo. O que concluo é que o despacho, então, foi apenas um número público, porque o Ministro Pedro Nuno Santos podia muito bem ter olhado para o lado, onde tinha o Secretário de Estado Hugo Mendes, e feito as perguntas, em vez de estar a fazer o número público de um despacho e obrigar-vos a responder e a tomar essa posição, certo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, não posso responder por outra pessoa. A única coisa que sei é que temos estado a trabalhar em conjunto para elaborar esta resposta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostaria de saber, na *call* final — penso que é no último dia de janeiro ou o primeiro do mês de fevereiro, não tenho a certeza absoluta —, em que estão o Secretário de Estado Hugo Mendes e também a Chefe de Gabinete Maria Araújo, o que é que se discutiu e o que é que se decidiu.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como explicado na minha apresentação, penso que a ideia era entrar em todos os detalhes do processo de negociação, a primeira proposta, a contraproposta, depois o que estava em jogo, a máxima exposição financeira, uma vez que a primeira proposta não era aceitável e também, portanto, todos os detalhes. Depois foi discutido se pensávamos que este processo poderia ser encerrado ou não. E, como se lembra, o ministro disse que o montante era demasiado elevado, e foi discutido que... o Secretário de Estado mencionou o máximo que poderia ser aceite nesta discussão. Portanto, e é com base nesta indicação que terminámos a reunião e o Dr. César Esteves prosseguiu a discussão com Alexandra Reis.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto se, além de Hugo Mendes, falou com mais alguém do Governo sobre este processo.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Do lado do Governo, durante esta reunião, foi também como ex-Chefe de Gabinete do Ministro, e também o Ministro estava ciente, mas através de Hugo Mendes, não tive uma relação direta sobre este assunto com o Ministro. Foi, realmente, através do Secretário de Estado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe se confirma o que ontem foi noticiado, que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação lhe disse que só podia comunicar com este e com mais nenhum ministério, tendo sido repreendida quando falou com outros.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Esta mensagem que foi trocada com o ex-Secretário de Estado estava a seguir a minha interação direta com outro ministro, não com as Finanças. E penso, honestamente, pela boa relação que tenho com o ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, foi também porque ele queria estar ciente, porque também eu estava... Não sou da política, não conheço o Governo e precisava da sua orientação para compreender que estas eram as pessoas certas a contactar, etc. E esta reunião foi importante porque se tratava de discutir com o ministro sobre a nossa renegociação do CLA e o impacto em algumas dimensões. Portanto, foi uma reunião realmente importante. Penso que este comentário que me foi feito foi apenas para esclarecer que o MIH era a tutela e que o MIH era realmente o principal ponto de contacto, se não o único, ou o que estava operacional, e também todos os assuntos que eram considerados como sendo da

competência da responsabilidade. Ou seja, é esta a minha interpretação deste comentário do ex-Secretário de Estado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — No dia 18 de janeiro, já ao fim do dia, o Secretário de Estado Hugo Mendes responde-lhe por *e-mail* sobre a proposta da nova organização, que também vimos ali, e diz: «Muito obrigado, vou olhar para isto e discutir com o ministro.»

Pergunto-lhe se sabe se o ministro viu e discutiu este novo modelo já a meio de janeiro.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, imagino, não tenho qualquer prova, mas imagino que se o secretário de Estado me está a dizer que vai falar sobre isso com o ministro, falou, mas não tenho qualquer prova.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe se os serviços jurídicos da TAP estiveram a par de todo este processo, porque a IGF (Inspeção-Geral de Finanças) esteve cá e disse que, do que conseguiu apurar, não; e o Ministro Pedro Nuno Santos, em comunicado, disse que sim.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O departamento jurídico teve conhecimento a 4 de fevereiro, receberam o acordo completo e o anexo com a comunicação. Foi isso que eu revelei e foi-lhes enviado, pelo que receberam o documento completo no dia 4 de fevereiro, antes da comunicação à CMVM.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então a única comunicação que eles receberam foi já a final, no dia 4? Não receberam nada antes, não sabiam de nada?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, a única informação de que precisávamos para este processo vinha da secretaria da empresa, porque precisávamos de alguma informação sobre os diferentes... ambos os cargos foram... e as responsabilidades da Alexandra Reis para nos certificarmos de que estávamos a seguir o processo correto. Também precisávamos de alguma informação sobre as férias. Assim, fizemos algumas perguntas sobre as férias ao departamento de RH, mas o departamento jurídico não esteve envolvido. A razão é que estávamos a utilizar um advogado externo especializado em direito do trabalho. Este advogado estava a trabalhar em todos estes assuntos com a TAP desde 2020, com um contrato, com uma avença. Tivemos mesmo um segundo interesse na TAP da SRS. Ainda temos, porque o contrato está a terminar no final de maio. Portanto, foi realmente uma relação que foi mais do que uma relação pontual com eles. Eles estavam realmente envolvidos em todos os assuntos laborais da organização e essa é a razão, mas o departamento jurídico só teve conhecimento no dia 4 com o acordo completo. Eles não levantaram nenhum aviso, nenhuma bandeira e nós comunicámos ao mercado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O senhor CFO esteve cá na passada semana e disse que a TAP recebeu indicações do Ministério das Infraestruturas e da Habitação relativas à apresentação dos resultados da companhia.

Gostava de lhe perguntar se estas indicações foram, na verdade, uma instrução para a senhora CEO não poder apresentar os resultados.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Por isso, foi-me pedido pela CPI, pelo que peço para divulgar os dois *e-mails* que recebemos do MI relativamente à apresentação dos resultados.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr.^a Engenheira, os *e-mails* foram recebidos ontem e foram distribuídos a todos os Srs. Deputados ainda durante o dia de ontem.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Portanto, tem a resposta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Confirma, então, que houve ordens do ministério para a TAP não ter uma apresentação pública de resultados consigo e com o senhor CFO?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Por isso, bem, sei que não sou fluente em português, mas essa foi a minha compreensão do primeiro *e-mail* e do segundo a dizer que foi coordenado com as Finanças.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tendo em conta esse exemplo, tendo em conta a mensagem do ministério, que não a deixa falar com outros ministérios, tendo em conta que temos governantes a negociar e a aprovar indemnizações, tendo em conta que temos governantes a fazer recomendações a comunicados oficiais da empresa e apresentações comerciais, pergunto-lhe se havia muita pressão política do Governo do PS na gestão da operação da empresa e se essa interferência prejudicou a recuperação.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não esperava uma pressão política tão grande quando entrei para a empresa em junho de 2021. E será que a pressão política não nos permitiu concentrarmo-nos o suficiente nos nossos negócios? Sim. Portanto, não seria de esperar que eu dissesse que

era fácil navegar com todo o ruído à volta da empresa e todo o mau ruído e o ruído negativo. E isso tem sido muito doloroso, muito difícil. E ainda é porque quando se tem trabalhado muito pelo resultado da empresa que tem um enorme potencial, é triste ver que é como se todos a quisessem criticar ou garantir que esta empresa não está com a imagem que deveria ter. Portanto, sim, tem sido difícil. E a pressão política e a pressão dos média têm sido qualquer coisa, e continua a ser algo muito difícil para mim, para a minha equipa e para os funcionários, porque, imaginem, para os funcionários, com esta pressão, também é difícil manterem-se concentrados no trabalho todos os dias.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — No dia 10 de fevereiro, a Sr.^a CEO recebeu um *e-mail* interno, que esta Comissão recebeu, onde se pedia a sua opinião sobre o que a TAP deveria fazer face a um pedido para a alteração de um voo onde vinha o Sr. Presidente da República no regresso de Maputo. Queriam alterar um voo que já tinha cerca de 100 pessoas, de 24 de março para 23 de março.

No fim desse *e-mail* estava escrito: «Se este fosse um pedido normal nós diríamos que não, mas como é o Sr. Presidente da República pedimos orientação.» E a Sr.^a CEO, que provavelmente também não deveria saber o que fazer, enviou um *e-mail* para o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes, a pedir opinião ao mesmo, dizendo — e bem — que a sua reação espontânea seria o «não», ao que o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes respondeu: «Bom dia, eu sei que isto pode ser um incómodo para ti, mas não podemos mesmo perder o apoio político do Presidente da República. Ele tem-nos apoiado em relação à TAP, mas se o humor dele mudar, tudo se perde. Uma frase dele contra a TAP ou o Governo e ele empurra o resto do País contra nós. Não estou a exagerar, ele é o nosso principal aliado político, mas pode transformar-se no nosso pior pesadelo.»

E a Sr.^a CEO respondeu que a sua preocupação era se isto viesse a público, e poderia ter a certeza que tal viria a acontecer — como veio —, o que não seria bom para ninguém.

Assim, o que lhe pergunto, em primeiro lugar, é o que é que aconteceu depois destes *e-mails*, se mudaram o voo ou não; em segundo lugar, se considera que isto não anda muito perto do abuso de poder aqui em troca de ganhos políticos; e, em terceiro, se este tipo de pedidos para beneficiar políticos era recorrente ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou a sua intervenção.

Sr.^a Engenheira, pode responder.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Quando estava a ler isto, disse a mim própria: não funciona. Precisamos de ter um plano de reestruturação, e precisamos de ter a certeza de que estamos a trabalhar, a fazer o que está certo para a organização. Assim, com toda a gente ciente, incluindo o MIH, verifiquei se era realmente um pedido vindo diretamente da Presidência ou se era talvez alguém que o pedisse sem ter a certeza de que era algo vindo diretamente da Presidência. E não me surpreendeu saber que, claro, este pedido não era um pedido vindo da Presidência, mas talvez de alguém no processo que pensasse que seria uma boa ideia. Portanto, este voo não foi alterado e sei que o Presidente encontrou outra solução e penso que no final não fiquei surpreendida por o Presidente nunca nos pedir para alterar um voo como este que estava a ter impacto... porque teria tido impacto em mais de 200 passageiros, pelo que também é esse o impacto nas pessoas e assim, verificando e reverificando de onde vinha este caso. Na verdade, não foi um pedido que devêssemos honrar. Portanto, fiquei muito feliz com o resultado porque... e penso que, honestamente, vindo de Infraestruturas e Habitação foi também durante toda a minha relação com eles, a prioridade

foi gerir a TAP para garantir que as decisões se baseassem em raciocínios empresariais. E neste exemplo, ao verificar e voltar a verificar, não era um pedido vindo das pessoas no poder, como parecia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos, agora à terceira intervenção dos grupos parlamentares. O tempo desta grelha são 7 minutos, também pergunta/resposta, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde, Sr.^a Eng.^a Christine Ourmières-Widener.

Como já ficou claro, tivemos acesso aos *e-mails* trocados entre o Governo e a Administração da TAP e, em toda essa documentação, há uma coisa que se torna evidente: nem uma única vez é referido o Estatuto do Gestor Público ou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Público. Assim, a minha pergunta é a seguinte: a Administração da TAP e o Governo estavam a agir como se a TAP fosse uma empresa privada com o Estado como acionista maioritário? Confirma isto?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, penso que é absolutamente verdade que não houve nenhuma discussão realmente detalhada sobre o Gestor Público. Depois disso, quando a nova administração começou, em junho de 2021, tivemos algumas sessões com alguns advogados sobre as funções dos diretores, sobre conflito de interesses, por isso, do meu lado, eu já tinha experiência em fazer parte do conselho de administração de uma empresa cotada em bolsa, mas foi a minha primeira experiência pública, por isso devo dizer que, para ser realmente honesta, o resumo sobre as diferenças foi realmente leve. E, em retrospectiva, talvez esta

indução pudesse ter sido um pouco mais nos detalhes. Além disso, porque nesta situação, lembrem-se que a TAP está isenta de uma perspectiva remuneratória porque a TAP está a jogar num ambiente muito competitivo, pelo que seria impossível do ponto de vista remuneratório atrair os talentos certos sem estas isenções. Isso foi decidido em junho de 2021, mas essa é uma das exceções, mas também são assuntos que não faziam parte da exceção e pode haver mais nos pormenores. E lembrem-se que não foi em junho de 2021 que a empresa mudou o seu estatuto, mas sim em 2020. Assim, aceitámos uma administração e não há desculpa com uma forma de trabalhar que já é uma continuação de algumas coisas que começaram quando a empresa mudou o estatuto em 2020. Mas é verdade que não me lembro de ter tido qualquer discussão sobre a Gestor Público com a tutela ou com as Finanças. Era realmente um assunto empresarial sobre rede, condições laborais, CLA, plano de reestruturação, PNL, posição de caixa, portanto, tudo aquilo em que se pode pensar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora bem, precisamente, apesar de haver uma exceção relativamente às remunerações — que não vamos agora discutir, mas está em vigor —, este tipo de processos que estivemos a tratar e de indemnizações, compensação nas saídas de administradores, nada disto é normal numa empresa pública — desculpe, nada disto é legal, eu disse normal, mas queria dizer, nada disto é legal —, mas é normal e frequente em empresas privadas.

Assim, pergunto-lhe: quando é que se apercebeu que havia esse conjunto de obrigações, enquanto empresa sob gestão pública, que não estava a ser cumprido?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Quando o processo foi contestado no final de dezembro, portanto não antes. Eu não tinha

conhecimento de qualquer irregularidade deste processo antes. Os advogados que estavam a trabalhar neste processo ainda afirmam que ele era legal. Portanto, e eu não sou especialista, porque precisaria de vários anos de estudos, de uma perspetiva jurídica. Ainda hoje, existem opiniões diferentes sobre a natureza deste processo, portanto, em nenhum momento, depois mesmo da saída da Alexandra Reis, etc. É também importante lembrar que todos os processos de não-diretor do conselho, mas de diretores, muitas pessoas que não fazem parte do Conselho, mas reportam, fizeram parte de um grande plano, desenhado durante a pandemia, devido à situação da empresa, pelo que todos os RMA foram definidos, com um processo muito rigoroso, com César de facto, e César Esteves foi o único a participar. Assim, todas as outras saídas, plano de saídas voluntárias também foi um processo que foi decidido e desenhado em 2020 e ainda estava a acontecer em 2021 e 2022 porque o despedimento coletivo só parou em setembro, outubro de 2021, com algumas pessoas que só saíram da organização até 2022. Assim, ainda estávamos neste processo de saída de um grande número de pessoas da organização com alguns processos que faziam parte do processo de RMA.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Antes de passar a essa questão do apoio jurídico, queria perguntar-lhe, ainda, sobre uma implicação concreta e um elemento concreto desta questão do não cumprimento de obrigações legais enquanto empresa com gestão pública, nomeadamente o que tem a ver com os contratos de gestão em que se coloca a obrigatoriedade de existir um contrato de gestão com um membro da Administração — neste caso com a CEO —, celebrado no prazo de três meses a partir da data da designação do gestor público.

Ora, se a chegada da Sr.^a Eng.^a Christine Ourmières-Widener à companhia já é posterior àquela mudança do estatuto, tal como nos lembrou e referiu, pergunto em que medida é que estes incumprimentos não foram

identificados ou, se foram identificados, qual foi a solução encontrada, porque até agora estas obrigações continuam por cumprir, pelo que nós conhecemos.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Podem ver nas trocas de *e-mail*, um mail enviado pelo Presidente do Conselho de Administração ao governo, penso que foi em 21 de setembro, assinalando o facto de que ninguém tinha um contrato de gestão e pedindo conselhos e orientações para regularizar a situação para que fosse identificado pelo presidente. E foi assinalado ao governo. Não tenho conhecimento de qualquer resposta ao governo. Depois houve novamente alguma discussão sobre isto recentemente, no início do ano, mas até agora o meu entendimento é que não existe nenhum contrato de gestão assinado por nenhum dos membros da TAP. Portanto, o único contrato que tenho é um contrato que assinei antes de entrar para a empresa e foi baseado nos termos e condições que me foram apresentados por um caçador de talentos liderado pelo MIH com pleno conhecimento das Finanças, porque Miguel Cruz fez parte do júri que me entrevistou. Portanto, este é o único contrato que tenho até agora, neste preciso momento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em que medida é que foi calculada — não apenas a identificar, utilizou a expressão *flagging*, o problema —, para além disso, a avaliação dos riscos deste comportamento, desta situação, tendo em conta que pode estar em causa a nulidade das próprias nomeações da Administração e a sua própria nomeação seria nula à luz destes acontecimentos ou destes factos? Assim, em que medida é que essa avaliação foi feita sobre as consequências dessa situação?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, a avaliação foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração com algum conselheiro externo e toda a documentação foi enviada ao Governo, pedindo para encontrar uma solução o mais depressa possível. Foi assim que foi feito, pelo que foi levado a sério, mas depois disso não tenho conhecimento de qualquer resposta sobre este assunto em 2021. E como talvez saibam, de uma perspetiva executiva, estávamos um pouco ocupados. Portanto, para mim este assunto era realmente da competência da Direção e do Presidente da Direção com um não-executivo. Não foi visto por mim e pela minha equipa como um assunto executivo. Portanto, foi realmente tratado pelo não-executivo e pelo Presidente do Conselho porque eles eram mais... está no seu âmbito de responsabilidade mais do que no nosso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em várias questões, as respostas que tem dado a esta Comissão de Inquérito deixam transparecer um papel, eu diria, constante e, pelos vistos, crítico, de consultores jurídicos externos em serviço para a TAP.

Portanto, queria perguntar-lhe porque é que isto é assim, se tem a noção de que isto não era assim antigamente — porque existia um gabinete jurídico respeitado na TAP — e porque é que recorriam sistematicamente a consultores externos e não ao serviço da própria companhia.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, se me permitem, as grandes organizações como a TAP têm um departamento jurídico que está envolvido em muitos assuntos. Temos uma equipa que está a gerir todos os litígios que temos com os nossos clientes, todos os assuntos de regulamentação. Portanto, estão muito, muito ocupados com alguns assuntos. Vou dar-vos um exemplo: temos tido dificuldade, mesmo agora, em recrutar um diretor para o departamento jurídico laboral para a TAP. É

um processo que tem demorado meses, a tentar recrutar alguém que reporte ao Conselho Jurídico e temos tido dificuldade em encontrar candidatos. Não tem sido fácil também para mim encontrar um novo conselheiro jurídico, tem levado meses. E não é apenas para o nosso departamento jurídico, parece que a exposição da TAP dificulta também o recrutamento para algumas posições e pode ser uma das razões para tal.

Mas todas as grandes organizações têm sempre acesso a um advogado externo, para assuntos talvez mais específicos ou assuntos para os quais se pretende uma melhor verificação, um conselho não só sobre *governance*... Pode obter-se um conselho do departamento jurídico, mas é também uma muito boa prática pedir uma opinião externa e independente quando se pensa ser apropriado. É importante. É por isso que advogados externos são importantes para as organizações.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que daqui se verifica é que há uma gestão da empresa pública como se fosse privada, e em que o próprio aconselhamento jurídico é feito em *outsourcing*, em matérias que têm tudo a ver com a gestão pública que depois não foram cumpridas. E isto também explica muita coisa.

Queria fazer uma pergunta sobre os prémios pagos a administradores da TAP.

A lista fornecida à Comissão de Inquérito sobre os prémios pagos entre 2015 e 2022 identifica apenas o pagamento de prémios durante a gestão privada da companhia: Antonoaldo Neves, 157 500 € em 2018; Fernando Pinto, 275 940 € em 2017 e 420 000 € em 2018; Maximilian Urbahn, 150 000 € em 2017 e 207 000 € em 2018, anos, curiosamente, em que a companhia deu um prejuízo de mais de 100 milhões de euros — em cada um desses anos —, e prémios que foram pagos aos administradores privados e

que acabaram depois por ser pagos pelo Estado, no processo de reestruturação.

Pergunto: a atual equipa de gestão tem prémios previstos nos seus contratos? Já foi algum pago?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Quando diz prémio, refere-se a bónus? Ok.

Não, penso que na equipa atual — poderá ver isso no relatório completo da *governance* — não há bónus que tenham sido pagos à equipa. Não tenho conhecimento do que se verificou no passado, apenas desde que entrei para a organização. O senhor diz saber que tenho previsto um bónus no meu contrato, mas nada foi pago, porque essa não era a estrutura do bónus.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No que respeita a indemnizações a administradores — já não é a questão dos bónus, é a questão das compensações pelas saídas, outro tema —, além das que foram pagas a Maximilian Urbahn, nas mensagens de *WhatsApp* enviadas à Comissão de Inquérito identifica a referência ao pagamento de uma indemnização a Antonoaldo Neves, que «...teria recebido a remuneração global até ao final do mandato e correspondentes benefícios» — estou a citar. Aliás, mesmo na reunião realizada nesta sala, na Comissão de Economia, julgo que na sua intervenção também mencionou essa questão.

Lembra-se de quanto foi essa indemnização a Antonoaldo Neves, no total?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que está nas contas anuais da empresa. Posso tentar recuperar o montante e dizer-lhe, mas tudo o que foi pago a Antonoaldo Neves estava na conta da empresa no final do ano em que ele terminou o mandato. Posso encontrar os dados para si se

tivermos uma pausa, mas não há nada para revelar mais do que o que é revelado. A ideia é que ele foi pago até ao final do seu mandato e com os benefícios que lhe foram permitidos até ao final do seu mandato, mas no relatório anual de governação empresarial é divulgado como deve ser.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, alerta que está prestes a chegar ao termo do seu tempo de intervenção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, ficamos com a confirmação de que se trata de pagamentos decididos e contratados na gestão privada e realizados no final da gestão privada, para todos esses efeitos.

Tenho uma última questão.

A empresa está com falta de trabalhadores em áreas fulcrais. Falámos há pouco na questão do serviço jurídico, mas há trabalhadores a saírem para empresas estrangeiras que pagam muito melhor, há aviões no chão por falta de trabalhadores na manutenção, há o recurso ao ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*), portanto ao *Wet lease, leasing* de aviões para operação, para tentar suprir a falta de aviões e de tripulações, dá a ideia de que o plano de reestruturação está mal concebido e, no entanto, o seu mandato tem sido de executá-lo.

Pergunto-lhe se não lhe parece que a TAP merece ter, um dia destes, uma Administração com um mandato mais claro e mais amplo, de administrar a TAP ao serviço do interesse nacional, e não com o mandato de, claramente, restringir a operação da companhia.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não percebo o que quer dizer com «interesse nacional» porque, na verdade, a minha missão... O que estou a explicar é que a minha missão e o interesse nacional era entregar

o plano. E entregámos um plano que estava acima da capacidade que estava inicialmente no plano.

Portanto, não é uma «tapezinha». Temos 99 aviões para este ano. Tínhamos 105 antes.

A TAP é uma boa companhia, não é uma companhia pequena, e temos quase 90 destinos com uma boa rede. Portanto, só para ser específico, não temos nenhum avião em terra. Tivemos um durante alguns meses, na Guiné, mas, honestamente, não dependia de nós. Foi depois de um acidente.

O que dizemos por aviões em terra é que os aviões que estão em terra, sim, temos alguns desafios em manter técnicos, por exemplo, de manutenção, porque lhes são oferecidas 2, 3, 4 quatro vezes o seu salário em algumas outras organizações. É por isso que pomos em prática um plano de retenção. Mas, lembre-se, quando tiver um plano de retenção que seja bastante rigoroso, tem de se apressar a pôr em prática medidas que possa pagar. Ou seja, se não entregar um resultado, não tem dinheiro para gastar.

Portanto, também tem de aceitar as consequências de algumas posições para correr alguns riscos. Mas, assim que puder, pode pôr retenção. E colocámos retenção nos TMA ou nos técnicos. E também tomámos medidas de retenção para engenheiros, porque estas duas categorias de pessoal foram realmente afetadas. E também estamos a tentar reinvestir em todos os funcionários, seguindo os muito bons resultados, como deveríamos.

O que também é realmente importante é que alguma dificuldade que tivemos em 2022 não teve nada a ver com o plano. Entregámos mais do que o plano. Mas a indústria global, a indústria da aviação, foi muito posta à prova em 2022.

Tivemos alguns aeroportos que caíram, tais como Amesterdão, como Heathrow e Frankfurt. Quando há aviões que regressam de um aeroporto que não está a funcionar bem, o impacto na sua operação é total.

Tivemos um grande impacto na cadeia de abastecimento, significando *stress* de capacidade a subir novamente em 2022, uma cadeia de abastecimento sob *stress*, temos atrasos na receção de peças sobressalentes. Temos atrasos na receção de pás de motores quando tivemos de mudar algumas delas.

O ano de 2022 tem sido um grande desafio para todas as companhias aéreas e não só por causa do nosso plano, porque temos um bom plano. E o plano é muito bom porque estamos a mostrar o resultado, mas também porque o ecossistema global, não falando do ecossistema em Lisboa, é outro desafio, mais crítico do que qualquer outro, se me permitem — e podemos falar sobre isso se quiserem — pelo que isto tem contribuído para termos de enfrentar muitos ventos de proa que, no final, enfrentámos com distinção.

Será perfeito? Absolutamente que não. Mas se há uma coisa que aprendi em 30 anos é sobre a indústria. Portanto, planeamos o que se pode planear e, por favor, antecipemos o pior que pode acontecer, sempre.

E este verão será novamente um verão muito desafiante para a indústria e para Portugal, porque a capacidade é muito elevada, e as infraestruturas serão postas à prova. Portanto, esta é a realidade.

Penso que com um plano que foi aprovado em 2021 é o plano certo para a empresa. É o plano certo também para o País, porque ao ter resultados positivos a empresa pôde reinvestir também na relação com os trabalhadores, o que não podia ser feito antes por causa dos cortes salariais. E, passo a passo, podemos reinvestir na relação com os nossos empregados, o que não poderíamos ter feito sem um bom resultado em 2022.

Por isso, esta é a minha versão da história.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao quarto grupo parlamentar.

Tem a palavra o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Eng.^a Christine Widener.

Gostaria de começar por aquela reunião de 4 de janeiro, que nos mostrou aqui. Nessa reunião, foi apresentada à tutela uma nova estrutura organizativa, já sem Alexandra Reis. Queria confirmar que a tutela deu o *ok* a essa reestruturação sem Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Para ser mais específica: mostro uma organização que estava a mostrar a criação de uma nova entidade e de um novo cargo chamado Chief Strategy Officer para aumentar o foco no longo prazo e na transformação da empresa. E a discussão que tive com o ministro é que o perfil de Alexandra Reis não era consistente com a dimensão principal que foi atribuída a esta nova organização.

E essa foi a discussão. E depois tive uma discussão posterior sobre o mesmo assunto com Hugo Mendes, o Secretário de Estado, no dia 18 de janeiro, aprofundando o âmbito das responsabilidades, o perfil, as diferenças. E também, porque algumas das organizações estavam também a passar de uma para outra. Havia algumas organizações, que estavam sob a minha responsabilidade, que estavam a passar para a parte estratégica. E essa era uma organização complexa para explicar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que queria saber é quando é que comunica à tutela que pretende que Alexandra Reis saia da TAP e quando é que recebe o conforto da tutela relativamente a essa decisão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — A 4 de janeiro, quando tive a discussão com o ministro, mencionei a mudança da organização e também o desalinhamento, porque isso era bidimensional. E o ministro disse-me que estava a apoiar este projeto. E o passo seguinte foi a minha discussão com Hugo Mendes para ver quais poderiam ser os próximos passos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, na reunião de 4 de janeiro já estava claro que a reestruturação, e a concordância da tutela relativamente à reestruturação, implicava uma conversa com Alexandra Reis e um projeto para a sua saída.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, na reunião de 4 de janeiro já estava implícito a Alexandra Reis deixar a organização para criar esta nova organização.

É importante dizer que se tratava de um projeto. O ministro poderia ter tomado a decisão de não apoiar este projeto, porque eu sou alguém com muitos projetos, não apenas organização, e foi uma discussão no início do ano após seis meses e fazendo todo um levantamento do que aconteceu durante estes seis meses, apenas o plano de reestruturação de aprovação.

Foi realmente o passo seguinte na mudança para uma nova organização.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma troca de mensagens no dia 27 de janeiro com o advogado, o Dr. César Neves, em que, depois da primeira proposta de indemnização por Alexandra Reis, o advogado escreve que «...assumindo que o número não será económica ou politicamente viável, vamos considerar a segunda opção, que é uma rescisão unilateral».

E a minha pergunta é: com que base é que iria demitir Alexandra Reis, uma vez que é isso que propunha o advogado, caso a indemnização não fosse política ou economicamente viável?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Esta opção não foi considerada porque havia uma lista de opções na mensagem de... e o processo, e o que eu entendi foi que o processo estava a evoluir, era tentar encontrar uma solução com Alexandra Reis. Mas havia uma série de opções, incluindo esta.

Portanto, esta opção não foi mais estudada neste preciso momento. Era apenas um *e-mail* quotidiano, mas a decisão era continuar a encontrar um acordo com Alexandra Reis.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — (*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*)

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr.^a Engenheira.

Sr.^a Deputada, tem de falar para o microfone para que fique registado em ata. Agradeço.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estava só a dizer que estava a tentar encontrar, porque não é um *e-mail*, é um SMS (*Short Message Service*), e queria só encontrar essa referência.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Apenas para acrescentar à sua pergunta, porque é uma boa pergunta: lembre-se, desde o início, a explicação que tivemos é que a Eng.^a Alexandra Reis tinha direito a receber toda a remuneração até ao final do mandato. Portanto, se tivéssemos uma decisão... Na explicação que tínhamos, não estou a dizer que esteja

certa, mas a explicação que tínhamos é que se o fizer ela terá direito à remuneração até ao final do mandato. Isso seria muito dinheiro. Por isso, também na nossa perspetiva, encontrar um acordo era financeiramente a melhor solução, em vez de pagar a remuneração até ao final do mandato.

Hoje poderá parecer completamente irrelevante, mas foi do meu entendimento, a partir do momento em que a advogada o indicou, que ela tinha direito à remuneração de uma compensação integral até ao final do mandato.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o acordo é precisamente esse valor, é a remuneração até o final do mandato...

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, se olharmos para a remuneração até ao final do mandato, o montante é muito mais elevado e mais próximo da primeira proposta que ela fez ao Dr. César Esteves.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A primeira proposta era os valores até ao final do mandato, mais 25 %, se não estou em erro.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Mas mesmo com menos 25 %, a primeira proposta era superior a 1,2 milhões sem as férias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se estava disposta a despedir unilateralmente Alexandra Reis e se era uma questão de valor, então não se trata de uma rescisão unilateral por parte de Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, não compreendo a pergunta. Não é o caminho que estamos a seguir. Poderia ter sido um, mas nunca foi estudado e a ideia era encontrar um acordo com ela.

Esta opção nem sequer foi considerada, mesmo que se tratasse de um *e-mail* dos advogados. É importante dizer que todas as opções deste *e-mail* foram consideradas legais e absolutamente corretas. Portanto, não foi mencionado, em nenhuma das opções deste *e-mail*, de que poderia ter uma bandeira de «esta é melhor do que as outras». Todas foram consideradas absolutamente corretas. E isso também é importante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me esclarecer, porque houve uma palavra que pode ter confundido a resposta.

Se estava disposta a avançar com a demissão de Alexandra Reis, em último caso, então não é, em substância, uma renúncia voluntária por parte de Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, mas não foi o que aconteceu, por isso não compreendo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi comunicado ao mercado que Alexandra Reis tinha renunciado ao seu lugar voluntariamente. Mas as mensagens aqui não demonstram esse processo, demonstram um processo que iria até à demissão unilateral.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, mas o que aconteceu foi um acordo seguido de um pedido de demissão. Este *e-mail* foi enviado antes de se iniciarem todas as negociações. Não tem nada a ver com o que aconteceu a seguir no processo.

Talvez me esteja a escapar alguma coisa. Lamento. É como se eu quisesse responder, mas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A questão é que tanto para o Estatuto do Gestor Público como para a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) há uma diferença entre haver uma renúncia por parte da administradora — em verdade, em substância — ou haver uma demissão ou uma intenção de demitir a administradora e uma saída indicada e forçada, digamos assim.

Era isso que queria perceber, se é uma renúncia por parte da administradora ou se estamos, na verdade, a falar de uma demissão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bom, faz-me de novo a mesma pergunta. Peço desculpa, mas eu já respondi...

Não estava ciente do Estatuto do Gestor Público. Não tinha conhecimento das diferenças para a Gestor Público. Nem sequer estava assinalado. Nem sequer foi discutido. Nem sequer foi citado em qualquer comunicação.

Então, o que dissemos, o que aconteceu? Ela assinou um acordo e, com base nesse acordo, demitiu-se. Talvez não tenha sido assim que deveria ter sido feito e há algumas opiniões a este respeito. Mas o que fizemos foi de boa-fé, porque estávamos apenas a contar o que aconteceu. E talvez não tenha sido consistente com alguma interpretação do que deveria ter acontecido — e eu compreendo a sua pergunta —, mas, honestamente, no contexto, o que aconteceu? Nem sequer estava lá.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que a Sr.^a Engenheira foi informada de que tinha sido demitida, numa conferência de imprensa,

pelo Ministro das Finanças? Ou seja, quando é que foi formalmente informada dessa demissão?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Durante a conferência de imprensa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não houve nenhum contacto, nem nenhuma notificação da tutela a informá-la de que ia ser demitida, antes da conferência de imprensa?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Para responder à sua pergunta: tive uma reunião com o Ministro das Finanças no domingo à noite antes da conferência de imprensa, e durante a reunião ele expressou o facto de a situação ser complicada, mas não me deu a informação de que eu seria despedida com justa causa no dia seguinte. Disse-me que haveria uma conferência, mas nunca me explicou a natureza do que iria acontecer no dia seguinte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E já foi formalmente notificada depois disso?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Recebi a notificação por aviso (de receção) alguns dias depois, pelo que, tal como mais de uma semana depois, recebi o processo formal. Não recebi nada entre a conferência de imprensa e o documento que me pedia para expressar a minha defesa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, nessa notificação que aparece uma semana depois, é suposto a saída da empresa ter lugar quando?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não existe uma informação de até quando é que fica na empresa?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — E hoje não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho uma outra dúvida.

Tivemos acesso ao contrato da Sr.^a Engenheira, em que é conhecido o salário, está nos relatórios — 504 000 € de salário-base anual, mais o subsídio de alojamento de 30 000€ e um bónus que pode ser o salário anual, mais 20 %, menos 20 %, conforme os objetivos que forem garantidos.

Este bónus só é pago — embora o seu direito seja atribuído no ano em vigor — depois do plano de reestruturação concluído.

Na minuta do contrato de gestão, que nunca foi assinado porque não existe, é muito claro que no caso de uma demissão por justa causa não há lugar a reembolso de bónus ou de direitos adquiridos por bónus anteriores.

No contrato, de facto, assinado pela Sr.^a Engenheira, esta questão para mim não é clara. Por isso, pergunto-lhe se, tendo sido demitida — independentemente da classificação ou da avaliação que faz dessa demissão —, tem ou não tem direito ao pagamento dos bónus que lhe terão sido atribuídos por direito antes dessa demissão, uma vez que o contrato de gestão não está em vigor.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, o único contrato que tenho hoje é este contrato de gestão, e segundo o meu entendimento, penso que este bónus me é definitivamente devido, porque

entreguei o resultado em 2022, pelo que o desempenho em 2022 é completamente independente da minha partida em 2023.

Mas, mais uma vez, penso que essa é a minha interpretação e é por isso que estou a responder à sua pergunta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se o seu contrato, que, de facto, está assinado — e não havendo o contrato de gestão que impedia isto de acontecer —, tem alguma cláusula que a impeça de aceder a bónus cujo direito foi adquirido anteriormente à demissão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tanto quanto sei, não, mas essa será uma questão mais para os advogados. E o contrato foi tornado público, por isso foi divulgado na imprensa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já aqui foi mencionado que nas mensagens há muitas referências à indemnização paga ao CEO Antonoaldo Neves, que saiu em 2020.

No Relatório de Governo Societário de 2020 é escrito que não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções.

E a minha pergunta é: foi paga ou não foi paga indemnização, uma vez que o relatório público diz que não houve qualquer indemnização paga em 2020?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — De facto, foi pago até ao final do seu mandato, pelo que não conheço a qualificação. Não estive lá em 2020, mas é esse o meu entendimento. Mas, mais uma vez, não fui eu que estive presente em 2020.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, foi paga uma indemnização pela cessação de funções de Antonoaldo Neves, independentemente de o relatório do governo societário dizer que não foi paga qualquer indemnização?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, não conheço os detalhes das datas, e lembro que era uma empresa privada, por isso, porque... Mas, que eu saiba, a quantidade de dinheiro foi revelada. Depois disso, a forma, teria de ler o relatório, o que não fiz recentemente, mas imagino que todos os diretores foram transparentes sobre o que foi feito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É difícil que, tendo a TAP dito que não foram pagas quaisquer indemnizações, e tendo sido paga uma indemnização, não exista um problema de transparência. Mas isso é um problema da anterior Administração.

Gostaria de lhe fazer uma pergunta, apelando ao seu conhecimento sobre esta matéria.

Fernando Pinto termina o seu mandato em 2018. Tinha um salário de 560 000 € — estava publicado —, 96 000 € de subsídio de residência, recebeu prémios anuais em 2017 e 2018; termina aí o seu mandato.

Em 2018, é contratado como consultor durante dois anos, tendo um seguro de saúde por cinco anos na empresa, um seguro de vida por dois anos, apoio jurídico, logístico e fiscal da própria empresa e uma viatura de serviço. E é pago por esta consultoria 1 milhão 623 mil euros, ou seja, 67 000 € por mês.

Esta consultoria é paga a uma empresa chamada Free Flight Consulting, que foi criada para o efeito e que nunca teve outra atividade a não ser receber 1 milhão 623 mil euros pagos pela TAP.

Não encontro nenhuma evidência e no contrato não há nada sobre que tipo de consultoria foi prestada por Fernando Pinto nestes dois anos, pelo que gostaria de saber se tem alguma evidência destes serviços pelos quais foram pagos 67 650 € por mês.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como sabem, e para não dizer que... Ainda gosto muito da empresa, por isso, para mim, penso que tem sido a minha prioridade nos últimos dois anos. Por isso, penso que foi por isso que começámos a auditoria completa de todos estes assuntos desde 2015. Assim, haverá em breve uma auditoria que foi feita por E.Y., uma empresa independente, sobre todos estes assuntos da partida do Sr. Torres, mas também dos diretores, auditoria do programa de RMA. Pedimos esta auditoria no final do ano passado, porque depois de descobrir o assunto Max Urban, na sequência de um denunciante da organização, de facto, foi um membro da equipa de RH que indicou que talvez devêssemos olhar para este assunto. E foi bom ver que os nossos funcionários sentem o dever de melhorar a organização.

Assim, após este evento, decidimos iniciar uma auditoria completa, incluindo, naturalmente, a partida de Fernando Pinto. Por isso, preferia que esta resposta fosse dada por esta auditoria, que poderia ser divulgada em determinado momento à Comissão para comentar alguns eventos. Não tenho o relatório final, por isso, também é por isso. Mas penso que esta auditoria poderá dar muitas respostas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não sei se a auditoria vem a tempo útil desta Comissão, pelo que lhe pergunto se acha que esta suposta consultoria existiu, ou se foi uma forma de atribuir um outro pagamento ou indemnização a Fernando Pinto.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não tenho provas em relação aos outros. Não tenho esta informação. Mas penso que a auditoria vai dar respostas a isto, porque uma das perguntas que fizemos aos auditores é encontrar provas destes serviços, se houvesse alguns serviços, para os membros anteriores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso quer dizer que não tem evidência dos serviços prestados?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não tenho provas, de uma forma ou de outra. Porque não tenho os dados, não tenho o relatório final.

Fizeram muitas entrevistas com pessoas que já não estão na organização, porque queríamos mergulhar fundo e chegar à verdade sobre a realidade do que aconteceu. Por isso, fizeram um trabalho muito aprofundado, o que será muito relevante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Talvez me consiga, então, explicar outro contrato: os Administradores Max Urban, o David e o Humberto Pedrosa, para além dos salários e prémios que lhes foram pagos pela TAP, tiveram um contrato de prestação de serviços com a Atlantic Gateway no valor de 4,3 milhões de euros, entre 1 de janeiro de 2016 e julho de 2020. A que é que se deve este contrato de prestação de serviços que custou 4,3 milhões de euros?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Muito bem, vou utilizar a minha experiência no setor privado.

Não é raro quando se tem um investidor privado que trabalha como um capital privado, que assine um contrato de gestão com uma organização

e que defina uma quantia que cubra o tempo de experiência que gasta a ajudar a empresa.

É muito clássico quando o capital privado ou investidores privados investem na empresa para assinar aquilo a que chamam contrato de serviço com a empresa. Não quero julgar o montante, etc., porque, mais uma vez, não estava lá, mas o facto de haver um contrato como este entre um investidor privado trazendo uma equipa e alguns serviços e talvez fazendo parte de alguma reunião, negociação, penso que isso não é invulgar.

Por isso, depois disso, não vi o contrato. Mas a forma como o contrato foi decidido, quando foi assinado, a quantidade de dinheiro, isso é outra história. Mas um contrato como este é absolutamente clássico numa situação privada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra. Alerto-a de que o seu tempo está prestes a esgotar-se, nesta primeira ronda.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É a própria TAP que, na informação que nos envia, destaca este contrato e destaca-o juntamente aos prémios pagos a estes três administradores, prémios e salários.

Isto porque, os únicos administradores da Atlantic Gateway são o Max Urban, o David e o Humberto Pedrosa e o David Neelman. Ora, estes administradores eram pagos pela TAP, tinham salários pagos pela TAP como administradores e estavam numa empresa que recebeu mais de 4 milhões de euros da TAP, durante o mesmo período. Daí haver a pergunta e, eventualmente, a TAP, na informação que nos enviou, ter colocado cada um destes administradores, para além dos salários, a ter acesso a estes 4 milhões, mas a que título, não sabemos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me só terminar com uma outra questão.

Queria ainda que, por favor, nos explicasse porque é que consideraram que o acordo de pré-reforma com o Administrador Max Urban não era legal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Srs. Deputados, eu pedia mesmo que todos tivéssemos muita atenção no cumprimento dos tempos. Os tempos são indicativos para quem cá está a prestar declarações, mas não o são para os Srs. Deputados.

Sr.^a Engenheira, faça favor, tem a palavra.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — A resposta é muito rápida neste caso. É porque quando descobrimos isto, decidimos, porque era muito complexo, muito difícil de compreender porque ele era administrador e já não era, depois voltou como administrador. Pedimos uma opinião externa, conselhos a uma firma de advogados e eles voltaram dizendo que achavam que tínhamos motivos para parar o pagamento e também para pedir o dinheiro de volta.

Assim, foi esse o conselho, e imediatamente nos dirigimos ao Conselho Não-Executivo, porque a investigação e as conclusões foram feitas pela Comissão Executiva. Dirigimo-nos ao Conselho Não-Executivo e enviámos uma carta ao cavalheiro para o informar dos procedimentos que estávamos a iniciar.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à quinta intervenção dos grupos parlamentares.

Sr. Deputado Paulo Moniz, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, tivemos conhecimento, há pouco, nas declarações da Sr.^a Eng.^a Christine, de que houve uma reunião no dia 17 — que precedeu a sua vinda à Comissão de Economia —, com o Grupo Parlamentar do PS e com membros do Governo.

Ora, há aqui uma questão muito importante que tem a ver com o facto de quando um membro do Governo, quando um alto responsável é chamado a uma comissão permanente da Assembleia da República se partir do princípio que vem numa condição normal, sem, obviamente, ter havido, na véspera, reuniões com uma das partes que vai conduzir essa inquirição ou, se quiser, essa intervenção na Comissão de Economia.

E, desse ponto de vista, para nós, antes — e, por isso, pedi agora o ponto de ordem — é absolutamente crucial, em nome, aliás, da transparência. Recordo que o Sr. Primeiro-Ministro António Costa hoje disse que toda a verdade deve ser apurada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, doa a quem doer. E antes de dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria saber se algum dos Deputados que aqui está e que integra a Comissão Parlamentar de Inquérito — e, naturalmente, por razão da total transparência, também o Sr. Presidente, não por essa razão, mas porque é membro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — esteve na reunião de 17 de janeiro com a Sr.^a Eng.^a Christine.

Assim, só depois disso poderemos ter a garantia de que aquilo que vai ser a intervenção dos membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Comissão Parlamentar de Inquérito responde à transparência que é

exigida. Caso não se verifique, o PSD solicita que, a haver membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que tenham participado nessa reunião, se abstenham hoje de questionar a Sr.^a Eng.^a Christine Widener.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu queria dizer-lhe o seguinte: penso que, independentemente de não ter sido, efetivamente, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos...

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Então, não é?

O Sr. **Presidente**: — ... — se eu puder, também, usar da palavra, agradecia —, penso que essa pergunta faz sentido ser colocada, parece-me, na Comissão de Assuntos Económicos.

Na Comissão de Inquérito, para que fique claro para todas as pessoas, aquilo que foi reportado foi uma reunião da Comissão de Assuntos Económicos, não foi, com certeza, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, penso que nenhum de nós estaria à espera de uma questão dessas. Mas, de qualquer forma, fica registada a intervenção do Sr. Deputado, que agradeço, e dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, ao Sr. Deputado Carlos Pereira.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Deputado, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado Paulo Moniz.

Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, tendo ouvido atentamente a sua explicação, que, obviamente, nós registamos com o apreço que nos merecem sempre as suas intervenções, não podemos com ela

concordar, por uma razão simples: o Sr. Presidente está agora a passar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como decorre da ordem de intervenções, mas não está a criar as condições para salvaguardar do risco que nós identificamos de, porventura, os que irão intervir agora terem estado presentes na reunião de 17 de janeiro, prévia, com a Sr.^a Eng.^a Christine Widener e isso não é uma questão da Comissão de Economia, isso é uma questão da isenção no exercício de intervenção na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se concluirmos que nenhum desses membros esteve nessa reunião, o nosso assunto está resolvido e esclarecido.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe a sua intervenção e quero dizer-lhe — e chamar a atenção de todos, nomeadamente daqueles que nos ouvem — que o regime das comissões parlamentares de inquérito é bastante rigoroso quanto às questões das incompatibilidades.

Aliás, como todos os Srs. Deputados sabem, assinámos todos no início uma declaração precisamente nesse sentido, de não existência de qualquer tipo de incompatibilidade e, por isso, é que aqui estamos todos. E mais: estamos todos de forma individual nestas reuniões, como Deputados, eleitos pelo povo, e aqui estamos para o apuramento da verdade.

Portanto, ouvido isso, registado e agradecendo a forma de eu poder agora explicar também e dar uma resposta, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, percebo que os Srs. Deputados queiram que esta reunião seja uma reunião com muita informação, mas eu

pedia que nós conseguíssemos ser mais moderados nas interpelações à Mesa, que sei que é aquilo que o Sr. Deputado vai fazer.

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, vou ser breve, mas permita-me, também, enquanto elemento da Mesa — não tirando naturalmente, como é lógico, nem é a minha pretensão, qualquer legitimidade na decisão do Sr. Presidente — dizer-lhe que eu próprio não me sinto confortável sabendo que houve uma reunião preparatória, uma audição nesta Casa, independentemente da comissão que se tratou, e ter alguém que participou nessa reunião, que prepararam uma audição — audição que todos nós vimos como é que decorreu — em que a Sr.^a Engenheira aqui presente se escusou a responder ao que quer que seja, efetivamente.

Portanto, a bem da transparência e a bem dos trabalhos, o Grupo Parlamentar do Chega requer ao Sr. Presidente que siga esta recomendação e que, antes de concluirmos e passarmos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pergunte à Sr.^a Engenheira se algum membro — pode ser que não estivesse nenhum —, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, algum Deputado esteve presente nessa reunião. E a única coisa que nós entendemos é se algum Deputado esteve, efetivamente, nessa reunião, que não intervenha nestas questões, isto a bem da transparência e só apenas da transparência.

Portanto, Sr. Presidente — e permita-me —, enquanto membro da Mesa não me sinto confortável em seguir os trabalhos desta forma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe a chamada de atenção e queria dizer-lhe o seguinte: o mandato de cada um dos Srs. Deputados é um mandato que é do próprio perante o povo e da sua responsabilidade. E, portanto, não peçam ao Presidente de uma comissão que limite, de alguma forma, qualquer tipo dos seus princípios legais, nós já

vimos que eles estão todos respondidos através do regime jurídico, e éticos ficam à ordem de cada um.

Eu queria pedir que tivéssemos condições para que continuássemos os nossos trabalhos, sendo que qualquer um dos Srs. Deputados pode colocar, nas rondas que faltam, qualquer questão à Sr.^a Engenheira sobre aquilo que entender, como é evidente.

Sr. Deputado Filipe Melo, podemos continuar ou ainda não?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, a decisão do Sr. Presidente está tomada e não vamos voltar a questionar.

Peço é ao Sr. Presidente, a bem da verdade, antes de começarmos esta ronda, que o Sr. Presidente solicite à Sr.^a Engenheira que diga, apenas e só, se algum dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve ou não presente, independentemente depois da decisão que o Sr. Presidente já tenha tomado. Peça-lhe que identifique, antes da intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se algum Deputado esteve ou não presente na reunião. É básico!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu queria dizer-lhe o seguinte: independentemente da vontade que o Presidente tenha de colocar questões nos momentos em que estamos a discutir pontos, eu quero dizer-lhe que não me parece que deva ser o Presidente a colocar as questões.

Mais: o Presidente deve manter essa posição precisamente para ser intérprete. Ainda há pouco aconteceu com o Sr. Deputado, quando o Sr. Deputado colocou uma questão que queria que a Sr.^a Engenheira clarificasse. Eu coloquei essa questão. E acho que nós devemos continuar, porque todos nós vamos ter rondas a seguir para fazer perguntas.

Srs. Deputados, vamos a meio da primeira ronda e temos três rondas. Portanto, todos nós vamos ter oportunidade, ocasião, para colocarmos as

questões todas que tivermos de colocar. Com todo o respeito, acho que temos essa obrigação e temos também a obrigação de tornar os nossos trabalhos o mais produtivos possível e, portanto, eu pedia que criássemos condições para que déssemos a palavra ao Sr. Deputado Carlos Pereira, do Grupo Parlamentar do PS.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, ainda antes do começo da audição e da interpelação que tenho de fazer à Sr.^a Eng.^a Christine, quero dizer que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não está a ser inquirido, isto parece-me evidente. Não é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que está a ser inquirido e, portanto, parece-me evidente que não fazem muito sentido estas declarações anteriores.

Por outro lado, era importante saber se, eventualmente, nesse contexto, mas não necessariamente aqui, todos os partidos aqui presentes estão em condições de garantir que não receberam nenhuma informação, por exemplo, da CEO da TAP, pelo que significaria que, eventualmente, estaríamos em condições semelhantes caso essa suposição fosse verdadeira.

Portanto, posto isto e sublinhando que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não está a ser inquirido, mas sim a Sr.^a Eng.^a Christine, começarei a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradecia-lhe que começasse.

Faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, começo por cumprimentar a Sr.^a Eng.^a Christine e os advogados que a acompanham e muito obrigado pela sua vinda e os esclarecimentos que prestará.

A primeira pergunta, basicamente, é se assume integralmente todos os atos da sua gestão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como CEO e membro da Comissão Executiva, fazemos parte da equipa. Sim, temos uma equipa que toma decisões em conjunto.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mesmo aqueles atos que conduziram, enfim, a uma situação de nulidade e ilegalidade, como é o caso da saída de Alexandra Reis, conforme justificou a IGF?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, o IGF deu um parecer. Mais uma vez, o que vos disse, os advogados com quem trabalhamos, penso que talvez possam ser convidados para esta comissão. Isso é uma sugestão. Porque eles têm uma opinião. Penso que a opção ainda era legal, por isso, como executivo sénior, é preciso tomar uma decisão com base nos conselhos certos e foi isso que fizemos. Foi isso que fiz ao recrutar pessoas que me poderiam dar os melhores conselhos.

Portanto, se me perguntarem se agi com o dever de fazer um bom trabalho, absolutamente, porque foi por isso que recrutei advogados para nos aconselharem apenas neste processo.

E não vejo nada que seja contra o exercício de um cargo superior de gestão.

Mais uma vez, tudo o que foi descoberto depois, foi descoberto após a transação ter sido feita e não foi consistente com todos os conselhos que tivemos durante a transação com uma decisão que foi tomada pela minha tutela, e eu estava lá apenas para fazer a ligação com os advogados que também lhes disseram exatamente a mesma coisa. Assim, o MIH seguiu o

conselho dos advogados e estava convencido de que essa era a forma correta de o fazer.

E eles fizeram-no, como eu, de boa-fé, e não tenho dúvidas quanto a isso.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ou seja, mesmo aqueles atos que ignoraram o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial do Estado e também do Estatuto do Gestor Público? Assume-os totalmente?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que estou a dizer é que não estava ciente de que havia algo ilegal em qualquer coisa que estivéssemos a fazer, porque fomos aconselhados por advogados profissionais.

É claro que nenhum gestor quer fazer algo ilegal, é por isso que estamos a recrutar advogados.

Essa é a minha única resposta. E ainda não estou convencida de que fosse ilegal, porque era uma opinião, mas penso que essa não é a decisão final. Foi uma opinião que ainda é contestada por alguns advogados eminentes, e foi uma opinião.

Mas, mais uma vez, estávamos a seguir o conselho e havia várias pessoas conscientes do processo de que estávamos a falar de um acordo e ninguém o assinalou.

Portanto, talvez houvesse algo não claro, e talvez seja devido à complexidade da isenção para a TAP, que é apenas uma questão de remuneração e não de partida por causa do Gestor Público, mas isto aprendemos depois.

Então, será que fizemos tudo o que pensávamos estar a seguir, a regra de uma boa gestão neste processo? Absolutamente, fizemos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ou seja, assume integralmente os atos e assume que aquele ato foi ilegal.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, eu nunca disse isso. Posso dizer-vos que foram 10 pessoas, ou 10 entidades, envolvidas e conscientes. Era eu, era o Presidente, era o CFO, o departamento jurídico da TAP também estava ciente quando receberam o documento para a CMVM, havia a Morais Leitão, havia a SRS, por isso era um processo gerido por vários intervenientes. Essa é a minha resposta.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas, se não assume que é ilegal, porque é que demitiu a CRS Advogados? Porque é que a TAP mandou embora a CRS Advogados?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Pensámos que com todo o barulho que havia na imprensa, era uma boa decisão. E, mais uma vez, não foi uma decisão minha, foi uma decisão de equipa, após uma longa discussão, não só a nível de Comissão Executiva, mas a nível de Direção, tomada por todos os intervenientes, os que foram incluídos no processo e os que não foram incluídos no processo, pensando que com tudo o que se estava a passar era uma decisão sábia.

E houve uma reunião com a SRS de que não se tratava absolutamente de tirar uma conclusão, mas do facto de que com todo este barulho poderia ser sensato fazê-lo e foi isso que aconteceu.

Mas não se baseava na certeza de algo que ainda não está concluído.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, não foi uma decisão apenas sua, mas concordou com ela.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, nós somos uma equipa. Quando se tem cinco membros executivos e quatro membros da Direção é claro que se está numa sala e se tomam decisões em conjunto. Decide quais são os prós e os contras de todas as decisões. E pensamos que com toda esta história que estava a expor a TAP, foi uma decisão sábia a ser tomada pelo Conselho de Administração.

Assim, como membro da equipa, concordei com a sugestão de alguns dos membros da Direção e tomámos uma decisão unilateral — não unilateral, foi uma decisão apoiada por todos os membros, executivos e não executivos.

Lamento, mas não foi unilateral.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas essa explicação tem uma contradição, porque o cerne desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a saída de Alexandra Reis, da qual a Eng.^a Christine praticamente guardou para si todo o processo, informou duas ou três pessoas, mas praticamente ninguém na TAP sabia: o departamento jurídico não sabia, o PCA (Presidente da Comissão Executiva) soube mais tarde. Portanto, isso é um bocadinho contraditório relativamente àquilo que respondeu agora.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Se me permitem, como expliquei, a decisão não foi minha. Expliquei o projeto da organização ao Ministro das Infraestruturas e depois não tomei qualquer decisão porque uma decisão só podia ser tomada pelo Governo, porque era um membro do Conselho de Administração.

Assim, falei sobre o projeto de uma organização e a decisão só podia ser tomada pelo Governo. Portanto, não é correto dizer que a decisão foi minha.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Então, vamos falar um bocadinho como é que tudo isto começa.

A primeira pergunta é esta: quem é que deu o primeiro passo nesta questão da saída de Alexandra Reis? É Alexandra Reis, ou é a Eng.^a Christine?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso ter explicado, na minha apresentação, que no dia 4 de janeiro tive um contacto com o Ministro das Infraestruturas e expliquei-lhe que queria mudar a organização. E esta organização tratava da criação de uma nova estrutura para a estratégia.

E foi assim que começou. E essa foi uma decisão de avançar, foi tomada a partir do início de janeiro. Nada mais, nada mais do que o que foi explicado durante esta apresentação.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sim, percebemos que a 4 de janeiro falou com o Sr. Ministro, mas antes disso o que é que aconteceu para chegar a essa situação, isto é, para falar com o Sr. Ministro e dizer que quer reorganizar e quer tirar Alexandra Reis do processo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Refere-se à génese?

Foi um longo processo de reflexão, em que também olhava para a sinergia na minha equipa, para os diferentes talentos à mesa. Havia também um departamento, digamos, que devia reportar ao CFO, que não reportava ao CFO. Fizemos um primeiro movimento com o departamento da frota, que passou da organização de Alexandra Reis para a organização de Gonçalo Pires, a equipa da frota.

Isso criou uma grande tensão entre os dois. Penso que podemos dizer que se trata de um eufemismo. Assim, Gonçalo Pires e Alexandra Reis tiveram alguns desafios, na sequência desta mudança, a gerir a transição.

E foi aí que a tensão começou a ser difícil no seio da equipa. Quando começámos a mudar fez sentido, porque não fazia qualquer sentido ter a frota, que é uma estrutura de custos importante, a não reportar ao CFO. Por isso, fizemos esta mudança e isso criou tensão entre os dois diretores.

Na sequência disto e avançando, pensei na organização, falei com alguns membros da minha equipa, principalmente o CFO, porque o CFO... E continuámos a trabalhar e a olhar para ela, do ponto de vista da organização. Organização em primeiro lugar, é sempre a mesma.

E quando este projeto estava pronto, pensei que era importante, antes mesmo de pensar no futuro, ter uma reunião com o ministro.

Mas um projeto como este, não foi o primeiro, não foi o último, podem-se ter muitos projetos, não significa que se possa avançar, que se possa trabalhar. Alexandra Reis poderia decidir não estar disposta a negociar e nós não teríamos feito mudanças na organização. O ministro poderia ter dito: «Sem mudança, continuamos a fazer isto e não temos a mudança», e teria sido ótimo.

Um projeto não significa que seja absolutamente crítico. Seria melhor para a organização fazê-lo e tivemos uma discussão muito boa com o ministro.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas essas tensões eram de tal modo insuperáveis que punham em causa aquilo que era essencial, ou seja, o plano de reestruturação da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que eu disse é que era algo que estava a criar tensão e que um desalinhamento nunca é bom para nenhuma equipa. Pode ter impacto no desempenho da equipa. E essa era a nossa perspetiva, mas não era a única razão. Tinha um desalinhamento factual, que podia ser provado na ata, e tinha o que também a organização

podia fazer, como a organização podia melhorar ou mudar para melhorar o desempenho da organização, porque precisamos de uma perspetiva mais a longo prazo e não tínhamos isso na organização e a agenda de transformação era muito pesada. Portanto, estas duas coisas.

Mas em qualquer empresa não é invulgar e até se espera que nos desafiemos a nós próprios sobre o objetivo da nossa organização, se for o correto, achamos que podemos otimizá-la?

TAP, antes da minha chegada, pedi a alguns consultores externos que olhassem para a organização, o número de linhas de relatório, o tamanho da equipa, por isso, desafiar a organização, como a organização pode melhorar é bastante clássico na organização. Isso não significa que quando se tem um projeto, é um projeto que se implementa.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Essa avaliação, enfim, é uma avaliação sua ou era da equipa?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Refere-se à avaliação da organização? Penso que em...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não, não, não. Vou precisar: não me refiro à avaliação da organização, mas à avaliação de Alexandra Reis, daquilo que representava Alexandra Reis, do ponto de vista dos objetivos do plano de estruturação e do futuro da empresa.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que o que disse, e volto a dizê-lo, é que houve um desalinhamento com base em factos. Havia uma organização que avançava. Depois disso, o facto é que quando se cria uma organização é necessário ter perfis que possam ou não estar aptos

para um trabalho. E essa é uma conclusão que se tira com base em factos, não em avaliação.

E nesta função estratégica precisávamos de um perfil que tivesse uma mente estratégica, ou seja, alguém que estivesse, por exemplo, a trabalhar numa empresa de consultoria estratégica e que tivesse esse passado. Essa era uma das principais aptidões e competências que foram construídas nos perfis. Isso foi aprovado.

Assim, a decisão também sobre o perfil do responsável pela estratégia não foi minha. Eu fiz uma proposta. Foi aprovada. A decisão foi, definitivamente, uma decisão que foi finalmente tomada pelo Secretário de Estado quando enviei a proposta e o perfil. E os nomes que estavam a começar a ser sugeridos eram exatamente coerentes com o perfil, com uma base de consulta estratégica para todos eles.

Era factual, nada a ver com uma avaliação que não se baseasse em factos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ok, mas isso significa que a equipa achava que Alexandra Reis não tinha perfil para o cargo mais estratégico que a Christine queria criar para a TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não é pensar, é factual, porque se não tiver, na sua experiência de base, nunca tendo trabalhado como consultor de estratégia, os seus principais perfis de qualificação e competências não são consistentes com o perfil.

Apenas alguns pormenores, também. Sofia Lufinha, que tomou esta posição, foi aprovada pelo Governo após uma assembleia geral. Além disso, a substituição de Alexandra Reis foi aprovada numa assembleia geral com uma mudança de organização e o perfil que era consistente com o perfil do trabalho que foi comunicado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ok, mas não há nenhum facto que possa confirmar que a equipa toda considerava isso que a Cristina acabou de dizer sobre a Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O CFO estava ciente deste projeto porque uma grande parte da organização de aquisições da Alexandra Reis estava a passar para a equipa financeira e era uma grande organização. Ele estava ciente e estava também consciente de ter à volta da mesa um perfil mais estratégico. Esse era o jogador principal porque ele era o mais impactado.

É difícil falar com outros membros da Direção quando... da equipa executiva. A única coisa que vos posso dizer é que o presidente também estava ciente e um dos não-executivos também estava ciente deste projeto. Portanto, todos eles estavam cientes disso.

Não era eu que estava a fazer um projeto por conta própria. E então, de repente, consultei realmente várias pessoas. Depois disso, elas podiam ter opiniões diferentes, perspetivas diferentes sobre isso. Mas foi esse o projeto que foi concebido.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Pois, estando mais ou menos a par é uma coisa, mas da troca de mensagens a que pudemos ter acesso há, por exemplo, uma conversa que tem com dois membros da Administração — Patrício e Ana Lehmann, acho eu —, em que propõe falar sobre o tema e eles sugerem que se fale no Conselho de Administração. E a Cristina não gosta da ideia e até partilha esse desagrado com o CFO da TAP. Portanto, parece-me que, de facto, era um tema seu e não da equipa, não?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não creio que seja isto o que está nas mensagens. Nas mensagens, quais são as trocas que sugeriram e comentam que penso que foi apropriado da parte do CFO que é um assunto difícil de ter num Conselho de Administração onde a pessoa potencialmente mais impactada estaria à volta da mesa. E penso, honestamente, como melhor prática de gestão e liderança, que nunca se verá isso em nenhuma organização. Se pretende fazer algumas mudanças na organização que possam ter um impacto significativo num dos membros há algumas melhores práticas que dizem, por uma questão de respeito, que isto tem de ser tratado com cuidado, porque pode ser visto como bastante perturbador.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Continuando no tema, mas passando para outro plano: esta ideia de que era muito grave — porque senão não haveria nem reorganização, nem a saída de Alexandra Reis da estrutura, da forma que foi — deveria ter deixado alguma evidência, pelo menos na troca de documentação. Nós não temos nenhuma evidência sobre isso.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Desculpe, evidência de quê?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Evidência de que havia divergências entre a CEO e Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, não é entre a CEO e Alexandra Reis, se me permitem, é entre Alexandra Reis e algumas dimensões do plano, e está documentado nas atas do Comité Executivo e nas atas do Conselho, como deveria ser, porque isso é prova, de facto.

Portanto, há provas que estão documentadas.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Bom, mas numa organização que funciona em equipa, em que têm de conversar todos, que todos dão a sua opinião, trocam mensagens, até com informalidade, como tem vindo a ser dito aqui, provavelmente essa informalidade também existiria entre a CEO da TAP e Alexandra Reis. Não há uma única mensagem de *WhatsApp* sobre nenhuma divergência!

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, porque não há nada de pessoal, trata-se de negócios.

Trocámos a nossa opinião durante as reuniões do Conselho de Administração, comissões executivas, foi devidamente documentada, mas não há absolutamente nada de pessoal sobre este assunto e estas são reuniões suficientemente importantes para serem documentadas, como deveria ser.

Não sei que mais provas gostaria de encontrar, porque estas são ainda mais importantes do que as mensagens da *WhatsApp*, porque estão em ata.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Bom, julgo que os *WhatsApps* que trocou, seja com o Hugo Mendes, seja com o Presidente do Conselho de Administração, seja com o CFO, não eram pessoais, eram assuntos da TAP que estavam a ser conduzidos. Seja até com o advogado, com quem trocou abundantemente muitas mensagens. Mas não eram pessoais, eram temas relacionados com a TAP e tinham a ver com questões profissionais. Portanto, neste tema, em que Alexandra Reis é o foco, em que a Christine lidera um processo, antes disso não há nenhuma mensagem entre Alexandra Reis e Christine, e isto é, de facto, insólito.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Lamento, mas não acho que seja estranho, porque, mais uma vez, não é nada pessoal. Não tinha

motivos para ver como discussão entre mim e Alexandra Reis, foi uma mudança e desalinhamento da organização e, como CEO, tive este encontro com Alexandra Reis com todo o respeito, porque ela era um membro profissional da equipa, como deveria ser. Mas não havia nada de pessoal em toda a relação que tinha com Alexandra Reis e foi isso que eu já disse.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Eng.^a Christine, eu ainda não disse, em nenhum momento, que tinha alguma suspeita de que a questão fosse pessoal, entre a Eng.^a Alexandra Reis e a Christine. Não fiz nenhum comentário sobre isso. O que me parece importante nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é clarificar o seguinte: se as divergências são tão profundas que criaram tudo isto, e que nos fazem estar aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é que não há evidências dessa matéria? No Conselho de Administração não há nenhuma nota relevante sobre as divergências que obrigavam à saída de Alexandra Reis, ou de que ela poderia pôr em causa o plano de reestruturação. Essas são diminutas, além de que não há nenhuma divergência anterior entre a Eng.^a Christine e Alexandra Reis sobre esta matéria que possa consolidar que havia um processo anterior, robusto, que levava a esta demissão que acabou por acontecer.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Assim, mais uma vez, encontrará na ata algum desalinhamento com o quadro no final de dezembro. Encontrará algum desalinhamento nas principais decisões sobre o orçamento de 2022 em atas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

Estas são questões críticas, por isso, lamento, mas isso é bastante evidente em tudo.

Honestamente, também, lembrem-se, tive uma reunião com Alexandra Reis sobre a reorganização e para ver qual poderia ser a solução, pelo que foi

também uma discussão muito aberta, explicando a lógica da reorganização, pelo que foi muito racional e baseada nas mudanças a ver na organização da empresa.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Para terminar este bloco de perguntas, depois, provavelmente, poderemos voltar a isto: no seu *PowerPoint* que nos apresentou há uma nota do dia 25 em que, basicamente, diz que o Ministério das Infraestruturas e Habitação sugere que fale com Alexandra Reis a ver se está disponível e que veja qual é o preço. Ora, nós também não encontramos nenhuma dessa informação. Não sei se nos pode disponibilizar essa mensagem ou essa evidência de que o Ministério das Infraestruturas sugeriu que a Christine falasse com Alexandra Reis.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — A prova que tínhamos porque havia muita discussão é que confirmei por mensagem que tinha tido uma discussão com ela, pelo que foi uma confirmação de que tinha uma reunião com ela, o que significa que algo antes era a sugestão de falar com ela antes de qualquer movimento.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — O que estava no seu *e-mail* é que houve uma mensagem — suponho eu, aliás, todo o seu *PowerPoint* é feito de mensagens — do Ministério das Infraestruturas, não diz de quem, a sugerir que falasse com Alexandra Reis, que visse qual era o preço e que visse se ela estava disponível a sair.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não dissemos que era um *e-mail* ou *WhatsApp*, dissemos que o Secretário de Estado me sugeriu que falasse com Alexandra Reis.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Onde?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, porque eu não teria uma discussão com a Alexandra Reis sem ter tido uma recomendação do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Vou tentar ser mais preciso. Isso ocorreu numa reunião?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não me recordo dos detalhes, mas creio que terá sido durante um telefonema com Hugo Mendes, porque não me recordo de nenhuma reunião. Posso consultar novamente a minha agenda.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas, Sr.^a Engenheira, se não há mensagem, não há *WhatsApp*, não há *e-mail*, não há reunião, onde é que ocorreu essa mensagem e essa indicação do Ministério para negociar com Alexandra Reis, para garantir o preço?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu tenho na minha agenda uma chamada com Hugo Mendes no dia 24 de janeiro às 11 horas. Portanto, imagino que foi durante esta reunião da Microsoft Teams que esta discussão teve lugar.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — De quando é essa mensagem? Não percebi, desculpe. Qual é o dia?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu tenho na minha agenda uma chamada com Hugo Mendes no dia 24 de janeiro às 11 horas.

Portanto, imagino que foi durante esta reunião da Microsoft Teams que esta discussão teve lugar.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas, Sr.^a Engenheira, essa reunião é importantíssima. Não está no seu *PowerPoint*, porquê?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que está no meu *PowerPoint* é o facto de eles terem sugerido esta reunião, certo? Esta reunião foi realizada no dia 24 de janeiro, o que é apenas uma prova do facto.

Não há intenção da minha parte de não dizer a verdade. Estou aqui para dizer a verdade com factos. Perguntam-me quando poderia ter tido uma discussão com o Secretário de Estado e eu digo-vos que está na minha agenda que tive uma reunião no dia 24 de janeiro. Como veem, tem havido muito trabalho a ser feito na cronologia para ser muito específico e detalhado. Portanto, penso que também podem reconhecer que temos tentado dar uma informação exhaustiva a esta Comissão para mostrar todos os factos durante todo este processo.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não estou a dizer que está a mentir, o que estou a dizer é que o tema é tão relevante que não consta, em primeiro lugar, do *PowerPoint* e, em segundo lugar, não há nenhuma demonstração de que essa conversa efetivamente ocorreu, a não ser a sua agenda. E, portanto, é importante que nós possamos clarificar se essa indicação, de facto, houve ou não, porque, neste momento, a única coisa que temos é a sua palavra, não há nada mais que o demonstre.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Têm uma reunião na minha agenda e têm a minha palavra. Mas para muitas coisas que aconteceram durante este processo, nem sempre há confirmação escrita, mas

há eventos que são consistentes com outros processos do que está a acontecer. Portanto, compreendo o seu comentário, mas ao mesmo tempo este processo não foi documentado por escrito para cada passo, incluindo este, mas não foi o único.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Então, teve uma reunião, uma *conference call* no dia 21, mas no dia 25 é que a coloca no seu *PowerPoint*. Enfim, não sei se se esqueceu, não sei o que é que se passou aqui, mas há alguma coisa que, de facto, parece que não bate certo.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não sei porque diz que há algo que não corresponde. Penso que foi há um ano. Temos tentado fazer a devida diligência do processo e agora posso confirmar que tivemos uma discussão a 24 de janeiro. E isso pode ser comprovado pela minha agenda. Portanto, a única coisa que posso dizer, mais uma vez, são apenas factos, mas reconheço que foi uma questão muito boa porque, de facto, este evento deveria refletir-se mais na cronologia.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Enfim, nós não consideramos que seja estranho não se lembrar disto. Enfim, pode acontecer. O problema é que o *PowerPoint* está com uma precisão imensa em tudo e nisto falha redondamente. E era importante perceber porquê.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, não sei o que... Não penso que seja um fracasso. A única coisa que está no *PowerPoint* é a data do encontro e nós não demos, neste *PowerPoint*, todos os detalhes de todos os passos, porque quando começámos esta apresentação eram 30 *slides*. Assim, partimos de 30 diapositivos e passámos a um resumo do passo principal e, para nós, o passo principal foi a reunião do dia 25. E não

queríamos esconder-nos, absolutamente, nem nada mais, porque o facto de fazer este *PowerPoint* era apenas explicar o máximo possível, mas não tudo porque não sei quantas páginas tem a cronologia, mas é um documento grande.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Vou mesmo terminar este tema, mas queria dizer-lhe que este é, porventura, o tema mais relevante do *PowerPoint*, porque é o que diz que o Governo lhe deu indicações para falar com a Alexandre Reis e para negociar um preço. E isto não está demonstrado em lado nenhum, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — No *PowerPoint* dizia-se que eles sugeriam a discussão da reunião. Portanto, a conclusão estava no *PowerPoint* como deveria estar, porque mostra qual era o processo e porque tínhamos esta reunião. Assim, especificamente, o dia 24 não foi mencionado, mas o que era importante é que esta reunião aconteceu na sequência de recomendações totais do Governo.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Já tenho pouco tempo, vamos à questão do cálculo da indemnização.

Na sua contestação — não necessariamente na IGF, porque as declarações à IGF, em comparação com as declarações que fez à DGTF, são diferentes, algumas por omissão, outras, enfim, veremos, ao longo da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que é que aconteceu — fica a ideia de que a Sr.^a Engenheira, neste processo, nomeadamente também do cálculo do valor, é apenas uma espécie de passa-palavra: ouve os advogados, passa para o Governo, não tem opinião, não diz nada. É assim?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, eu disse que houve um início de discussão com um montante muito elevado e depois o montante desceu. A dada altura, disse no *PowerPoint*, foi uma indicação de um ministro que o montante era demasiado elevado, portanto nós, não nós, mas os advogados, voltaram a falar com eles e a decisão no final não foi tomada por mim, foi tomada com a indicação do Governo. Por isso, foi assim que funcionou. Lembrem-se que em todo este processo, começámos com uma quantia, aquela quantidade de dinheiro que era bastante mais elevada, três vezes superior ao final da discussão que foi enfatizada pelo advogado que recomendou o acordo com base no pressuposto de que inicialmente era três vezes a quantidade de dinheiro, pelo que foi ele quem recomendou e enfatizou que o acordo poderia ser uma boa solução.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para colocar a última questão, e tem já muito pouco tempo. Queria partilhar isso consigo, pedindo a sua atenção para isso.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Isso quer dizer que coordenou o processo, liderou o processo, discutiu com os advogados os valores — há demonstrações abundantes nas suas mensagens em como fez isso —, estabeleceu, até, tetos para férias, disse até ao advogado que o teto podia ser de 70 000 €, e depois, passados 15 minutos, é que avisou o Governo de que poderia propor 70 000 €. Portanto, o processo, que é isso que importa, foi coordenado e liderado por si e nem em algum momento-chave questionou o Governo. É assim, não é, Sr.^a Engenheira?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pode terminar.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Segunda pergunta — só para terminar, Sr. Presidente —: neste processo todo, o Ministro das Infraestruturas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado,...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... — é mesmo só para terminar —, o Ministro das Infraestruturas teve uma reunião consigo no dia 4; teve um contacto do Secretário de Estado no dia 1, a propor um valor; disse, nesse dia, que o valor era muito alto; e no mesmo dia 1 disse que uma segunda proposta que foi apresentada era válida. Portanto, falou consigo — falou consigo, não, teve envolvimento neste processo — três vezes.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, se vir a cronologia que esteve envolvida desde o início, não fui eu que liderei o processo. Eu coordenei o processo entre o Governo e os advogados. Não fiz qualquer comentário sobre a quantia de dinheiro que foi enviada pelos advogados. Todos os *e-mails* enviados pelos advogados foram reenviados diretamente para o Governo por razões óbvias. No dia 1, a decisão foi tomada pelo ministro, pedindo-me que a encerrasse. Eu não tomei esta decisão, e está por escrito. Portanto, não compreendo porque dizemos que tomei a decisão porque não a tomei, porque não a teria tomado porque sei isso. E isso reflete-se não só na indicação da reunião de 1 de fevereiro, com uma recomendação do Secretário de Estado no valor mais elevado possível, mas também no encerramento de tudo o que foi divulgado pelo ministro quando divulgámos como última proposta, pelo que a decisão foi tomada pela minha tutela.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Vamos agora à última das intervenções dos grupos parlamentares desta primeira ronda.

O Sr. Deputado Carlos Pereira pede a palavra para...?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é só para fazer uma interpelação à Mesa que responda à minha última questão, sobre a intervenção do Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, peço-lhe só uma precisão sobre a intervenção do Ministro das Infraestruturas. Essa foi uma questão lhe foi levantada na última parte da pergunta do Sr. Deputado Carlos Pereira. Se lhe for possível precisar, agradecíamos.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Foi através do Secretário de Estado. Nunca estive em contacto direto com o Ministro das Infraestruturas, como foi dito na minha apresentação. Portanto, como vê no *PowerPoint*, apenas para ser específica: «Mensagem do Hugo Mendes a informar que o ministro autorizou, por isso, por favor, feche tudo.» Então, foi assim que a intervenção foi feita.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos agora, então, ao Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Paulo Moniz, temos 9 minutos para pergunta/resposta. Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento a Sr.^a Eng.^a Christine Widener.

Gostaria de começar por agradecer aos serviços, aos tradutores e a todos os técnicos de audiovisual que, ao longo destas horas, nos dão suporte e que possibilitam que esta audição decorra.

A Sr.^a Engenheira disse-nos hoje que o trabalho feito na TAP poderia ter sido muito mais eficiente se não fosse a interferência política na TAP, nomeadamente do Ministério das Infraestruturas.

Protestos de Deputados do PS.

Diz, aliás, que o Ministério das Infraestruturas chamou a si o papel de único interlocutor do Governo com a TAP.

Confirmou-nos que reuniu também com o PS e vários membros do Governo, a pedido do Ministério de João Galamba, previamente a uma audição no Parlamento. Sabemos também que o CFO da TAP preparava notas para o Sr. Primeiro-Ministro.

É evidente, à saciedade, a presença em todo o lado do Governo na TAP.

No dia 17 de janeiro, o Ministro Galamba convoca-a para uma reunião para preparar a sua vinda à Assembleia.

A primeira pergunta que lhe faço é a seguinte: identifica algum dos Srs. Deputados aqui presentes como tendo participado dessa reunião?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, tem a palavra para responder.

(A depoente consulta os seus advogados.)

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Estive a rever os nomes que estavam no convite. Não creio que estes estejam à volta da mesa,

mas reconheço à volta da mesa uma pessoa que estava a assistir a esta reunião.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pode dizer-nos o nome?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Carlos Pereira.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pode repetir?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Carlos Pereira.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD não pode, obviamente, permitir que os trabalhos continuem, quando aquilo que, depois de termos, avisadamente, questionado o Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, veio, efetivamente, a acontecer. Isto é, quem interveio em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado Carlos Pereira, foi uma das pessoas que esteve na reunião prévia para a preparação da vinda da Sr.^a Engenheira cá, ao Parlamento. Isto é algo que estávamos a prever e que o Sr. Presidente, benevolentemente, de forma demasiadamente benevolente, está agora a ver-se que permitiu que acontecesse.

Sr. Presidente, o senhor tem de zelar pelo cumprimento de princípios que são básicos, da independência, e isso teria garantido que, naturalmente, por esta razão evidente, não tivesse sido o Sr. Deputado Carlos Pereira a

conduzir a primeira ronda da audição, como veio a suceder. Isso é lamentável, Sr. Presidente.

Nós não podemos deixar passar isso em claro, sem que isto fique em ata e sem que fique devidamente registado e assinalado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe o seguinte: infelizmente — ou felizmente — não sou eu que determino quais são os Srs. Deputados que se inscrevem para falar.

Queria, aliás, chamar-lhe a atenção de que nesta Comissão de Inquérito estamos todos, individualmente, numa relação direta com o povo que nos elegeu.

Portanto, quando o Sr. Deputado fala em grupos parlamentares penso que está a pensar noutra comissão qualquer. Nesta Comissão, os Srs. Deputados estão individualmente, respondem pelos seus atos e por aquilo que fazem.

O que lhe queria dizer é o seguinte: independentemente do que os Srs. Deputados considerem, temos um trabalho para fazer, que é apurar as questões que estão levantadas na Resolução aprovada em Plenário da Assembleia da República. E é com base no trabalho que aqui vamos todos fazer — desta forma, que é de uma relação direta com o povo — que vamos elaborar um relatório, que será factual em relação a todas as questões.

Até lá, independentemente de nós termos alguma coisa a dizer sobre qualquer tema, não entendo que deva ser o Presidente a limitar as intervenções de qualquer um dos Srs. Deputados, tal como eu não levanto em relação ao Sr. Deputado ou a qualquer outro.

Já agora, queria dizer-lhe também o seguinte: penso que o Sr. Deputado teria razão se essa questão tivesse sido colocada sobre uma reunião que tivesse a ver com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é o caso. Pelo que me parece — inclusive que fique claro, para quem nos ouve —, não

houve, e penso que isso é que não seria aceitável, uma qualquer reunião de preparação com qualquer pessoa que aqui vem obrigada a dizer a verdade, uma articulação com qualquer um dos Srs. Deputados, qualquer que ele seja.

Sei que o Sr. Deputado achará que sou benevolente, possivelmente isto tem a ver com a forma como entendo que devemos tratar as questões da política — devemos tratá-las com bom senso e com consideração uns pelos outros.

Portanto, pedia ao Sr. Deputado que continuasse a fazer a inquirição da Sr.^a Eng.^a Christine, porque é para isso que ela cá está, independentemente de, depois, todos nós termos o tempo e a ocasião certa para debater questões que se coloquem e para encontrarmos soluções.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, desculpe, tenho de, obviamente, introduzir uma correção ao seu entendimento e, porventura, depois de a ouvir concordará comigo.

Qualquer Deputado aqui, independentemente de estar individualmente, na consciência e na representação que tem perante o povo, está aqui porque foi indicado por um grupo parlamentar. Eu estou aqui porque fui indicado pelo Grupo Parlamentar do PSD e está o Deputado Carlos Pereira porque foi indicado pelo Grupo Parlamentar do PS — e não outro Deputado que não o Deputado Carlos Pereira. Esta é a primeira questão.

Segunda questão: o Sr. Presidente, quando exerce a condução dos trabalhos, tem de se assegurar de que as regras que subjazem a uma intervenção — que vai, de resto, em linha com aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro hoje disse, de querer apurar toda a verdade — são executadas com total isenção e nenhuma suspeição sobre essa matéria.

Como diz, e bem, a reunião foi na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, mas foi com a Sr.^a Eng.^a Christine, sobre o tema TAP, numa reunião previamente acordada e trabalhada com o PS, nomeadamente com o Sr. Deputado Carlos Pereira.

Isto é um dado novo, que não é um dado de condução de trabalhos subjetivo; é concreto, objetivo. E tive oportunidade de acautelar a situação, face à intervenção e à informação que recebemos no decurso da audição. Naturalmente, zelar pela isenção compete ao Presidente, em primeiro lugar, e competia-lhe, a si, afastar qualquer nuvem que pudesse pairar sobre o que foi previamente acordado nesta reunião antes de uma audição numa comissão permanente da Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe mais uma vez aquilo que disse, aquilo que transmitiu.

Na lógica da condução dos trabalhos e da isenção queria dizer-lhe, mais uma vez, que, desde o primeiro dia, todos os Srs. Deputados que aqui estão na Comissão de Inquérito subscreveram um compromisso relativo à existência de qualquer incompatibilidade na sua atuação perante esta Comissão de Inquérito. Penso que se algum dos Srs. Deputados, por qualquer razão, entendesse que não estava nessas condições, seria o primeiro a dizê-lo.

Já agora, queria dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: como o Sr. Deputado sabe — e não vale a pena estarmos a pensar que estamos todos aqui pela primeira vez —, todos os Srs. Deputados, nas suas atuações, na sua vida, têm interações com serviços públicos, com empresas públicas. Aliás, faz parte da nossa obrigação, faz parte da nossa obrigação. Olhe, no meu caso, por exemplo, que acompanho muito a área da saúde, faz parte da minha obrigação reunir muitas vezes com profissionais de saúde, com conselhos de

administração. Isso não inibe, em nenhum momento, que a minha responsabilidade seja para com o povo que me elegeu.

Portanto, Sr. Deputado, não acho que seja justo, com toda a franqueza. Com toda a franqueza, o Sr. Deputado sabe que essa é a minha opinião; não me parece.

Não vou pôr em causa a seriedade, a integridade, nem da Sr.^a Engenheira, que está aqui para responder com verdade, nem de nenhum dos Srs. Deputados que aqui estão a questioná-la. Portanto, o que lhe pedia era que continuasse com a inquirição, porque é para isso que aqui estamos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, nesta reunião, que ocorreu antes do dia da reunião na comissão permanente de economia, quem é que conduziu a reunião?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Estou a tentar pensar. Penso que foi liderado por alguns membros juniores do IM. Honestamente, do meu lado, não há informação que eu não tenha revelado, revelado não é a palavra, mas foi apenas para passar em revista os factos. Mas, se bem me lembro, foi liderada por algum conselheiro do IM com a participação de algum membro do PS, não me lembro de todos nesta reunião. Desculpe, lembro-me de um nome porque não sou boa com nomes. E os outros nomes que estão na lista não são do PS, Deputados, pelo que não posso dar qualquer confirmação, mas penso que foi principalmente conduzido para passar pelo processo e apenas a contar o que aconteceu e quais são os factos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, não é para perguntar. É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Pedia, naturalmente, que as minhas anteriores declarações constassem em ata.

Sr.^a Engenheira, a senhora teve uma reunião antes, no domingo, antes do dia 6, com o Sr. Ministro das Finanças. O que é que discutiram?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Foi para mim uma reunião muito difícil, porque o tom da reunião foi bastante triste, dizendo-me que os meus resultados foram fenomenais, eu fiz um trabalho fantástico, e fui a pessoa certa para o trabalho e este processo foi conduzido do meu lado de boa-fé. Mas tendo em conta toda a pressão de diferentes fontes, não havia opção para que o Governo visse o meu mandato avançar. Por isso, essa foi uma discussão muito difícil. Porque, de facto, reconhecendo que todo este processo foi gerido comigo, contando com os conselheiros e comigo a ter de partir para um processo que estava agora em todas as notícias e a exercer pressão sobre alguns membros do Governo e já um processo que foi a razão para o ministro e secretário de Estado com quem trabalho muito, e tivemos uma relação fantástica, por isso foi um encontro pesado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A Sr.^a Engenheira falou em não renovar o seu contrato, mas não disse se abordaram a questão de despedi-la.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Desculpem, estou a dizer porque ainda é muito doloroso, ok. Foi-me pedido que me demitisse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado — e peço desculpa por fazer esta interrupção no meio da intervenção —, tinha previsto que fizéssemos um intervalo no fim desta ronda. E quero dizer que, logo que algum dos presentes — como isto exige um grande trabalho —, nomeadamente a Sr.^a Engenheira, entenda que devamos fazer algum intervalo, estamos completamente disponíveis para o fazer, para que todos nós possamos recuperar algumas das forças pelo tempo que aqui estamos.

Queria pô-los todos à-vontade — e peço desculpa ao Sr. Deputado Paulo Moniz, de estar aqui no meio da intervenção a dizer isto —, porque acho que tem sido duro para todos nós e, portanto, se entenderem fazê-lo por qualquer razão, estarei completamente disponível para fazermos um intervalo.

Sr.^a Engenheira, faça favor.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Acho que gostaria de fazer uma pausa, se for possível. Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Então vamos fazer um intervalo até às 21 horas e 10 minutos, portanto, a reunião fica suspensa durante 20 minutos.

Sr. Deputado Paulo Moniz, nada a opor?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Nada a opor, muito obrigado.

Vamos, então, interromper os trabalhos.

Eram 20 horas e 48 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 21 horas e 17 minutos.

Temos quórum e podemos continuar os nossos trabalhos.

Agradecendo, desde já, a possibilidade de termos tido esta pequena pausa, passava a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, para, assim que

entendesse — e agradecendo-lhe mais uma vez a possibilidade de interrompermos aqui a inquirição —, continuar a sua inquirição.

Da parte da Sr.^a Engenheira, estamos em condições também, não é? Muito bem.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, retomando a nossa interação, o Sr. Ministro das Finanças, nesta reunião secreta de domingo, que antecedeu o dia 6, pediu-lhe para resignar, ou, digamos, para se demitir? Confirma?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim. Durante a reunião de pouco antes do dia 6, no dia 5 à noite, o ministro sugeriu que poderia ser uma boa ideia para a minha reputação que eu me demitisse.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Falaram da Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não discutimos a Alexandra Reis durante esta reunião. Tratava-se de toda a situação: o relatório do IGF que deveria ser divulgado no dia seguinte, que seria um desafio e alguma ação e o facto de eu querer organizar uma conferência de imprensa na segunda-feira.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, tirando esta reunião com o Sr. Ministro das Finanças, alguma vez mais reuniu com ele a sós, antes desta reunião?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim. Muito depois de ter tomado a sua posição e de termos tido uma longa e muito boa discussão

sobre a TAP, sobre o futuro da empresa. Claro que o Ministro das Infraestruturas estava plenamente consciente da minha reunião, pelo que não o teria conhecido sem ter tido esta discussão.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nesta reunião, logo quando o Sr. Ministro iniciou funções, que foi uma reunião, do que percebo, alongada, completa, falaram da Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — De modo algum. A discussão foi sobre a TAP, o plano de reestruturação, os resultados financeiros, a necessidade de melhores resultados para o futuro da empresa, a interação com a Comissão Europeia, sobre o relatório de resultados, muito orientado para os negócios.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nesta reunião, que falou do processo de reestruturação, não falou da Eng.^a Alexandre Reis, como acabou de afirmar.

Já sabia, nessa altura, que o Sr. Ministro tinha convidado a Eng.^a Alexandre Reis para Secretária de Estado do Tesouro?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — De modo algum. Descobri isso quando o anúncio público foi feito na imprensa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Disse, na sua apresentação, que as reuniões e o relacionamento com as Finanças era feito através do CFO e do PCA (Presidente do Conselho de Administração) da TAP.

Tem ideia da regularidade com que eram feitos estes contactos?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que para o CFO foi bastante intenso e continua a ser intenso, porque houve uma série de reestruturações financeiras, também a injeção da ajuda estatal, e também tudo sobre a governação e a mudança da estrutura dos acionistas, etc.. Portanto, lembrem-se que tivemos o primeiro CFO, o primeiro CFO saiu e foi substituído por Gonçalo Pires e estou absolutamente consciente de que foi uma discussão constante com as Finanças porque muitas coisas estavam a acontecer e, como se recordam, no final de dezembro, esta foi a aprovação no último minuto. Assim, sendo toda a interação com as Finanças ou a DGTF, claro, porque a DGTF está a representar o acionista. Mas foi muito, muito frequentemente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, diria que não passava uma semana sem que o CFO Gonçalo Pires falasse com as Finanças?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que o CFO esteve mais em contacto com o Secretário e penso que foi muitas vezes por semana, e ainda é muitas vezes por semana porque há sempre um assunto com impacto significativo para as empresas, que estavam a acontecer e foi uma relação muito intensa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, várias vezes por semana o CFO mantinha contactos com as Finanças, para tratarem assuntos da TAP. Várias vezes por semana. Confirma?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. CFO, aqui no seu depoimento, disse que teve conhecimento do processo de Alexandra Reis informalmente, um ou dois dias antes.

A Sr.^a Engenheira, na sua apresentação, tem duas datas — 19 de janeiro e 25 de janeiro — que, suponho, estão suportadas em comunicações. Portanto, afirma claramente que a 19 e a 25 de janeiro já era do conhecimento do Sr. CFO o processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que eu disse foi que ele foi informado da discussão, sim, no dia 25 de janeiro, portanto, o que eu disse na minha apresentação.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A Sr.^a Engenheira disse que teve uma outra reunião, com um outro ministro que não o Ministro das Finanças. Que ministro foi e em que circunstância foi?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Oh, tive muitas reuniões com outros ministros durante a minha... quer dizer, de que reunião estamos a falar?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Durante a sua intervenção inicial respondeu que teve outras reuniões com outros ministros que não o das Infraestruturas e o das Finanças. Que ministros foram e quando?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tive uma reunião, obviamente, por causa da pegada da TAP, por exemplo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Desde que entrei estamos a voar não só para destinos portugueses, mas também para comunidades e países que têm uma relação muito estreita com Portugal. Tive uma reunião com o Secretário de Estado

do Trabalho. Tive reuniões com o Trabalho — mas não com o Ministro, foi com o Secretário de Estado — e, portanto, com outro ministério. Conheci vários ministros diferentes durante o meu... foi apenas baseado na introdução, compreendendo também o que seria uma potencial interação com eles, e de todas as vezes foi coordenado com o MIH.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Qual é a sua relação com Miguel Cruz? É próxima, muito próxima? É de um relacionamento, digamos, corrente? Qual é a sua relação com Miguel Cruz?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Com Miguel Cruz, entre junho e dezembro de 2021, foi uma interação bastante próxima devido a toda a discussão que tivemos com a aprovação do plano de reestruturação. Eu diria que foi uma relação profissional muito sólida e construtiva. E isso terminou com a aprovação de um plano que não foi fácil de aprovar, com soluções, que permitiram à TAP crescer em 2022 e no futuro. Assim, penso que aprendi muito com Miguel Cruz, porque a forma como liderou o processo com a Comissão foi bastante impressionante e não foi fácil.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ele estava a par da sua intenção de reestruturação do Conselho de Administração, da Comissão Executiva?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Ele não estava com os assuntos que estávamos a discutir. É por isso que penso ter iniciado a minha discussão com as Infraestruturas e seguimos o processo com as Infraestruturas, mas as Finanças, em toda a relação que tinham com Miguel Cruz, era realmente para assuntos específicos e todos os assuntos que eram mais como perspetiva operacional e empresarial eram geridos com o MIH.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A senhora foi publicamente despedida pelo Ministro João Galamba, no dia 6, perante todo o País. A senhora, própria, reconheceu que soube deste despedimento *online*, em tempo real, através da conferência de imprensa.

A pergunta que lhe faço é: considera que o Governo violou o Estatuto do Gestor Público ao despedi-la antes da Assembleia Geral?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O que disse na minha apresentação é que não creio que o processo estivesse em conformidade com a lei, porque agora compreendo com alguma discussão que é realmente estranho ser julgada antes de ser ouvida. E eu só estava a ser ouvida ao ter um documento enviado para explicar a minha defesa alguns dias, bem, mais de uma semana depois de ter sido julgada. Por isso, para mim, foi um choque. Não estava à espera e não estava à espera da forma como foi feito. Porque quando o ministro me perguntou se eu queria demitir-me no domingo, eu disse que não, porque não tinha feito nada de errado. Mas ele não me disse que me demitiria com justa causa no dia seguinte, está bem? Foi essa a informação que descobri na televisão e podem imaginar como fiquei devastada. E a única explicação que penso ter é que me despediram com justa causa por uma razão política para evitar pagar-me o que me era devido no meu contrato, se não fosse por justa causa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A senhora, no dia antes, foi convidada a demitir-se, porquê? Foi-lhe explicado?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que o que entendi, e ele levou algum tempo a explicar-me, é que o único caminho possível para o Governo, devido à pressão política que foi criada por toda esta história, não lhe permitia manter-me no trabalho, mesmo que pensassem

que eu estava a fazer um trabalho fantástico. E foi por isso que ele me pediu que me demitisse. Mas, uma vez mais, a demissão é também um reconhecimento de algo que foi feito de errado. E eu não fiz nada de errado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, a Sr.^a Engenheira foi politicamente pressionada a demitir-se porque era uma pessoa incómoda — e, porque como estamos na Páscoa, teria de haver um cordeiro pascal a ser imolado —, e foi pressionada a fazê-lo pelo mesmo ministro que tutela a IGF, que lhe entregou, na sexta-feira antes desta reunião secreta no domingo, o relatório sobre essa matéria. Confirma?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Sim, eu fui pressionada. E penso que o que eu disse no início está no fim da apresentação. Penso que sou um bode expiatório por razões políticas e nada mais, porque não fiz nada de errado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, o instituto da audiência prévia, como o nome indica, é ouvir previamente, antes da decisão final, a parte interessada sobre uma proposta de decisão final.

Como é que a senhora interpreta, havendo uma decisão final comunicada pelo Sr. Ministro João Galamba e pelo Sr. Ministro das Finanças em direto na televisão, que, passados dias, lhe perguntem qual é a sua opinião acerca de uma decisão que já tinha sido tomada em termos finais?

Qual é a sua opinião sobre isso?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que isto poderia ser considerado um processo absolutamente ilegal. Porque não respeita qualquer requisito básico para qualquer processo como este.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, como sabe, estou a ouvi-la atentamente desde que começámos a nossa audição. A Sr.^a Engenheira expressa-se sempre de uma forma muito escorreita, muito clara, que todos entendemos. Como é que interpreta que a IGF não quisesse ter conversado consigo, aparentemente por causa da língua, quando a senhora, à parte a língua, se expressa de uma forma claríssima, mesmo em inglês, sendo que ainda temos a tradução, como acontece aqui? Por que razão não foi a senhora ouvida pela IGF, que é um organismo tutelado pelo Sr. Ministro das Finanças, que reuniu secretamente consigo no domingo à noite? Por que razão?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu fiz esta pergunta. E penso que poderia ser visto como discriminação, e não creio que a base sobre a qual não fui ouvida seja aceitável. E para além de todo este processo que mencionou, a conferência do dia 6 não só foi dispensada por algo que eu não fiz, como também o meu sucessor foi anunciado. Portanto, é muito. É muito, numa conferência de imprensa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Em alguma parte lhe foi comunicado que este processo, isto é, o seu despedimento, poderia ser reversível?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não. Não tinha qualquer indicação de que este processo pudesse ser reversível.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Face à irregularidade grosseira que constitui a não-existência formal de um princípio de audiência prévia, entende, naturalmente, fazer valer os seus direitos e, aparentemente, pelas notícias, irá fazê-lo.

Espera, se os tribunais lhe derem razão, ser ressarcida dos valores que entende devidos?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: —

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A senhora foi traída pelo Ministro das Finanças, sente-se traída, uma vez que na véspera, à noite, teve uma conversa com ele e é surpreendida no dia a seguir com o seu despedimento pela televisão?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tendo o mundo, tendo os dois ministros a despedirem-me por justa causa, têm vindo a arruinar a minha reputação junta da minha família, dos meus filhos e dos meus amigos. Por isso, tenho de reparar a minha honra. E fá-lo-ei, porque não há razão para terem feito isto. É apenas uma razão política e eu sou um bode expiatório. Claro que a minha prioridade é primeiro a minha honra, a minha reputação com mais de 30 anos na indústria, tendo apenas feito a coisa certa onde quer que eu trabalhasse para o povo. Assim, e o que está a acontecer agora, o que aconteceu a 6 de março, para mim foi o pior dia da minha vida. Portanto, sim, vou tentar reparar a minha honra como deveria e a reputação global que tenho nesta indústria.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, nesta fase desta primeira ronda para nós já é claro que o seu despedimento foi um despedimento político e também já é claro que este atropelo das regras legais subjacentes porventura vai dar lugar a um encargo financeiro que iremos, obviamente, perceber de quem serão as responsabilidades.

A Sr.^a Engenheira viu e teve conhecimento, certamente, das declarações do Sr. CFO aqui a esta CPI na semana passada. Considera que

ele faltou à verdade, naquilo que é o conhecimento do processo da Eng.^a Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Conheço Gonçalo Pires muito bem e ele é um excelente profissional. Portanto, penso que, nestes processos, lembrem-se, processos que aconteceram há um ano. E é preciso fazer uma diligência muito específica. Gonçalo está a fazer muitas coisas fantásticas para a organização e está a fazer muitas destas coisas ao mesmo tempo. Portanto, eu nunca veria como qualquer intenção negativa do Sr. Pires, mas penso que para preparar esta audição da última vez que ele fez talvez acrescentar mais tempo para olhar para alguns detalhes que ele não tinha olhado antes.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, a Sr.^a Engenheira, de forma *quite polite*, em termos *british*, está a dizer que o Sr. Dr. Gonçalo Pires, enfim, certamente porque não se preparou bem, não disse a verdade como ela aconteceu. E faço-lhe uma pergunta que ainda não fiz: o que é que a senhora respondeu ao Sr. Ministro das Finanças, quando ele a convidou a resignar?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu disse que não podia demitir-me, e não vejo qualquer fundamento para a minha demissão. Além disso, demitindo-me no domingo à noite às 9 horas, sob que condições? Qual seria, então, o significado? Quais seriam as consequências? Porque este processo será um longo processo. Quais serão as consequências? Não vi qualquer possibilidade de tomar uma decisão tão importante como esta numa reunião. E liguei ao meu advogado, e perguntei-lhe: «O que acha que devo fazer?», porque não estava à espera disto, e foi uma surpresa. E a conclusão foi que me era impossível tomar uma decisão como esta. E eu não

sou do tipo de pessoa que toma decisões como esta, por isso precisei de estudar também todas as consequências e o racional, por isso não estava em posição de tomar esta decisão.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Engenheira, na reunião secreta anterior, de preparação, em que esteve o Deputado Carlos Pereira, para além do *staff* do Sr. Ministro João Galamba, que *staff* é que havia das Finanças?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, é difícil de dizer, porque houve pessoas convidadas, mas não tenho a confirmação de que tenham comparecido, por isso prefiro dizer as coisas como são porque quando se tem um convite no calendário pode dizer-se quem aceitou. E, exceto eu, que aceitei, ninguém mais o fez. É uma longa lista, mas nenhum dos membros que foram convidados compareceram. Portanto, é difícil para mim confirmar estes nomes porque a lista é longa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quem é que foi convidado, por favor?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Quem foi convidado... Os nomes que tenho no meu convite são: João Brilhante, Federico Pinheiro, Marco Rebelo, Cátia Rosas — houve as pessoas convidadas e depois houve algumas pessoas opcionais. Pessoas opcionais: João Carlos Bezerra da Silva, Maria Eugénia Correia Cabaço e Daria Shumskaya.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, percebemos que ainda é CEO da companhia, à data de hoje. A companhia está num processo de perspectiva de privatização. A senhora não tem instruções. Como é que se

admite isto num momento crítico de entrada no verão e IATA, e com toda esta dinâmica que, naturalmente, o mercado tem?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que é um risco. Isso foi assinalado, porque eu o assinalei. No final de contas, só o posso assinalar. Por isso, assinalei o facto de que havia uma série de decisões que estamos a tentar tomar. Tenho de abster-me por causa da situação. Posso tentar orientar, mas não posso fazer parte da decisão executiva que tomei. Assim, várias decisões foram atrasadas um pouco mais ou difíceis de tomar. Estou a tentar fazer o meu melhor. Continuo a ser a gestora responsável da TAP porque hoje houve uma mudança para o gestor responsável da Portugalia que agora é Mário Chaves. Ainda sou a gestora responsável pela TAP, mas o processo de mudança de gestor responsável pela TAP começou no final da semana passada. Assim, imagino que a dada altura, quando eu já não for a gestora responsável pela TAP, haverá uma assembleia geral e eu pedirei para sair no próprio dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, pode prosseguir, mas alerto-o de que tem apenas 4 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Engenheira, vou fazer-lhe uma última pergunta, a que peço que me responda com tempo, porque é uma questão muito importante. É a sua avaliação do processo e do projeto de manutenção no Brasil.

Foi uma companhia que custou mais de mil milhões de euros à TAP. Foi alienada em 2022. E eu quero que me interprete, à luz da sua experiência do setor, enquanto executiva da aviação, desde a aquisição àquilo que conhece do histórico do passivo da TAP — detalhe o mais que puder e *take*

your time —, o tema da manutenção no Brasil e quão pesado foi para a herança das contas e para os portugueses.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Quando entrei para a TAP, em junho de 2021, uma das primeiras prioridades — eram duas — era a M&E Brasil e a Groundforce, porque a Groundforce, lembre-se, tivemos a greve apenas alguns meses antes da minha chegada. O meu passado é a manutenção, foi aí que fui treinada e é também isso que adoro, o meu primeiro amor pela indústria. Ainda não compreendo porque demorou tanto tempo a perceber que algo tinha de ser feito. Tentámos encontrar um comprador, mas já era tarde demais, já era demasiado tarde. Por isso, algumas decisões deveriam ter sido tomadas muito antes. Assim, houve uma decisão, em algum momento, durante a empresa privada para encerrar parte da operação em Porto Alegre. Infelizmente, essa era a parte mais eficiente da organização. Portanto, essa não foi talvez a melhor maneira de o fazer. O que eu fiz quando entrei foi trabalhar com a minha equipa para compreender o passado. Havia muitas, muitas tentativas de reestruturação que nunca resultaram. E depois, quando fui visitar a M&E Brasil, foi ainda mais óbvio: a natureza da instalação, alguns detalhes também numa série de processos e o ambiente, era como se fosse uma organização um pouco esquecida no meio da selva em Galeão, no Rio de Janeiro.

Isso foi triste, porque uma organização imensa, a maior parte do tempo, e mesmo desta vez, é feita por pessoas que estão motivadas e querem alcançar algo, mas era óbvio que não víamos o futuro. Por isso, tentámos vender, tentámos encontrar uma opção, mas, mais uma vez, penso que era demasiado tarde. Assim, estudámos também alternativas, etc., e trabalhámos com um profissional de reestruturação e foi por isso que tomámos a decisão, em 22 de janeiro, de que era o momento certo para fechar. Porquê? Também porque tem uma injeção, uma reestruturação de 3,2 mil milhões, portanto

2,5, porque 700 são compensações da covid, 2,5 do Governo português por cidadãos portugueses e há uma organização estrutural deficitária no Brasil, não faz qualquer sentido e fazia parte de um plano de reestruturação. E esse foi um dos projetos para o qual tive a aprovação do Governo explicando os riscos, a oportunidade, o montante do litígio, alguns dos litígios foram do tempo da VARIG. Portanto, estamos a falar do litígio mesmo antes da aquisição da M&E Brasil. Foi um projeto pesado, mas no final do ano, a operação foi encerrada em maio de 2022. Já não temos, portanto, em primeiro lugar, também os funcionários que deixaram a empresa, mas graças à sua, digamos, certificação, etc., sabemos que encontraram novos empregos. Sabemos também que as instalações também podem ser de interesse para outras potenciais companhias aéreas. Conhecíamos todos estes projetos, mas queríamos ser justos com todos os funcionários, por isso aceitámos alguns conselhos jurídicos dos melhores advogados, e também no Brasil. Era um projeto muito pesado. Estive envolvida com o ator principal, que era Gonçalo Pires, outro projeto que tem corrido muito bem com Alvarez & Marsal, que era o nosso principal gestor de projetos no Brasil, porque era realmente complexo.

Portanto, o meu comentário é que penso ter chegado um pouco atrasada no processo. Teria adorado ter sido capaz de criar um futuro para esta organização, mas era demasiado tarde.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Damos agora por finda a primeira ronda das nossas questões.

Vamos passar à segunda ronda, em que cada um dos grupos parlamentares tem 5 minutos para fazer as perguntas que desejar. Por entendimento entre os grupos parlamentares, e que foi proposto à Sr.^a Eng.^a Christine Widener, nesta segunda ronda há a possibilidade de cada um dos Srs. Deputados poder fazer pergunta-resposta.

O primeiro é o Grupo Parlamentar do Chega. Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Engenheira, sobre a reunião que teve no passado dia 17 de janeiro, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, diga-nos claramente: a audição foi preparada, pergunta e resposta?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, era mais para eu explicar os factos. Não me lembro de nenhuma preparação das respostas em questão, mas era mais para eu preparar os factos do que eram as diferentes etapas do processo. Essa foi realmente a minha compreensão na reunião e o que aconteceu, tanto quanto me lembro, há mais de um ano.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Foram sugeridos temas a abordar? E pergunto-lhe isto, abertamente: foi falado o nome de Manuel Beja como um dos alvos a abater durante esta audição?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não me lembro disso, e não compreendo porque é que ele seria um alvo. Penso novamente que se tratava do processo. Penso que a maioria das pessoas que assistiam queria compreender, mais do que qualquer outra coisa. Mas não havia, aquilo de que me lembro, a nossa estratégia por detrás disso, tratava-se mais de um *briefing* do que de qualquer outra coisa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, vou pedir-lhe que diga abertamente e que nos explique concretamente o que é que se passou nessa reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que suporta o Governo, o mesmo Governo que a demitiu sem escrúpulos, porque a audição

conduzida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo Deputado Carlos Pereira, tinha cinco questões sobre Manuel Beja, cinco questões sobre Alexandra Reis, e — espante-se! — uma questão sobre as indemnizações aquando da privatização da TAP em 2015, nada a ver para este caso!

Foi ou não combinado que se iria falar daqueles temas?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não me lembro que tenha sido combinado. Mais uma vez, para mim, eu estava... e os factos depois disso, se alguma decisão foi tomada ou o tipo de perguntas, eu não estava envolvida nisso. Fiz uma introdução de 15 minutos. Já estava pronta. Por isso, não houve qualquer impacto sobre isto, porque preparo sempre as minhas reuniões muito antes. Para mim, tinha a ver com os factos. Não me lembro de ter havido combinação de quaisquer perguntas ou qualquer outra coisa. E contei nesta reunião exatamente os factos tal como eles foram, e nada mais.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Depois do vexame, um vexame público a que a senhora foi sujeita ao ser despedida da forma que foi, admito que para preservar a sua honra vá com este caso para tribunal. E a questão que lhe coloco é esta: vai agir contra o Governo, naturalmente, que é o órgão que a demitiu, mas mais concretamente contra o Ministro das Finanças, Fernando Medina, e o Ministro das Infraestruturas, João Galamba, pelas conversas que tiveram e pela atitude inesperada de a demitir publicamente?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Honestamente, é uma pergunta que eu faria ao meu advogado. Hoje não tomámos qualquer decisão. Penso que temos estado muito ocupados a preparar esta Comissão e veremos com o próximo passo o que vamos fazer. Faremos o que tem de ser feito para garantir que a verdadeira história seja bem conhecida e que não

haja impacto na minha reputação futura. Mas não tomámos qualquer decisão estrutural sobre a forma de a organizar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, a TAP é uma empresa pública e a senhora, como disse aqui, estava a fazer um excelente trabalho e a cumprir o plano de reestruturação. Sr.^a Engenheira, considera que este despedimento, inconsequente e inesperado, por parte destes dois ministros, lesou o erário público, tendo em conta que a TAP é uma empresa pública? Concreta e objetivamente, estes dois ministros penalizaram o Estado português?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Os dramas nunca são bons para as corporações. Penso que eventos públicos como este nunca são bons para nenhuma corporação em geral, por isso vou responder de outra forma.

Não creio que o tenha melhorado. Significa que terá um impacto, não sei. A única coisa que posso ver é que a Moody's melhorou a classificação hoje, graças a Deus. O desempenho financeiro da empresa tem sido mais poderoso do que todo este barulho. Mas criou uma instabilidade na organização com certeza, porque após um mês ainda lá estou, mas não estou realmente lá. Com uma liderança e implementação contínua e dinâmica, isso não é algo que seja o melhor para a organização.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Foram motivações políticas que levaram à sua demissão e não motivações de ordem meramente técnica. Portanto, Sr.^a Engenheira — e relembro que hoje a Sr.^a Engenheira tem a oportunidade de esclarecer isto e de, perante o País, sair deste processo de forma completamente airosa e transparente —, o que lhe pergunto, objetivamente,

é se, na sua opinião, estes dois ministros devem ser culpabilizados por um despedimento quando as coisas estavam, ao que parece, a correr bem.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que a única coisa que estou a dizer é que o processo da minha demissão foi ilegal. O que foi feito não foi seguir um processo, está feito, está feito. E eu não me senti e não me sinto respeitada pelo que fiz pela empresa e por todo o imenso trabalho e não fui a única a investir nesta empresa sem tirar um dia de folga e com 24 horas/dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Mas prefiro tomar um pouco de distância porque neste processo agora tenho de tentar proteger-me um pouco mais do que fiz no passado e talvez o devesse ter feito. Mas penso que esta decisão não é minha. Estou realmente desapontada com o que aconteceu e levaria tempo a ter uma perspetiva diferente sobre os próximos passos e na minha vida, por isso, fui prejudicada por este processo, por isso, prefiro não responder a esta pergunta.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Alguma vez Fernando Medina ou João Galamba lhe pediram segredo sobre estas reuniões que tinham tido?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, eles não me perguntaram, ou se me perguntaram, não me lembro, mas acho que não.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Dia 26 de dezembro, dois ministros, à data Fernando Medina e Pedro Nuno Santos, emitiram um despacho onde pedem que a TAP esclareça todas as informações, e passo a citar, «sobre o enquadramento jurídico do acordo de indemnização». Portanto, os dois ministros, à data, afirmavam desconhecer.

Pedro Nuno Santos já cá não está. A Sr.^a Engenheira consegue garantir que quando este despacho é assinado pelo Ministro das Finanças, em

conjunto com o das Infraestruturas, Fernando Medina não sabia, concretamente, nada sobre os contornos do despedimento de Alexandra Reis?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Que eu saiba, não tenho provas que demonstrem que ele estava ciente. É a única coisa a que posso responder. Por isso, nunca, jamais, no processo, tive qualquer prova de que ele tivesse conhecimento deste processo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sabe se Manuel Beja falou com Fernando Medina sobre isto?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Refere-se ao processo de Alexandra Reis? Que eu saiba, ele não discutiu o assunto com as Finanças. Isto é o que tenho lido também em algumas respostas, é este o meu entendimento.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, soube da nomeação de Alexandra Reis para a NAV pelos jornais. Sabe qual foi o motivo pelo qual a sociedade de advogados que representava a TAP enviou um comunicado falso para a CMVM, alegando que a Eng.^a Alexandra Reis tinha pedido a sua demissão para abraçar o novo desafio profissional?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Esta comunicação foi um anexo de todo o acordo, foi anexado ao acordo, mas não havia, nesse momento, qualquer informação de que Alexandra Reis seria nomeada para a NAV. E é isso que eu diria, uma comunicação muito clássica de empresa privada, quando se quer dizer que a pessoa está de partida para abraçar esses desafios. É como «dourar a pílula» ao dizer que alguém está de partida e que

vai fazer algo diferente em empresas diferentes. Penso que é por isso que esta formulação tem sido utilizada. E, mais uma vez, sem pensar que se tratava de algo completamente e potencialmente não consistente com o que deveria ser anunciado com o Estatuto de Gestor Público.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — No início do ano de 2022, os dois ministérios autorizaram que Alexandra Reis acumulasse as funções que tinha na TAP com as funções de professora universitária. Isto estava a ser preparado, era uma forma de compensação para Alexandra Reis. Lentamente, estavam a tentar afastá-la das funções.

Esta informação chegou ao seu conhecimento?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Pode repetir a pergunta, por favor?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, e não lhe conta o tempo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A questão é esta: no início de 2022, foi emitido um despacho pelos dois ministérios, Infraestruturas e Finanças, a autorizarem — porque tinha de ser autorizado, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público — que a Eng.^a Alexandra Reis acumulasse as funções que tinha na TAP com as de docente, neste caso, na AESE Business School. Foi o Despacho n.º 5/2022. Seria esta uma forma de compensar a Eng.^a Alexandra Reis, porque estava já a entrar em desacordo com a Sr.^a Engenheira, ou era uma preparação para, definitivamente, a ir tirando da TAP, sem criar grandes ondas no processo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não estava ciente quando... porque penso que Alexandra Reis pediu esta autorização diretamente ao ministro.

Penso que ela tinha interesse em ensinar. Não era a primeira vez que ela dava aulas na universidade.

Não vejo, honestamente, qualquer ligação entre isto e o processo. Penso que era a sua vontade de ter algum tempo para retribuir a alguns jovens e não me surpreenderia com isso, mas não vejo qualquer ligação entre os dois processos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe maior rigor no cumprimento do tempo. Tem 17 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não acha, Sr.^a Engenheira, que uma decisão destas deveria passar sempre pela CEO da empresa e não ir diretamente ao Ministério?

Mesmo para concluir, pergunto-lhe outra coisa: acha que na base do despedimento, que o Governo possa invocar por justa causa, estará, eventualmente — e gostava que me confirmasse esta informação de que nós dispusemos recentemente —, o facto de que a Sr.^a Engenheira usava os motoristas da empresa para que o marido e restantes familiares fizessem *tours* por Lisboa, que os levassem a almoçar, ficando os motoristas impedidos de realizar o seu trabalho. Acha que esse pode ser um argumento para eles justificarem o seu despedimento?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — É uma questão interessante. Não vejo qualquer ligação entre isto e aquilo. Na TAP penso que foi hábito e mudámos o uso do condutor após a nossa discussão com a

Direção. A utilização foi um condutor onde o utilizei durante o tempo disponível e não era apenas para a CEO, mas para os membros da Administração, eles estavam a ajudá-los, porque não tínhamos vida. Não fui a única a utilizar o motorista para nos ajudar em diferentes tarefas no que tínhamos de fazer. Alterámos então a regra dos motoristas que era gerida pelo Conselho não-Executivo para garantir que o motorista seria de uso exclusivo, e isso pode ser encontrado nas atas de algumas reuniões do Conselho, etc.. Mas estava em vigor antes de eu me juntar como CEO, ou a algumas iniciativas de que nem sequer tinha conhecimento, porque o meu assistente achava que era a coisa certa para ajudar e ser útil para facilitar a alguém que nunca estava em casa, estava 24 horas no trabalho. Não houve má intenção, mas porque foi identificada, foi alterada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra por 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a CEO, sobre a reunião que teve com o PS e o Governo para preparar a audição parlamentar, há pouco fiquei sem perceber claramente quem é que tinha convocado a reunião. Disse-nos que a iniciativa tinha vindo do Ministério das Infraestruturas, onde o ministro já era João Galamba, mas tinha dito que não tinha sido ele, diretamente. Então, gostava de lhe perguntar quem é que enviou, quem é que foi a pessoa em concreto de quem isto surgiu e, se não se recordar, pedia-lhe que, se pudesse, visse na agenda.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — O convite foi-me enviado por Ana Filipa Ferreira.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tal como tem sido este o processo para a audição parlamentar, pergunto-lhe — espero que não leve a mal —, se reuniu com alguém do Partido Socialista, Deputados, ou alguém do Governo, antes desta audição de hoje.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, não conheci ninguém antes desta audição de hoje.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ainda na sequência da última ronda, a Sr.^a CEO acabou por não responder — certamente por lapso — à última pergunta da última ronda, ainda relativamente à alteração de voo do Sr. Presidente da República. Eu tinha-lhe perguntado se este tipo de pedidos, com interesses políticos, era recorrente, ou se, pelo menos, já tinham acontecido mais do que uma vez.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, não foi. Foi uma situação única que, de facto, acabou como deveria terminar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É que nesse mesmo *e-mail* que recebeu em fevereiro de 2022 está escrito, no fim do mesmo *e-mail*, que já tinham feito a mesma coisa em janeiro, no mês anterior, pela mesma razão, mas a viagem, pelos vistos, tinha sido cancelada por causa da variante Ómicron e, por isso, não foi caso único. Assim, pergunto-lhe qual foi a viagem que alteraram, se também foi para o Presidente e a pedido de quem.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tenho de usar o *e-mail*, mas não me lembro de qualquer outra situação em que nos coubesse cancelar um voo comercial, e que devesse voar, mas posso verificar

novamente. Mas não me lembro de nenhuma outra situação como esta. E como todos os *e-mails* foram divulgados, se houvesse uma situação teria sido nas trocas de *e-mails* que tive com o Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, tendo em conta que isto está nas comunicações, e por isso diz mesmo que há outro caso em que já aconteceu — aliás, na prática não aconteceu, porque depois o voo foi cancelado —, o que lhe pedia era, se pudesse, que nos enviasse uma resposta mais completa por escrito.

Em relação à demissão — se bem percebi —, Fernando Medina pediu à Sr.^a CEO para se demitir por motivos políticos, o mesmo Ministro que tutela a IGF, que depois faz uma auditoria com muitos problemas de metodologia como, por exemplo, não ter ouvido ninguém das Finanças, não ter incluído praticamente nada do CFO, não a ter ouvido, por exemplo, e que resulta no seu despedimento.

Eu não sou advogado, mas parece-me que se quiser ir com isto para a frente, muito provavelmente irá receber cada cêntimo, e quem se deveria demitir, por motivos políticos, é o Ministro Fernando Medina. Ora, o mesmo ministro que, no dia 6 de janeiro, esteve aqui no Parlamento, disse que não sabia da indemnização, mas que sabia das razões da saída e da incompatibilidade.

Assim, pergunto-lhe se tem alguma noção de como é que o ministro, que não sabia nada do processo, afinal sabia destas divergências.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Nunca discuti isso com ele. Imagino que ele tenha recebido a informação quando fez perguntas, mas nunca tivemos uma conversa sobre este assunto, essa é a única coisa que posso dizer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, então a pergunta ficará para quando o Sr. Ministro vier à Comissão.

Queria, ainda, perguntar-lhe relativamente ao regime de exclusividade que está previsto no Estatuto do Gestor Público. Também segundo a documentação a que esta Comissão teve acesso, a Sr.^a CEO, há menos de dois meses, comunicou-lhe que tinha sido nomeada como conselheira do Comércio Externo de França, com um mandato de três anos.

Ora, isso viola este regime de exclusividade. E do que consegui perceber, mas peço-lhe que me confirme, já saiu dessa função.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como este processo começou com... Primeiro, talvez não saiba, mas tenho duas outras funções para além do meu cargo de CEO na TAP, que foram aprovadas pelo Governo quando entrei para a empresa.

Sou uma não-executiva do Met Office, a empresa meteorológica britânica, sou membro do Conselho de Administração, e sou também membro do Conselho de Administração de uma empresa americana que está a desenvolver uma solução de propulsão de hidrogénio. Por isso, isso foi revelado quando entrei e porque era também uma empresa que estava envolvida que foi acordada no meu contrato, portanto, é transparente.

Quando fui convidada a ser Conselheira Comercial de França tive uma conversa com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes. Ele fez-me perguntas sobre o que é este trabalho. Expliquei-lhe que é um trabalho em que se analisa a forma de melhorar a relação comercial entre os dois países, Portugal e França, e que se trata de uma discussão para a qual é necessário estar presente, e que há uma série de reuniões que são mais sobre negócios e como aumentar a relação entre os dois países. Hugo Mendes disse-me: «Está bem, eu compreendo, não vejo qualquer objeção.»

Depois, quando fui eleita, foi com o Sr. João Galamba que decidi fazer um parecer legal, ter um parecer legal sobre isto. E ele enviou-me uma mensagem — de facto, era sexta-feira, antes de dia 6 —, dizendo-me: «Verificámos, não funciona, tem de se demitir.» E eu demiti-me imediatamente.

Foi assim que funcionou e que aconteceu. Fui muito transparente, não tentei fazer nada de errado; revelei-o, houve uma aprovação e, depois, quando a tutela me disse «pela forma como verificámos, não funciona», demiti-me imediatamente, no mesmo dia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não sei se já percebeu que tinha aí um colega, digamos assim, Hugo Mendes, que a levava por caminhos um pouco perigosos, este é mais um caso, e que ele diz que está tudo bem, e, afinal, é mais uma violação do Estatuto do Gestor Público. Felizmente, neste caso, a Sr.^a CEO comunicou isto ao Ministério das Infraestruturas, que, ao contrário do outro caso, fez uma análise jurídica — que era o que deveria ter feito também no caso de Alexandra Reis — e, com base nesta análise jurídica, disse-lhe: «Olhe, não pode ser, renuncie à função», coisa que fez.

Por isso, este processo, sim, a meu ver, foi bem conduzido, ao contrário do outro, que não seguiu exatamente as mesmas fases, exatamente, porque o ministério não pediu análise jurídica, enquanto neste processo — e bem —, se calhar pelas consequências do anterior, pediu essa análise jurídica, que também já devia ter pedido.

Queria-lhe perguntar, muito rapidamente, e mudando um bocadinho o tema, quando é que começou o processo de privatização.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Tanto quanto sei, o processo de privatização ainda não começou, porque, para começar, o Governo terá de ter um decreto-lei que terá de ser votado. Mas penso que

antes disso, tal como foi discutido, houve uma série de discussões antes de se iniciar o processo, como deveria haver. Isso não significa que o processo tenha começado, pelo que as discussões também utilizaram o meu conhecimento da indústria, para compreender também, eu estava a trabalhar na indústria, compreendendo qual era a diferente história de privatização na indústria, qual era a natureza dos acordos que estavam em vigor com exemplos relevantes na Europa, é claro. Muita informação que era absolutamente, obviamente, necessária pelos diferentes intervenientes para informar quaisquer passos futuros. Este é um processo que foi de entrega de informação. Foi em 2022, mas começámos a dar informação ao Governo para informar o processo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr.^a CEO, é que pelo conteúdo dos *e-mails*, desde março de 2022, logo a seguir às eleições, parece que o processo começou e, de seguida, foi escolhida uma empresa, a Evercore, para fazer assessoria da venda da TAP. A mesma Evercore tem diversas apresentações para começar a vender a empresa, na prática desde o verão de 2022, já tendo havido diversas reuniões. E, por isso, pode ser uma questão de semântica, mas, se isto não é um processo de privatização, diga-me, por favor, o que é.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Em qualquer processo é necessário recolher informação. E recolhe-se informação por pessoas que têm a perícia e as competências. Não significa que o processo se inicie e só pode ser iniciado pelo acionista, que inicia o processo. Foi, mais uma vez, uma informação do processo e da empresa Evercore na realidade, porque o processo nunca começou, nunca foi contratado, o contrato nunca foi assinado. Foi apenas uma fase de informação, porque o contrato nunca foi executado.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado, mas alerto-o de que está prestes a terminar o seu tempo.

Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, o que é que a Evercore faz?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — A empresa tem experiência nestas transações. Deram exemplos, informando o Governo do que era a indústria de transações passadas, qual era a estrutura, qual era o processo e quais eram também os requisitos que eram exigidos por outros governos em algumas transações como esta, se conseguiram proteger o *hub*, questões muito importantes, compreendendo até que ponto algumas direções estratégicas que eram importantes para o Governo e que já deram provas de serem possíveis noutras situações. E isso foi instrumental, porque cada indústria é diferente. E, se se iniciar o processo sem compreender até que ponto se podem definir alguns parâmetros, penso que era realmente importante ter esta informação para compreender quais eram as estruturas de outras transações passadas na indústria.

Eles tiveram muito trabalho a responder a perguntas para dar o máximo de informação possível para informar o processo. Estes processos são muito longos e é muito importante pensar muito antes de começar qualquer coisa. Além disso, quando, como se sabe, a TAP está todos os dias na imprensa, é melhor começar com o pé direito e precisamos de muito trabalho de preparação antes de iniciar o processo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E a Evercore também já reuniu com potenciais compradores ou investidores, certo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — É diferente. O que tem sido dito publicamente é que foi uma sondagem de mercado. Isto significa que para uma série de potenciais partes interessadas, obter delas alguma informação que depois foi comunicada ao Governo. Foi a única coisa que eles fizeram. Portanto, é uma sondagem de mercado, não é privatização, é de pessoas que já manifestaram interesse em recolher alguma informação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Concluindo: a Evercore está a fazer isso tudo há nove meses, sem um contrato assinado com a TAP? Eu não sei se isso é legal ou não, mas que me parece altamente irregular que uma empresa esteja há nove meses a prestar serviços à TAP sem ter um contrato, parece.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — É uma pergunta? Direi que penso que talvez a expectativa fosse iniciar o processo de privatização mais cedo e, portanto, esse foi o cronograma que permitiria a assinatura de um contrato e levou mais tempo, e ainda nos encontramos nesta situação. A linha cronológica inicial era talvez diferente da que temos hoje. É por isso que talvez hoje pudesse ser uma surpresa ver, após tantos meses, que ainda nos encontramos nesta situação, mas as coisas levam tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem 4 segundos, por favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque é que escolheram a Evercore quando parece que havia uma melhor opção?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não sei o que quer dizer com uma opção melhor, mas a ideia era ter uma organização que fosse totalmente independente e nunca tivesse tido qualquer relação para qualquer

transação com a TAP no passado. E quando diz melhor opção, lembre-se que o contrato não está assinado, por isso o valor final foi realmente competitivo, mas o contrato não está assinado, por isso ninguém pode dizer que foi um valor melhor.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à próxima pergunta, pelo que, para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Eng.^a Christine Widener, eu gostaria de voltar ao tema do aconselhamento jurídico e do sistemático recurso ao serviço externo de aconselhamento jurídico. Estamos a falar de pareceres jurídicos e opiniões jurídicas que custam milhões de euros. Praticamente, não houve decisões, nem processos em que quem aparecesse não fosse sociedade de advogados e eu, de facto, queria perceber, porque há pouco disse que o serviço jurídico da TAP estava muito ocupado.

Eu, sem ironia, pergunto mesmo o que é que impedia a senhora e a Administração da TAP de recorrer às pessoas da companhia que conheciam perfeitamente os princípios da gestão pública e que a poderiam ter prevenido para que não acontecessem coisas — como há pouco explicou —, que eram perfeitamente naturais na gestão privada e que a senhora não fazia ideia de que levantassem algum problema, porque eram perfeitamente normais, repito, na gestão privada. Portanto, pergunto-lhe o seguinte: por que motivo não eram envolvidas nestas decisões as pessoas que, dentro da companhia, conheciam há anos todas estas matérias e que a poderiam ter ajudado a prevenir estes problemas?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que não compreendo realmente a questão porque... Não tínhamos as competências na

TAP, não tínhamos quaisquer competências aprovadas, era que já tínhamos destacamento para a SRS na nossa equipa jurídica, por razões laborais, porque tínhamos algumas lacunas. De uma competência pura em matéria de direito do trabalho, já existia uma estrutura, nada diferente. Isso estava em vigor desde 2020 com todas as questões laborais significativas tratadas com a SRS como um apoiante, devido a algumas lacunas. E lembrem-se, nesta data ainda temos destacamento da SRS para, por exemplo, gerir mais de 70 litígios que temos no tribunal do trabalho. É enorme e também num período em que estávamos a iniciar todos estes projetos com os CLA, que estavam a colocar ainda mais trabalho na vertente laboral. Por isso, precisávamos de ajuda externa. E, mais uma vez, quando a empresa se encontra numa transformação como esta, a SRS não eram os únicos advogados que apoiavam a empresa. A Direção pediu algum aconselhamento do governo corporativo a advogados externos. Era uma prática clássica na TAP e era absolutamente, obviamente, a coisa certa a fazer nesta situação devido ao posicionamento da SRS na organização e todo o apoio que tinham com os assuntos de direito do trabalho que eram complexos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nós estamos aqui essencialmente para inquirir e para averiguar e não tanto para opinar, mas se recorrer aos serviços desses consultores fosse mesmo a melhor coisa a fazer, se calhar, não tinham tido os resultados que tiveram, dos factos concretos que, entretanto, temos vindo a tomar conhecimento.

Mas queria só confirmar uma questão: o fundamental do trabalho dessa consultora jurídica eram as questões da litigância e do contencioso no contexto laboral e daquele conjunto de milhares de pessoas que foram para o desemprego na companhia, não é assim?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como estiveram envolvidos até 2020 em todos os grandes projetos, os despedimentos coletivos, os MRA e também na preparação da nova negociação dos CLA porque estiveram envolvidos durante todo o ano de 2022 em todas as discussões que tivemos com os sindicatos, primeiro para a renúncia dos CLA, a preparação, a estratégia dos CLA, qual foi a melhor estratégia para cada CLA e temos vários na TAP. Estiveram envolvidos em todos estes projetos como peritos e também na memória, porque todos estes projetos eram muito pesados em detalhes e memória e estavam na empresa desde 2020. Portanto, sim, estiveram envolvidos em todos os grandes projetos laborais. De facto, recrutados por Alexandra Reis porque era ela quem recrutava a SRS para os despedimentos coletivos na sequência de um processo de RFP com um escritório de advogados diferente quando a escolha foi feita e envolvendo-os em todos os projetos.

Espero que tenha respondido à sua pergunta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Antes de continuar, eu queria só fazer aqui uma interpelação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é uma interpelação a V. Ex.^a, mas como alguns de nós, eu diria a maior parte, estamos a ouvir as explicações na língua original, não estamos a ouvir a tradução, eu pedia a ajuda a todos, se CLA será o que nós dizemos, o AE, o Acordo de Empresa, não é?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Acordo de Empresa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Acordo de Empresa, exatamente, portanto podemos continuar.

Eu queria só mesmo confirmar, porque a questão do Acordo de Empresa é mesmo um tema muito importante para nós, como pode calcular. Agora posso continuar, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A questão do Acordo de Empresa, o CLA de que falou, foi um dos instrumentos para cortar e negar direitos aos trabalhadores das várias profissões na companhia. Tivemos isso na suspensão dos Acordos de Empresa na sequência da resolução do Conselho de Ministros, depois com os chamados Acordos de Emergência, num quadro de chantagem pura e simples para os trabalhadores, e depois, ainda, com a denúncia dos Acordos de Empresa, já percebemos que esses consultores jurídicos tiveram a mão nisto tudo.

Entretanto, a senhora mencionou, há pouco, uma reunião com a Ministra do Trabalho, ou talvez com um secretário de Estado, e eu queria perguntar-lhe quando foi essa reunião com a tutela do trabalho, qual foi o tema ou se era só para apresentar cumprimentos. De qualquer forma, que temas foram discutidos nessa reunião?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Queria apenas salientar que não compreendo o que refere na chantagem ou negando o direito dos trabalhadores. Terá de me dar alguns exemplos, porque não tenho conhecimento de situações em que a TAP quis negar o direito do trabalho, da chantagem. Só para ter o facto em mente, os Acordos de Emergência foram negociados com todos os sindicatos e foram assinados pelos sindicatos. Havia uma situação muito crítica na empresa, a empresa estava

prestes a fechar. E era suposto os acordos de emergência estarem em vigor até ao final do plano de reestruturação. E estamos a renunciar passo a passo a este acordo de emergência, passo a passo, para tentar reduzir o corte salarial na TAP.

Apenas alguns factos: atualmente, a média do corte nos funcionários da TAP, em média, no que chamamos o salário-base, é de 7 %. Não é de 25 %, não é de 50 %, é de 7 %. Quando olhamos para alguma população, como a tripulação de cabine, o corte, de facto, é de 4 %. Além disso, porque fizemos algumas mudanças este ano, não haverá mais cortes em todas as variáveis dos trabalhadores. Porquê? Porque queríamos agradecer-lhes por todas as atividades que estão a crescer na empresa. Será perfeito? Seria melhor, para dar mais, para fazer mais? Absolutamente. Mas, infelizmente, fui recrutada com um roteiro, incluindo o acordo de emergência, e a minha obsessão era garantir que podíamos apresentar resultados que me dessem a oportunidade de reclamar algumas medidas que seriam mais leves nos cortes salariais. Esta não é uma situação fácil, mas temos de ser cumpridores.

Sobre a discussão com a... sobre o Secretário de Estado, foi uma reunião apenas para responder a algumas perguntas porque havia muitas perguntas na imprensa sobre a TAP, sobre a relação com os sindicatos, sobre uma série de coisas. Não foi mais do que o que fiz muito durante o meu mandato para dar mais informações a diferentes membros do Governo ou o que se passava, porque é sempre melhor ter a informação da fonte mais do que ler as notícias. Mesmo respeitando as notícias, penso que é preciso dar muita informação diretamente para se compreender realmente a situação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria só perceber quando é que foi essa reunião e que tipo de informações é que entendeu ser necessário transmitir ao Governo para esclarecer essas questões da comunicação social.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Vou verificar as datas, porque não tenho as datas em mente. Mas, honestamente, foi para responder às perguntas porque, como imagina, estamos a denunciar todos os CLA. Segundo sei, tivemos algumas queixas de alguns sindicatos sobre a situação bastante desafiante. Foi apenas para esclarecer uma série de questões e fizemo-lo durante a reunião. Foi importante porque são 7000 funcionários, é uma grande organização, a organização está nos noticiários todos os dias. Foi para clarificar a informação, dando factos e números.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mesmo gastando o meu tempo, permita-me que explique o que eu queria dizer há pouco com a expressão «chantagem».

Quando existe um Acordo de Empresa, que é, naturalmente, alinhado com o das principais companhias congéneres e que vai substancialmente além daquilo que é o *flight time limitation* e outros tipos de regulamentações comunitárias e internacionais, quando o Governo decide, em resolução do Conselho de Ministros, emitir uma declaração que permite a suspensão de toda essa contratação coletiva, então, passar para o grau zero dos direitos, que é aquilo que é o mínimo da regulamentação, ou, em contrapartida, assinar um Acordo de Emergência, era a isso que eu me estava a referir quando falei em chantagem, que era aquilo ou o FTL, por exemplo e, portanto, não era outra coisa senão isso.

Ainda assim, há um aspeto que não deixa de ficar evidente com esta discussão: é que as exceções que se colocam relativamente ao Estatuto do Gestor Público, no que diz respeito às remunerações para os gestores destas companhias, contrastam de forma flagrante com os cortes nos salários que, esses sim, aconteceram e não foram aplicados a 4 % nem a 7 %, porque depois, nas remunerações variáveis e noutros direitos houve um conjunto de ataques que foram bastante mais longe. E o problema aí tem a ver com a falta

de trabalhadores — da manutenção, do pessoal de cabine —, havia gente a mais e há hoje gente a menos.

A pergunta é a seguinte: como é que esta reestruturação resolve o problema de uma falta de pessoal, que é flagrante e que ainda hoje tem as consequências que mencionou há pouco?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — A empresa estava quase a fechar, pelo que era necessário reduzir toda a... Não houve chantagem. Houve discussões com sindicatos, alguns sindicatos, tomaram caminhos diferentes e os AT não são exatamente os mesmos, não houve chantagem, foi um voto dos funcionários sobre o acordo comercial. Penso que é muito importante que, graças ao apoio de alguns dos funcionários, também a empresa fosse sustentável e estes acordos foram estabelecidos e são agora modificados devido à evolução da empresa. Sobre o corte salarial, honestamente, falámos sobre a tripulação de cabine. Não temos qualquer problema em recrutar tripulação de cabine para 350 postos disponíveis. Tivemos 2500 candidatos. Há algumas categorias para as quais temos certamente dificuldades, mas não temos dificuldades em recrutar tripulação de cabine, nunca tivemos. Quando começamos a recrutar na TAP, é sempre possível ver a fila na receção. Porquê? Porque é um trabalho que é definitivamente um trabalho que as pessoas apreciam e é um sonho para um certo número de cidadãos portugueses, e é correto. Para outras categorias, é sempre o mesmo. É um equilíbrio ter alguns acordos e ter algumas pessoas a partir, tivemos pessoas a partir após o relançamento da indústria em 2022 e tomámos medidas, pondo em prática a retenção. Depois disso, o tempo para pôr em prática esta retenção é complexo porque poderia ter impacto sobre esses trabalhadores, mas tomámos medidas. E, mais uma vez, o plano de reestruturação seria tão mau, que seria difícil compreender por que razão tivemos tão bons resultados. É um bom plano, é um plano desafiante. Há

algumas dimensões no corte salarial que não foram fáceis de gerir, mas apenas para recordar uma coisa, estamos a falar da TAP e da greve: tivemos um dia de greve, um dia de greve em 2022. E quero agradecer a todos os funcionários que, com este corte salarial, têm vindo a apoiar a empresa, tentando encontrar soluções e para os quais temos tentado encontrar soluções em 2023 e quando tivemos uma ideia do bom resultado para 2022. Não é fácil, é um desafio, mas, por favor, é um esforço combinado de todos, incluindo a equipa executiva com um corte salarial de 30 % em comparação com a Administração anterior e na minha situação, 37 %, mesmo que não esteja na minha folha de pagamentos, porque nem sequer compreendo qual foi o problema. O resultado é sobre o resultado da minha remuneração, é de 37 % em comparação com o meu antecessor.

Sim, é um desafio, sim, é duro, mas está a funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem 4 segundos para terminar a sua intervenção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Uma última questão, regressando a um tema que mencionou há pouco, que tem a ver com o chamado «ecossistema de Lisboa» — foi a expressão que utilizou —, a infraestrutura que está a rebentar e as limitações que isso coloca. Queria perguntar-lhe qual é o balanço que a TAP, neste momento, pode fazer relativamente à gestão privada da ANA — Aeroportos de Portugal e o que está a acontecer, nomeadamente a partir de Lisboa, com os constrangimentos à operação da TAP causados pela gestão aeroportuária.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — De facto, neste preciso momento, o principal desafio é o ATC, o controlo do tráfego aéreo. É isso que nos está a causar hoje uma percentagem significativa dos atrasos.

E vai ser ainda pior este verão. Sim. Esse é o principal desafio e os acordos que foram assinados com a Força Aérea são muito boas notícias, mas não serão aplicados antes de 2024, para 2023 será um desafio. Porquê? Porque houve um aumento da capacidade neste verão que foi talvez superior ao que as infraestruturas podem suportar. Essa é a minha perspetiva pessoal sobre isso.

Assinámos, a Comissão Executiva assinou cartas informais ao Ministro das Infraestruturas e ao das Finanças, para dizer: «Pensamos que vai ser um verão difícil. Talvez pudesse ser uma boa ideia decidir regular o tráfego pedindo para ter menos voos, pelo menos. Mas os voos que temos, pelo menos, poderiam ser mais pontuais, etc.» Enviámos uma carta a explicar tudo, explicando a nossa análise com as pessoas da nossa organização, especialistas. O principal desafio que temos hoje é o controlo do tráfego aéreo e a capacidade dos controladores de tráfego aéreo em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à intervenção do Bloco de Esquerda. Tem a palavra, durante 5 minutos, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Sr.^a Engenheira disse, há pouco, que pediu uma auditoria sobre os prémios dentro da TAP.

Quando é que foi pedida a auditoria? Já existe um relatório preliminar? Se não, quando é que ele estará pronto?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como foi mencionado, perguntou quando descobrimos a história do ministro. Vi um relatório preliminar, penso que a auditoria está quase encerrada neste preciso momento, porque o pedido do Comité Executivo e do Conselho de Administração que se segue ao nosso conhecimento é para que seja feita uma

auditoria o mais rapidamente possível. Penso que este relatório esteja talvez prestes a ser finalizado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Iremos pedir à TAP que nos envie esse relatório preliminar.

Gostaria de a interrogar sobre um outro assunto, que tem a ver com os negócios com a Airbus.

David Neeleman capitalizou a TAP quando entrou com 226 milhões de euros, que sabemos que vêm de fundos Airbus.

Tudo indica que estes fundos tenham origem em dois processos relacionados com a TAP. Em primeiro lugar, houve o cancelamento de um contrato de compra de aviões A350. Este contrato estabelecia a compra destes aviões abaixo do valor do mercado em 190 milhões de euros — sabemos nós hoje. E, por outro lado, trocou estes A350 por um novo contrato de compra de 53 aviões Airbus com um valor que se estima que esteja 250 milhões acima do valor do mercado, o que quer dizer que a Airbus terá ganhado com este negócio 444 milhões, e uma parte desta receita terá sido enviada para David Neeleman, que permitiu este negócio quando comprou a TAP.

Isto é o que sabemos, porque foram pedidas duas auditorias pela Administração e pela Comissão Executiva da TAP.

A minha pergunta nem é sobre o resultado das auditorias, ainda, mas é o que é que leva a Comissão Executiva da TAP a pedir as auditorias que chegam a esta conclusão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Talvez quando se tiver pessoas que compreendam como funciona a indústria. Essa é uma das razões porque é que nós estávamos... Quando se olha para as nossas contas e é explicado muitas vezes pelo nosso CFO. Tivemos resultados de operação

excepcionais em 2022, um recorde histórico. Quando se olha para a passagem dos resultados operacionais para as receitas líquidas, é uma enorme lacuna. E uma das lacunas é devido à nossa frota. Quando se compara esta lacuna com os nossos concorrentes na Europa, descobre-se que há algo para ver. Isso é puramente baseado em factos. Porque é que somos tão afetados pela rota da nossa frota? E quando se diz custo, é abaixo da linha porque não possuímos nenhum avião, porque temos de o fazer financeiramente, etc.. Ao mesmo tempo, outra indicação foi quando estamos a tentar fazer uma locação financeira dos nossos aviões, tivemos alguma dificuldade em financiar 100 % do custo do avião. Havia muitas coisas que, identificando algo, temos de ver. Não sabíamos o que iríamos encontrar porque não havia razão para nós, claro, na TAP há muitos rumores, sempre rumores. Mas decidimos fazer este estudo por especialistas da indústria, completamente independentes, mais uma vez, que nunca, no passado, estiveram envolvidos em qualquer transação com a TAP, e é um relatório que foi entregue ao nosso acionista e depois os passos seguintes. Mas para nós era uma questão de compreender realmente porquê, porquê e o que poderia ser feito. Isso não evita o facto de termos o dever de fazer tudo o que temos de fazer na nossa frota para reduzir os nossos custos e renegociar todos os nossos contratos. Nunca foi da perspectiva do Executivo ou do Conselho a intenção de iniciar quaisquer outras coisas que estamos a negociar tanto quanto possível todos os contratos que estão a ter um impacto negativo na organização. E é o que ainda estamos a fazer com todos os fabricantes, incluindo a Airbus, porque pensamos que, aconteça o que acontecer no futuro, seja qual for a conclusão, não podemos parar de tentar obter melhores condições.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que me está a dizer é que foi a Administração da TAP — a mesma Administração que foi aqui elogiada

ainda hoje pelos Deputados do PSD — que descobriu, por conhecer o mercado e o negócio, que havia um sobrecusto na frota da TAP.

Hoje, esteve aqui um antigo ministro, que foi responsável pela privatização da TAP, que sugeriu que este argumento teria sido criado pela TAP para encontrar melhores condições de negociar com a Airbus para baixar os custos da sua frota.

O que lhe pergunto é se se entende que o sobrecusto pela compra acima do valor de mercado dos 53 Airbus Neo existe, de facto — e, portanto, que estes aviões foram, de facto, comprados acima do valor do mercado —, ou se este é um argumento criado para, unicamente, melhorar condições negociais com a Airbus.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que é um facto que não se negocea com a Airbus, criando qualquer história. Eles conhecem as coisas. Eles estão numa posição de força; apenas fizemos este estudo para compreender os factos. A nossa negociação com a Airbus é feita em paralelo e o *timing* não funciona porque estamos a negociar com eles. Temos estado a negociar com eles desde o início. E é só isso. Não criámos nenhuma história porque estamos a negociar o contrato com eles. E este estudo foi enviado ao Governo e para nós são dois processos separados que foram executados também para fins diferentes, porque também tínhamos o dever de divulgação porque não estamos, digamos, no poder, então não temos o direito de ir mais longe do que este estudo e de dar factos. Penso que nunca terminámos... não inventámos nenhuma história. Apenas temos estado a fornecer um estudo aos nossos acionistas e eles decidiram iniciar o processo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A consultora financeira que avaliou que os aviões foram comprados 254 milhões acima do valor de mercado explica que não só os aviões foram comprados acima do valor de

mercado, o que quer dizer que de cada vez que é obrigada a comprar um avião — e é obrigada, porque paga uma multa se não comprar, já lá vamos — a TAP está a desembolsar um valor superior ao que as suas concorrentes estão a pagar e, portanto, está a pagar um valor superior ao valor de mercado, como as avaliações independentes foram baseadas numa metodologia errada, portanto, quando foi feito o contrato havia um entendimento errado sobre o que seriam estes valores. E, conhecendo essa auditoria, gostaria que nos pudesse talvez explicar porque é que essas metodologias de avaliação foram consideradas como não sendo adequadas para avaliar o preço destes aviões que, já agora, quando a TAP os comprou não existiam. Ninguém os tinha, porque a TAP foi a primeira entidade a adquiri-los.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não conheço a auditoria e o estudo em pormenor, digo sempre a verdade. Eu não daria o meu comentário. A única coisa que posso dizer é que quando se compra um avião, depende do pressuposto, e o pressuposto tem de se basear na rede que se vai voar. Se mudar a sua suposição e a rede que vai voar, então muda o seu resultado. É a única coisa que posso dizer, é que é assim que funciona. É preciso definir primeiro qual será a rede gerida pela empresa nos próximos 10 anos e basear o pressuposto da distância, da procura, na previsão. Acabará então com uma conclusão de qual é a melhor aeronave. A única coisa que também posso dizer é que numa perspetiva operacional, o 330-900 como sendo o primeiro operador do 330-900, foi uma experiência desafiante e continua a ser. Mas foi uma decisão, tenho a certeza, com uma avaliação de risco. E a decisão que agora estamos a tentar tomar é a de mitigar tudo. Eu não estava lá. A auditoria foi feita por pessoas competentes, completamente independentes, e penso que é bom que hoje possamos ver os factos e que as pessoas com poderes para agir quanto a eles.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O contrato de compra dos 53 Airbus é feito entre David Neeleman e a Airbus, e depois é a TAP que fica com esse contrato. Mas quando a TAP fica com o contrato de David Neeleman há uma cláusula adicional que entra para o contrato, que é a obrigação de a TAP reembolsar a Airbus caso não compre os aviões.

Há uma coincidência de valores: se a TAP desistisse dos 53 aviões teria de reembolsar a Airbus em 226 milhões de euros, que é exatamente o valor que Neeleman colocou na TAP. E isto quer dizer que as prestações suplementares que Neeleman colocou na TAP iriam sair por outra porta, caso a TAP cancelasse a compra dos 53 aviões — e, portanto, a Airbus ficou garantida por esta via.

Gostaria também que me confirmasse que este é o argumento que usa o escritório de advogados que a TAP contratou para garantir que este negócio é ilegal, à luz do Código das Sociedades Comerciais, porque significa um financiamento apoiado pela própria TAP.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — É um assunto complexo, mas é bastante clássico para fabricantes como a Airbus certificarem-se de que não assumem riscos numa grande transação como esta. O facto de se comprometerem por uma série de aviões e de terem um compromisso financeiro não é invulgar. Pensei que o montante do compromisso e a condição é uma questão diferente. Mais uma vez, penso que a conclusão do montante por alguns advogados e algumas empresas que têm conhecimento e agora penso que haveria um processo que seria processado pelas autoridades. Não sei qual será o resultado, mas penso que com a informação de que dispõem, têm toda a informação de que necessitam para chegar a uma conclusão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, dou-lhe a palavra para fazer uma pergunta, alertando-a para o facto de ter 7 segundos para a última questão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma negociação com a Azul, que se arrasta ao longo do tempo — há, aliás, várias comunicações à tutela sobre isso —, que tem a ver com as obrigações convertíveis. E parece ter sido difícil negociar com a Azul essas obrigações, porque depois foram colocadas outras condições adjacentes a esse negócio.

Gostaria que nos pudesse explicar essas dificuldades e a complexidade desse processo.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Bem, nós temos obrigações, não temos qualquer problema com as nossas obrigações. Penso que temos uma discussão com todos os gestores destas obrigações, pelo que a TAP não tem qualquer emissão financeira com estas obrigações. Penso que, com a Azul, a complexidade provém das relações. Não se trata apenas desta relação, mas também do facto de a Azul ser um parceiro crítico no Brasil, mas nós não temos apenas uma relação com eles. Também temos uma relação com a GOL e é só isso. Mas não há qualquer preocupação com as obrigações que temos com aquele em que a Azul está envolvido ou qualquer outro vínculo que temos no mercado. Mas com a Azul temos esta relação que é um pouco mais complexa, com uma relação comercial ligada a ela.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos agora a quarta intervenção da segunda ronda.

Vamos passar à quinta e penúltima do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Deputado Carlos Pereira tem a palavra por 5 minutos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, permita-me voltar ao tema Eng.^a Alexandra Reis para colocar uma questão que me parece relevante, relativamente à explicação que deu na sua primeira ronda a algumas perguntas que fiz, de que tudo se passou com uma lógica de equipa: a equipa aceitou, decidiu que Alexandra Reis devia sair.

Numa ata, do dia 1 de fevereiro, da Comissão de Administração, a Eng.^a Alexandra Reis é nomeada por unanimidade para uma coisa que se chama Comissão de Cultura e Pessoas da TAP.

Ora, independentemente do que isto significa, a verdade é que Alexandra Reis é nomeada no dia 1 de fevereiro para um organismo da TAP, um dia anterior à proposta final de saída de Alexandra Reis. Isto não é um inexcusável exercício de cinismo da CEO da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não sou eu que tomo decisões sobre a nomeação dos comités. Não é essa a minha competência. Esta decisão é tomada pelo Conselho de Administração e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração, não pelos Executivos da Comissão. Algumas propostas, o Presidente estava absolutamente ciente do processo, isso é certo, porque podemos ver as provas. Tivemos de ir à comissão e, nesta altura, Alexandra Reis era a responsável pelos RH. Era lógico que ela fizesse parte deste comité, quer o processo estivesse a decorrer ou não, penso que teria sido difícil compreender como é que a pessoa responsável pelos RH não faria parte do comité. Não há cinismo, sabemos que não somos más pessoas, somos apenas empresários que tentam fazer a coisa certa e há lógica em tudo o que fazemos. Essa foi a razão, nada mais. E mais uma vez, a decisão não foi minha porque esta decisão é a decisão do Conselho de Administração, e eu fui um dos membros à volta da mesa. E foi isso.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Disse que eram más pessoas, disse que era cinismo e a Sr.^a Engenheira confirmou que era cinismo, porque estava lá, aprovou e, enfim, não explicou que estava em curso a saída da Alexandra Reis, o que demonstra que, contrariamente ao que disse no início da audição, em resposta às perguntas que fiz, tomou sempre a decisão sozinha e nunca partilhou com ninguém.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Nunca disse isso; penso que está a tirar conclusões. Lamento, mas não foi de todo isso que eu disse. Além disso, penso que, mais uma vez, o que disse foi que respeito profissionalmente Alexandra Reis e não vejo por que razão, numa reunião como esta, teria mencionado o processo pelo qual dois advogados estavam em discussão e com um acordo entre Alexandra Reis e os seus advogados para manter esta discussão entre advogados. O acordo não foi alcançado. Talvez o acordo nunca pudesse ser, não um acordo, por isso, era absolutamente inadequado e não era o lugar certo para fazer qualquer comentário, ainda para mais, quando se respeita os colegas. Penso que a minha reação e o meu comportamento foram adequados e profissionais.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Continuando no tema: numa resposta que deu à IGF, nos seus primeiros esclarecimentos, diz, basicamente, o seguinte — e vou ler o que escreveu —: «A cessação da relação com a TAP não foi discutida em nenhuma reunião do Conselho de Administração, nem na Comissão Executiva.» Portanto, isto contraria aquilo que disse na primeira ronda: «A iniciativa foi minha enquanto CEO da TAP.». Isto é contrário àquilo que disse na primeira ronda, certo?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, não é absolutamente contraditório, porque a minha iniciativa foi falar sobre o

projeto de reorganização ao ministro a 4 de janeiro. Sim, eu era a única a poder ter esta iniciativa, porque se tratava de uma reorganização do Comité Executivo. Não significa que tenha sido uma decisão minha.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas foi o que disse na primeira ronda, que tinha sido uma decisão de equipa. Agora disse o contrário. Enfim, está entendido o registo.

Até agora não justificou nesta audição, e estamos já quase no fim da segunda ronda, de maneira nenhuma, de forma perentória, porque é que não considera certa a conclusão da IGF — e a conclusão principal da IGF é que o ato de demissão de Alexandra Reis é nulo e foi, enfim, conduzido por si — , não justificou a razão pela qual não considera esse ato nulo e não considera essa justificação da IGF.

E a pergunta é: não acha que, enquanto CEO da TAP, o mais alto membro de uma comissão executiva, tem de conhecer, obrigatoriamente, porventura, a lei principal que regula as empresas públicas, que é o regime jurídico das empresas públicas?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que essa é a razão pela qual se recrutam advogados que deveriam estar ainda mais atentos às leis do que o CEO da empresa. E quando não estão, e não o assinalam, porque eu podia estar ciente, mas podia não saber a aplicação exata da lei. É por isso que temos advogados competentes. Mais uma vez, foi a razão pela qual, como profissional, recrutei consultores e mais uma vez, a 4 de fevereiro, não fui a única a ter conhecimento de um acordo. Era um acordo do qual as pessoas tinham conhecimento na organização e ninguém o assinalou. Se o seu comentário é sobre o CEO da empresa, então o mesmo comentário deve aplicar-se a todas as pessoas que estavam conscientes de que um acordo foi assinado e este acordo foi seguido de uma demissão, não

apenas ao CEO da empresa, porque eu era um dos que estavam conscientes e os outros também.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — No dia 28 de janeiro há uma primeira proposta enviada pelos advogados, que a Eng.^a Christine reenvia para Hugo Mendes, de 1,4 milhões de euros, *grosso modo*.

Nessa proposta há a particularidade de o advogado dizer que a proposta é política e economicamente inaceitável. Perguntou porque é que era inaceitável?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Esta foi a conclusão dos advogados, mesmo que eu não pense que os advogados sejam recrutados para se pronunciarem sobre a aceitabilidade política. Isso cabia mais ao Secretário de Estado decidir se era politicamente aceitável ou não, essa era a sua responsabilidade. Claro que pensei que este montante era muito elevado, mas não me cabia a mim comentar porque o comentário já era feito pelos advogados e reforçado pelo Secretário de Estado, é claro.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas quem assinou a saída de Alexandra Reis foi a Christine, não foi o Secretário de Estado. Portanto, era, talvez, avisado questionar o que é que se passava com este aviso, digamos assim.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não, não. Os advogados fizeram um comentário quando o montante foi de 1,4 milhões, não sobre o montante final. Recomendaram e sublinharam que se tratava de uma solução muito boa. E isso foi enfatizado pelos advogados sobre a última proposta. Foi um comentário completamente diferente. Para além disso, claro que teria preferido que o Secretário de Estado assinasse o acordo, mas entre nós, isso era absolutamente impossível a partir da estrutura jurídica

porque deveria ser a empresa a assinar este acordo e não vir diretamente de... não havia nenhum instrumento capaz de permitir aos membros do governo assinar o acordo, deveriam ser dois administradores da empresa e essa foi a recomendação dos nossos advogados.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas, perante este aviso, enquanto executiva responsável, competente, não seria de fazer uma pergunta sobre o que é que isto significava?

Em segundo lugar, não seria, por exemplo, de perguntar ao departamento jurídico da TAP o que é que isto poderia querer dizer?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Perguntei aos nossos advogados. E lembre-se que havia também todos os outros advogados do outro lado, os dois, um dos dois advogados com mais prestígio em Portugal, tanto quanto sei. Portanto, essa era a melhor forma e, quanto à experiência pura em direito do trabalho, não tinha, nesta altura, este nível de compreensão ou de competência no campo jurídico, pelo que era a coisa certa a fazer a partir das competências e aptidões profissionais de pessoas capazes de nos aconselhar. Aceitámos os conselhos das pessoas mais qualificadas e elas enfatizaram que o acordo era bom. Não comentei a última proposta porque penso que não me competia a mim e a indicação de avançar foi dada pelo Secretário de Estado, mais uma vez. Com base na recomendação destes advogados, não assinalei em momento algum o assunto do Gestor Público, nem a mim, nem ao Secretário de Estado porque, mais uma vez, penso que o Secretário de Estado, tal como eu, agiu realmente pensando que este acordo estava em conformidade com toda a lei que deveria ser cumprida, e isso é o facto de não se poder ver em todas as trocas de impressões qualquer prova de que alguém tivesse dúvidas sobre o enquadramento legal deste acordo.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Nessa matéria e nessa proposta em particular, não teve nenhuma necessidade de insistir, de interagir, de fazer perguntas; mas depois, numa segunda proposta que é apresentada, de 760 K brutos, mais ou menos, ou 500 K líquidos, mais compensação de cessação de funções, envia-a também para o Secretário de Estado, que diz que vai falar com o Sr. Ministro, e o Sr. Ministro diz que é muito elevado. Enfim, a pergunta é se, para si, naquela altura, já aprovaria aquele valor, se era completamente indiferente e poderia aprovar já aquele valor.

Porque pergunto isto? Porque quando o ministro ou quando o secretário de Estado dizem que é muito elevado, a Sr.^a Engenheira invoca o exemplo do anterior administrador, o anterior CEO da TAP, Antonoaldo, lembrando, na sua mensagem, que a TAP pagou a remuneração integral e a totalidade dos benefícios. Ou seja, por si, naquela altura, seria assim. Nessa altura, estaria com pressa de resolver as coisas, e, portanto, as coisas seriam feitas daquela maneira, independentemente daquilo que poderia ser a proteção da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu fui muito cautelosa em todo este processo, lembrem-se. É por isso que trabalho com advogados. Quando apresentaram esta proposta, ela estava realmente diretamente relacionada com o Secretário de Estado. Eu não dei qualquer opinião. Não me apressei para tirar quaisquer conclusões neste processo, e segui o conselho. Não dependia de mim porque também, lembrem-se, eu tinha seis meses de trabalho e tive a humildade de respeitar a competência e o conhecimento de outras pessoas envolvidas neste processo. Não me competia a mim dar uma opinião. Como CEO da TAP, claro, preferiria ter a menor quantia de dinheiro porque o lado financeiro desta discussão era realmente importante. Mas a ideia era, lembre-se, ter uma solução justa, que

fosse a orientação, por isso precisávamos de ter a orientação do Secretário de Estado e o conselho dos advogados e que funcionasse.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Vamos agora às últimas questões desta ronda, do Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Engenheira, em primeiro lugar, quero realçar a sua postura, muito franca e muito completa, com que se apresentou perante esta audição. Estas Comissões Parlamentares de Inquérito no passado ficaram conhecidas por induzirem uma doença dada por demência ou por esquecimento, por — falha-me o nome —, pelas pessoas não se lembrarem,...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Amnésia!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — amnésia, é esse o nome. De facto, ficamos com grande registo da sua capacidade de responder ou de tentar responder a tudo de forma muito objetiva, aliás, em contraste com o que se passou na semana passada com o Sr. CFO.

A primeira pergunta que lhe faço tem a ver com a greve de pilotos que estava anunciada. Houve negociações em que, parece que prudente e avisadamente, o Sr. Ministro João Galamba não participou — porque acho que não tem muito jeito para, digamos, essas matérias de recursos humanos —, mas tivemos notícia de que o Sr. Dr. Luís Rodrigues já participou destas negociações e então afigura-se-nos uma dificuldade, que é a Presidente em exercício, o Presidente emérito, ou o Presidente emérito e a Presidente em exercício... Portanto, há gestão bicéfala, em que há um putativo CEO a

negociar com os sindicatos, estando a senhora ainda em funções. Explique-nos o que se passa nesta relação de exercício de poder.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não tenho conhecimento de Luís Rodrigues envolvido na discussão com os pilotos. De facto, fui eu que fiz o acordo e porque estava nesta situação, a discussão foi gerida por Gonçalo Pires e Ramiro Sequeira, que é o nosso Chefe de Operações. Este foi o principal protagonista deste acordo. Talvez esteja a falar de Mário Chaves. Não, mas Luís Rodrigues, que eu saiba, não esteve envolvido. Pelo menos não tenho conhecimento. E concordo consigo que seria um pouco estranho. Mas todo o acordo foi de facto discutido há meses, antes mesmo de 6 de março.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, o Sr. Primeiro-Ministro tem repetidamente dito que tem a intenção de que o Estado mantenha uma posição de referência ou de acionista no futuro quadro pós-privatização. Com a sua experiência no setor, explique-nos como é possível que um grande grupo de aviação privado, cotado em bolsa, provavelmente europeu, venha a adquirir uma participação na TAP sem a garantia de, gradualmente e com rapidez, vir a ser totalmente detentor do capital da companhia, detentor dos destinos da companhia, e fique amarrado a amuos do Governo e dos políticos, numa empresa que é cotada. Acha isto possível?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Existe um modelo diferente na Europa. De facto, quando olhamos para os três grandes grupos, temos dois grupos que são completamente privados e um grupo que ainda tem uma forte relação com o Governo. Três grupos mostram desempenho, penso que não se trata apenas da quota. De facto, quando se olha para a estrutura, é também o modelo de governação e o acordo de acionistas que

está em jogo. E isso poderia fazer o sucesso ou não da empresa. E, no fim de contas, será a decisão do acionista, mas coisas que têm modelos diferentes na Europa, alguns governos envolveram companhias aéreas, outros decidiram não o fazer, e os modelos estão a funcionar, mas com modelos governamentais que devem ser adaptados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Face à sua experiência, considera que o Estado português, como acionista, é confiável?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tem dias!

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que eu diria que é um acionista desafiador. Esse é o meu lado britânico.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — *I got it!*

Na auditoria da IGF, não acha que há aqui um pecado original, em que a auditoria que vai ser conduzida é conduzida por um organismo que hierarquicamente no topo tem um ministro das Finanças? Acha isso normal? Por exemplo, na aviação.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que, obviamente da minha perspetiva, vindo de outras estruturas de organização, poderia desafiar a independência da conclusão.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pode repetir, por favor? Pode repetir o que disse agora?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Penso que se pode desafiar a independência da conclusão por causa da estrutura, mas estou a

olhar para isto com novos olhos e a descobrir alguns processos. Este é o meu comentário sincero.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Posso deduzir das suas palavras que há uma evolução de pensamento em relação à independência de uma entidade auditora cujo responsável máximo é o Ministro das Finanças e, por conseguinte, parte deste processo.

Uma outra questão sobre a qual gostaria de a questionar é a extinção da empresa no Brasil, que tinha grandes responsabilidades laborais. Poderá isso ainda ter impactos financeiros na operação da TAP? Se sim, qual é o valor estimado?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Numa operação pura, não porque deixámos de enviar aviões para a M&E Brasil, mas porque a sua repercussão criou uma tensão na nossa operação em Lisboa e é por isso que também temos vindo a subcontratar algum trabalho no exterior, para além do nosso desafio com os técnicos. Todo o impacto potencial e o impacto potencial no futuro da empresa, já tenho estado a reconhecer a conta e o processo que estamos a seguir agora mostra que o reconhecimento foi feito na conta é consistente com a realidade. Pensamos que estamos num bom caminho, para não ter mais impacto potencial na empresa, e esse era o objetivo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Confirma que são 63 milhões?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Onde encontrou esse número?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Responsabilidade civil, 4 milhões e 600 mil; responsabilidade laboral, 58 milhões.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Terei de verificar porque dependerá do ano. Terei de verificar, mas podemos voltar com alguns detalhes sobre isto, como antes de outro ponto.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A Sr.^a Engenheira não achou estranho a ida da Eng.^a Alexandra Reis para a NAV? A NAV é uma empresa que regula o tráfego aéreo, é uma empresa que tem a ver com aviões. Não achou isso pouco transparente, pouco normal e esta opção não a incomodou?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Eu não estava, eu não estava ciente. E fiquei surpreendida, mas depois disso, sem mais comentários. Não estive envolvida na decisão, é difícil para mim acrescentar algo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ficou surpresa e não comentou com ninguém?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Enviei um pequeno comentário ao Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Esta é uma das informações mais importantes.

Queria fazer-lhe outra pergunta, que tem a ver com o seguinte: no caso de a Sr.^a Engenheira vir a ter sucesso na contestação legal que está a fazer para que se veja ressarcida dos valores lhe que são, no seu entendimento,

devidos, quem é, para si, ou quem são, para si, os grandes responsáveis, se esses valores lhe vierem a ser devidos?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Como discuti antes, não falámos realmente sobre os próximos passos, por isso não tenho a certeza se posso responder à sua pergunta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — No cenário hipotético, em que a Sr.^a Engenheira tem provimento na sua luta judicial e que lhe são devidos 2, 3, 4 milhões de euros, quem, neste cenário hipotético, acha que são os dois responsáveis por esta indemnização?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Não posso responder.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr.^a Engenheira, às vezes, uma não-resposta é uma resposta em si, para bom entendedor.

Queria, para finalizar, colocar-lhe a seguinte questão: como é que vê a mágoa de alguém que, cumprindo os objetivos que lhe propuseram e para os quais a desafiaram, é, por razões políticas, sancionada, afastada, com custo da sua honorabilidade, da sua imagem de mercado e com esta desfaçatez de quem esteve consigo em amena conversa secreta na véspera e não teve a hombridade e a coragem de lhe dizer que, no dia seguinte, a iria demitir publicamente, através das televisões?

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — É muito triste. É o que eu sinto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Está terminada a última das perguntas da segunda ronda.

Estamos em reunião há quase seis horas, por aquilo que estou a ver. Presumo que não haja nenhuma pergunta para a terceira ronda?

Pausa.

Temos, então, vários Srs. Deputados interessados: Sr. Deputado Paulo Moniz, Sr. Deputado Bernardo Blanco, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, Sr. Deputado Filipe Melo, Sr. Deputado Carlos Pereira, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

Queria só informar de que serei absolutamente rigoroso em relação aos 3 minutos. Portanto, 3 minutos para cada um dos Srs. Deputados.

Vamos começar a ronda, como temos estado a fazer hoje, pelo Grupo Parlamentar do Chega e faremos com que não haja nenhuma repetição de dois Deputados do mesmo Grupo Parlamentar.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo para, durante 3 minutos, colocar a questão que entender. Depois, a Sr.^a Engenheira terá o tempo que entender para responder às perguntas. Indicativamente será 3 minutos por cada resposta, mas fica ao seu critério.

E estamos quase a terminar. Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Engenheira, muito rapidamente, começo por agradecer os seus contributos. Foi, até hoje, a primeira audição em que, realmente, nós ficamos com conhecimento das matérias. Nas outras duas houve uma série de subterfúgios e não responderam às nossas questões e, daí, o meu agradecimento sincero pela sua postura tida no dia de hoje. E peço-lhe que assim continue até ao fim e, se for preciso, tome nota das perguntas que lhe vou fazer, para que não se possa esquecer de alguma.

Ministro das Finanças e Ministro das Infraestruturas: a posição que ambos tomaram, já o confirmou, denegriu a sua imagem pessoal e profissional publicamente. Quais são os comentários que lhe apraz dizer? Foi postura de governante ou foi postura medíocre, que não se aceita face à responsabilidade que tem e perante uma empresa que tem um enorme contributo para o País?

A segunda questão, e pela não-resposta da Sr.^a Engenheira a uma pergunta, há instantes, do meu colega Deputado Paulo Moniz, sobre se vai ou não avançar para a via judicial para reclamar o que será seu por direito, é a seguinte: é ou não um crime de lesa-pátria, por parte do Ministro João Galamba e do Ministro Fernando Medina, o Estado português ter que vir a ser condenado a pagar mais uma indemnização, que poderá ser, ao que se fala, cinco ou seis vezes superior à da Eng.^a Alexandra Reis? Com uma agravante: ao que sabemos, o plano de reestruturação estava a ser cumprido tal qual estes dois ministérios tinham pedido, ainda com a agravante de a Sr.^a Engenheira ter conseguido antecipar lucros para 2022, que estavam previstos e projetados para 2025. Portanto, assumindo que vai para tribunal contestar esta tomada de posição por parte dos dois ministérios, pergunto-lhe se no depoimento que vai fazer vai acrescentar algo mais do que o que nos disse aqui hoje, em relação a João Galamba e Fernando Medina.

Para concluir, vou perguntar-lhe, uma vez mais: algum destes dois ministros, nas conversas tidas com a Sr.^a Engenheira, lhe pediu sigilo no que diz respeito à concretização do acordo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor. Tem 3 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito rapidamente: tinha-me dito, na ronda anterior, que tem mais dois

cargos não-executivos noutras duas empresas, mas que isso foi acordado com o Governo e que está no seu contrato. A minha primeira pergunta é a seguinte: do que vi, o seu contrato foi assinado por Ramiro Sequeira e Alexandra Reis, curiosamente, e o que diz é que o Governo participou na negociação desse contrato. É isso?

A segunda pergunta é se ter estes dois cargos não viola também o regime de exclusividade, que é muito estrito, previsto no Estatuto do Gestor Público. Eu não sou advogado, mas já que tem aqui os seus, se os quiser consultar...

De resto, termino, agradecendo a vossa presença aqui nestas quase sete horas de audição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há uma atuação consistente, desde o início do seu mandato, de quem assume práticas de gestão privada, e assumiu, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, que eram práticas perfeitamente normais em gestão privada e que não passava pela cabeça desta Administração, toda ela, que estava sob o Estatuto do Gestor Público, que havia coisas que não podiam fazer ao abrigo nos termos deste estatuto. Além disso, demonstrou que não sabia e, na prática, não quis saber, o que era o Estatuto do Gestor Público e respondeu que ficou a saber o que era por causa desta polémica que nos trouxe aqui e que deu origem a esta Comissão de Inquérito; e que não sabia e não queria saber o que era o regime jurídico do setor público empresarial, porque, na verdade, se soubesse, nem sequer teria assinado aquilo que foi preparado pelo escritório de advogados que fazia assessoria externa, assessoria jurídica externa à TAP. E informou a Comissão

Parlamentar de Inquérito que nunca foi elucidada sobre o que era, na verdade, o seu estatuto enquanto Presidente da Comissão Executiva da TAP, Estatuto do Gestor Público, e, nesse contexto, afirmou que praticamente todas as decisões que foram tomadas e assumidas sob a sua responsabilidade enquanto Presidente da Comissão Executiva da TAP foram no seguimento do aconselhamento dos tais assessores jurídicos externos.

Eu queria deixar esta pergunta: alguma vez alguém lhe chamou a atenção que era gestora pública e que estava a gerir uma empresa que tinha um estatuto legal de empresa do setor público empresarial? Essa é a questão central, porque se desde o início a TAP foi sempre gerida como se fosse uma empresa privada e se o Governo, pelos vistos, de acordo com o seu testemunho, foi cúmplice dessas práticas de fazer na TAP, sob estatuto de setor empresarial público, práticas que eram perfeitamente adquiridas como práticas da gestão privada, em que momento, em que situação é que houve — se é que houve alguma vez — o alerta: «Olhem, tenham cuidado, porque isto aqui não é uma empresa privada e não pode ser gerida como tal»?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr.^a Engenheira, apenas duas perguntas. A primeira já foi feita, mas eu faço-a de outra forma.

Tendo em conta a relação difícil e a tensão que existia entre a Eng.^a Alexandra Reis e a CEO da TAP e o CFO da TAP, como é que viu a nomeação da Eng.^a Alexandra Reis para Secretária de Estado do Tesouro, que tinha a tutela da TAP e que, portanto, na prática, ia tutelar o CFO com quem tinha uma relação de tensão, segundo aquilo que nos descreveu aqui, e a própria CEO? Pergunto-lhe se comunicou com alguém sobre essa decisão, se foi questionada, em algum momento, sobre essa decisão, enfim,

o que é que nos tem a dizer sobre as comunicações que teve sobre a ida de Alexandra Reis para Secretária de Estado do Tesouro.

Segunda questão: a Evercore foi escolhida de entre várias empresas para assessorar a privatização da TAP. Estava longe de ser a mais barata. Segundo as propostas que temos, se iria custar, e custou, 6 milhões, o JP Morgan custaria 4,2 milhões, portanto, ainda é uma diferença bastante grande. Eu gostaria que confirmasse que na reunião do Conselho de Administração em que isto foi decidido houve vários elementos que não concordaram com a decisão, que colocaram dúvidas, que acabaram por decidir, em alguns casos, que não concordavam, mas como era a escolha da CEO queriam dar esse voto de confiança, nomeadamente a Administradora Ana Lehmann e o Administrador Patrício Ramos, que se abstiveram, e o Administrador João Duarte, que fez uma declaração de voto dizendo que esperava que fosse possível baixar esse preço, porque não consideravam que fosse a melhor hipótese de contratação. E disse-nos aqui que, entretanto, a Evercore já iniciou os seus trabalhos de aferição do mercado. Uma vez que não há contrato assinado, queria saber se foi paga e, portanto, se a TAP já desembolsou algum dinheiro para pagamento à Evercore ou se a Evercore tem estado a trabalhar *pro bono* ao longo destes meses.

O Sr. **Presidente**: — Antes de continuarmos, pedia a quem está em pé que se sentasse, para estarmos todos em condições para conseguirmos trabalhar da melhor maneira.

Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Sr.^a Engenheira.

A minha pergunta é muito simples. Durante esta audição utilizou uma expressão que registei e com a qual acho que todos concordamos, que foi

«*dramas are not good for corporations*». Portanto, sem qualquer interpretação do que aconteceu depois, porque esse é o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a minha pergunta é simples: qual é o momento zero, e o paciente zero, se me permite a expressão, de todo este processo? Que é o mesmo que dizer: quando é que surge, pela primeira vez, a ideia de demitir ou de mudar, ou, enfim, a expressão que quiser, a Eng.^a Alexandra Reis, e quem é que faz essa sugestão pela primeira vez?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. Deputados e a Sr.^a Engenheira Christine Ourmières-Widener — espero ter dito bem o nome, mas essa é uma dificuldade que temos tido e, portanto, temos de ter essa correção também para consigo.

A primeira pergunta que gostava de lhe fazer é a seguinte: o CFO da TAP, quando aqui esteve, disse, e foi questionado, que, a determinada altura, foi-lhe pedido que calculasse as férias da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis. E disse que não sabia porque é que lhe estavam a pedir para calcular as férias de Alexandra Reis. A pergunta que gostava de lhe fazer é se sabe porque é que ele deveria calcular as férias — portanto, se lhe foi dito porque é que ele deveria calcular as férias — e se o momento em que lhe foi pedido para calcular as férias de Alexandra Reis foi no dia 25 de janeiro de 2022 — queria também confirmar a data —, e atentar ao facto de o CFO ter dito também que esta pergunta não foi feita aos Recursos Humanos. Porque é que não foi feita aos Recursos Humanos?

Este é o conjunto de perguntas iniciais que gostaria de lhe fazer.

Além disso, tendo em conta que todo este processo coloca também em causa a reputação do Estado, tendo em conta, enfim, a forma leviana como os governantes têm gerido todo este processo, mas também a reputação da

TAP no momento difícil em que a TAP está, gostaria de saber se depois de ter sido despedida em direto, sem um processo justo onde se pudesse defender, se recebeu reações dos seus colegas de outras companhias, nomeadamente da Star Alliance ou de outras, que, tendo tomado conhecimento, tenham ficado perplexos com o que estava a acontecer e que reações foram essas.

Também quero perguntar-lhe se as informações que foram divulgadas na imprensa têm adesão à realidade ou não e que informações são essas. É que se o seu despedimento for demonstrado como tendo sido sem justa causa, poderá vir a ter direito a uma indemnização que rondará os 3 a 4 milhões de euros. Gostaria que confirmasse, ainda que não seja rigoroso o valor, se poderemos estar a falar de valores de 3 ou 4 milhões de euros que a TAP ou o Estado poderão ter de pagar como indemnização, porque isto é importante para nós avaliarmos a responsabilidade dos governantes.

A última pergunta é se no processo de privatização da TAP, que está em curso, em algum momento lhe foi dito qual é a percentagem com que o Estado pretende ficar, e, se lhe foi dito, qual é essa percentagem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor. Tem 3 minutos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, sobre a NAV, enfim, a Sr.^a Engenheira já disse aqui, por várias vezes, que acompanhou, coordenou — julgo que a palavra que utilizou foi mesmo «coordenou» — todo o processo de indemnização e também de saída de Alexandra Reis. A pergunta que lhe quero fazer sobre a NAV é se nessa coordenação toda que fez e nas articulações que foi fazendo, se existe alguma relação do acordo que foi estabelecido para a renúncia de Alexandra Reis com a TAP e a nomeação de Alexandra Reis para Presidente do Conselho de

Administração da NAV, se existe algum acordo que foi tido em consideração na altura da saída de Alexandra Reis.

Outra pergunta que gostaria de fazer é um bocadinho uma espécie de balanço, mas julgo que é muito relevante nesta audição, que é sobre alguns factos que já estão bastante clarificados. O primeiro é que o Secretário de Estado das Infraestruturas demitiu-se porque interpretou que, enfim, não atuou em conformidade, como deveria. O Ministro das Infraestruturas também se demitiu, assumindo responsabilidades, porque achou que também não tinha atuado como deveria atuar. A TAP prescindiu da colaboração da SRS Advogados, porque considerou que não esteve à altura das exigências. A Alexandra Reis, depois de conhecer o relatório da IGF, disse publicamente que entregaria a indemnização que não lhe era devida. Ora, todos estes envolvidos assumiram responsabilidades. A CEO da TAP, que esteve envolvida neste processo até à medula — permita-me a expressão porque parece muito óbvio, na sequência das audições —, não assume nenhuma responsabilidade nem tira nenhuma conclusão neste processo. Gostaria que comentasse este tema.

Outra questão que lhe queria referir tem a ver com as conversas que teve com ministros antes da suposta apresentação da conferência de imprensa da sua demissão. E a pergunta é muito clara: teve ou não teve, antes da conferência de imprensa, uma reunião com o Ministro das Infraestruturas, em que este a informou que iria ser demitida? Esta é uma pergunta muito clara. Esteve ou não esteve com o Ministro das Infraestruturas antes da conferência de imprensa em que ele informou que iria ser demitida? Gostaria que respondesse a esta pergunta.

Uma última pergunta, que tem a ver com uma matéria muito relevante que foi detetada por esta Administração, algo que já foi aqui referido pela Deputada Mariana Mortágua, com os chamados «fundos Airbus» e a compra de aviões e algumas auditorias que foram mandadas fazer por esta

Administração. A pergunta é clara: nessa operação que foi feita, da compra de 53 aviões, prescindindo de 12 outros aviões de outra A350, há, por um lado, uma penalidade se a TAP não comprar...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... não os 53, mas um dos 53 aviões — termino já, Sr. Presidente. Além disso, ficou claro que esses aviões foram comprados acima do preço de mercado. A pergunta é a seguinte: isto impacta ou não impacta com o plano de reestruturação que está em curso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, a primeira pergunta que lhe faço é se alguma vez soube de dificuldades de comunicação entre o Ministro das Infraestruturas e Habitação e o Ministro das Finanças João Leão.

Gostaria ainda que nos detalhasse mais o que é que foi o desconforto na conversa que há pouco nos disse que teve com o Ministro Pedro Nuno Santos, aquando da ida da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis para a NAV. Explícite-nos o que é que lhe disse de desconforto, das preocupações que teve e qual foi a reação do Ministro Pedro Nuno Santos.

Finalmente, gostaria de lhe perguntar se ao longo de todo este percurso de interação com as Finanças e com o Ministério das Infraestruturas, normal na sua posição e relacionamento, qual foi, quer das Finanças, quer do Dr. Miguel Cruz, a sensação com que ficou do grau de conhecimento que tinham da Eng.^a Alexandra Reis.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)* Aliás, até fui o primeiro a inscrever-me!

O Sr. **Presidente**: — Calma, Sr. Deputado. Não tinha na Mesa registo da sua inscrição, mas, como sabe, e de forma completamente transparente, todos os Deputados sabem que de acordo com o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, todos os Srs. Deputados podem fazer perguntas. Portanto, não vale a pena tanta... Mas agradeço que quando for assim, para que não haja dúvidas nenhuma, os Srs. Deputados, de forma calma, me façam chegar à Mesa a sua inscrição, porque se confiam todos na visão do Presidente, eventualmente, pode não ficar algum registado. Só dei a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz porque achei que era ele que ia encerrar a ronda. E também tinha dito que queria evitar que houvesse dois Deputados do mesmo grupo parlamentar a falar consecutivamente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E com o mesmo nome!...

O Sr. **Presidente**: — E, já agora, com o mesmo nome *(risos)*.

Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, é um gosto, faça favor. Tem 3 minutos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, antes que o tempo comece a contar, é só para dizer que quando o Sr. Presidente disse que ia terminar fui o primeiro a levantar o braço. Fui admitindo esta ronda e, quando o Deputado Paulo Moniz começou a falar, tornei a levantar o braço. Ora, à terceira vez tenho dificuldade, só por telefone!

O Sr. **Presidente**: — É erro do Presidente, Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Deputado, tem 3 minutos.

Risos.

Voz não identificada na gravação.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não, o Sr. Presidente aqui não tem regras dessas!

Risos.

Vai começar a zero ou vou começar com 1 minuto e 4 segundos?
Muito obrigado.

Boa noite, Sr.^a Engenheira. Permita-me que faça dois comentários e uma pergunta.

O primeiro comentário prende-se com o seguinte: conforme creio que é do conhecimento de V. Ex.^a, o PSD teve sempre uma posição muito crítica em relação à renacionalização da TAP, em relação à forma como os portugueses despejaram naquela companhia mais de 3000 milhões de euros. Sempre tivemos.

Nunca pensámos, contudo, que fosse tão mau. Nós vamos agora na terceira audição e à terceira audição já encontrei quase 10, 10 pessoas que mentiram, ou, para usar uma semântica que aqui adotámos ontem, «pessoas que evoluíram no pensamento».

Risos.

Sr.^a Engenheira, o Conselho Executivo mentiu à CMVM em relação à saída da Alexandra Reis. Mentiu. A Alexandra Reis permitiu uma mentira no comunicado que foi feito à CMVM, ao admitir que era uma questão pessoal quando sabia que não era. O CFO «evoluiu no pensamento» e de não saber nada até saber alguma coisa foi uma questão de 10 minutos. A IGF, a IGF, para justificar a sua não-audição, disse que tinha sido uma questão de língua! Sr.^a Engenheira, não sei como é que se chama a isto, deve ser a tal «evolução no pensamento»! O Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes mentiu tanto que teve de fazer dois depoimentos, um para corrigir o outro. O Ministro Pedro Nuno Santos também mentiu, mentiu de forma declarada. E o Ministro João Galamba já mentiu, até mentiu a mim, veja bem, ao dizer que nunca tinha sido solicitada a divulgação pública das contas, tinha sido apenas uma conversa. Está escrito que não é assim. Portanto, para começo de conversa, de facto, isto é um bocadinho assustador.

Segundo comentário, Sr.^a Engenheira. O ministro com as mais altas responsabilidades em Portugal, o Ministro das Finanças — ministro que é acusado frequentemente, nomeadamente pelo PSD, de ser o ministro «não sei, não vi», porque ele nunca sabe, nunca viu, nunca esteve lá —, a primeira vez na vida em que ele sabia e esteve lá tinha na mão o relatório da IGF. E chamou V. Ex.^a ao domingo e este ministro, segundo as suas palavras, nem sequer avisou que ia ser demitida. Nem sequer teve a frontalidade de lhe dizer, de lhe dizer olhos nos olhos, que ia ser demitida. Aliás, fez uma coisa muito mais censurável: pediu-lhe que se demitisse. Isto, na terra de onde eu venho, chama-se «covardia».

O Sr. Primeiro-Ministro, aqui há meses, disse que pretendia concluir o processo de privatização no prazo de um ano. Passado este tempo, parece-me quase evidente que isso não vai ser cumprido. A pergunta que lhe faço é esta: com base no conhecimento que tem e na experiência que tem, entende que o Governo, em primeiro lugar, está a cumprir a Lei-Quadro das

Privatizações? Em segundo lugar, até ao final do ano, o Governo vai concluir a privatização ou vai ficar mesmo para mais tarde?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Eng.^a Christine, agradecemos imenso que possa dar resposta às várias questões levantadas nestas oito intervenções que foram feitas. Tem o tempo que entender para poder partilhar connosco a sua resposta a todas estas questões.

Faça favor.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Se me permitem, há mais de oito perguntas. Começarei pela primeira, sobre o processo e os próximos passos, etc..

Penso que o plano de reestruturação está realmente em curso. Penso que este processo poderia ter um impacto, mas o futuro o dirá. Ainda não decidimos quais serão os próximos passos. A única coisa que posso dizer, para responder à sua pergunta, é que penso que sou um bode expiatório por razões políticas e este é o resumo deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é só para relembrar à Sr.^a Engenheira que fiz uma pergunta sobre a reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos, sobre o comentário da ida da Eng.^a Alexandra Reis para a NAV, e, certamente por confusão das perguntas, que foram tantas, não...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, se puder precisar sobre essa questão.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Nenhum ministro me pediu segredo, para responder à sua pergunta, sobre qualquer acontecimento que tenha ocorrido.

Quanto à sua pergunta sobre exclusividade, mais uma vez, assinei um acordo revisto por um advogado, pelo que espero que este acordo seja conforme com a lei. Se eu tiver a aprovação do governo, imagino que esteja em conformidade, mas os advogados poderiam talvez dar alguns conselhos sobre isso.

Penso que não poderia apoiar algum comentário sobre o facto de não me ter preocupado com o Estatuto do Gestor Público. O «cuidado» tem uma conotação do facto de não estar interessado e de não ter prestado atenção. Não é exatamente a situação. Eu estava ciente de alguma dimensão do Gestor Público, porque quando entrei foi-me dito que devia enviar uma lista de tudo o que tenho, em qualquer parte do mundo, para divulgar tudo. Havia algum resumo, mas talvez não o completo que teria sido talvez necessário quando quiséssemos recriar o passado. Eu estava ciente do que se aplicava a mim em algumas dimensões, mas não em todas elas. Penso que o Governo queria que a empresa, e ainda quer, seja bem gerida, para um negócio que é muito competitivo e a prova é que esta é uma história difícil, mas a forma como a empresa foi gerida tem dado resultados e, mais uma vez, esse é o principal resultado da forma como esta empresa foi gerida em 2022 e kudos também à minha tutela que nos ajudou a dar esses resultados.

Quanto à Secretária do Tesouro, quando foi nomeada, não tive nenhum contacto direto com ela, o contacto e a reunião, exceto uma vez, porque tivemos uma videochamada com a Comissão Europeia e ela participou na chamada, como era de esperar, mas ela não fez perguntas. Mas houve reuniões que tiveram lugar quando foi nomeada, mas foi exclusivamente com o Presidente por conta própria, que interessou, ou com

o CFO e o Presidente e algumas pessoas das Finanças, pelo que não a conheci pessoalmente desde o período em que foi nomeada.

Sobre a Evercore, mais uma vez, o que vos disse é que só podem olhar para o valor que estava na proposta inicial. Houve mais discussão depois disso para haver um valor competitivo, e isso foi uma recomendação da Direção para voltar atrás e renegociar, foi o que fizemos, mas o contrato e o montante final serão revelados. Tem alguns pontos, o contrato é assinado, que não é assinado hoje. A razão foi haver outra proposta em cima da mesa. Só para lembrar que a outra proposta não tinha o primeiro critério que era importante e não é apenas importante para o CEO; esta escolha não foi uma escolha do CEO. Se olharmos para as atas, é uma recomendação da Comissão Executiva porque estávamos realmente concentrados em ter quaisquer empresas que fossem absolutamente independentes de qualquer transação anterior. Porquê? É porque, com a história da TAP, pensámos que talvez fosse, se não o máximo, mas um dos principais critérios de escolha de qualquer empresa neste tipo de processo. E até agora não tenho conhecimento de qualquer pagamento à Evercore.

Sobre a questão que foi colocada, mais uma vez, sobre a ideia, etc., apenas para terminar o processo de Alexandra Reis, apenas para dizer que havia uma ideia de reorganização do Comité Executivo e que era uma proposta de mudança de organização e eu tinha esta sugestão ao ministro no dia 4 de janeiro. Foi aí que o processo começou. Estou um pouco confusa com a história das férias porque troquei mensagens com o CFO sobre as férias, mas não era para lhe perguntar das férias, era para lhe perguntar se estava ciente do processo de férias na TAP, porque descobri uma quantidade enorme de férias para Alexandra Reis e ele confirmou-me que também tinha na sua equipa pessoas com um grande número de dias de férias. Mas nunca pedimos ao CFO, penso que não, para calcular o número disto, mas fiz-lhe perguntas: «Acha que é normal? E não acha que deveríamos fazer algo

quanto a isso para nos certificarmos de que estamos a diminuir a, digamos, responsabilidade que temos?». E também não é bom que as pessoas não tirem férias em geral, mas, lembre-se, foi depois de um período muito difícil com uma organização esticada com lacunas na organização, onde algumas pessoas estavam a fazer dois ou três trabalhos ao mesmo tempo.

Fui contactada por alguns colegas após o meu despedimento? Toneladas deles, toneladas, pessoas a chorar no meu escritório, pessoas apenas a abraçar-me. Bem, só fui contactada, claro, pelas pessoas que me queriam apoiar, não fui contactada pelos outros. Mas tive muitas provas de apoio que recriaram um nível de esperança que tenho depois deste difícil acontecimento. E mesmo assim, quando estávamos nesta audição, muitas mensagens de apoio têm vindo a acontecer. Agradeço a todas as pessoas que neste momento difícil me têm apoiado e ainda me apoiam. Portanto, honestamente, até agora não fizemos qualquer cálculo. Estou surpreendida com a quantidade de dinheiro que menciona. Não me parece, acho que é um pouco exagerado. E vamos ver, mas não fizemos nenhum cálculo. Honestamente, para mim, a prioridade é garantir que a minha reputação não seja afetada por todos estes eventos que nada têm a ver com o que foi entregue numa base profissional.

Quanto à privatização, não tenho qualquer informação. Será o Governo, o acionista a decidir como querem estruturar o negócio e tenho a certeza de que anunciarão isso no momento certo.

Sobre a NAV, qualquer relação, eu não tinha conhecimento desta nomeação, pelo que não tenho nada a comentar que é a verdade sobre esse facto.

Não me sinto confortável quando se diz que não assumo qualquer responsabilidade. Porque quando se é o gestor responsável de uma frota de 98 aeronaves assume-se a responsabilidade por qualquer coisa que se faça, noite e dia, numa empresa como a TAP. E é mesmo responsável se alguma

coisa estiver a acontecer. E eu assumi esta responsabilidade com orgulho. Mas eu só assumo a responsabilidade por coisas pelas quais sou responsável. E, mais uma vez, eu não fiz nada de errado. Agi de boa-fé e tomei decisões profissionais baseadas em conselhos, com pessoas que tinham a capacidade de nos aconselhar, uma vez que foram escolhidas com o perfil certo.

Tive alguma reunião com o Ministro das Infraestruturas antes da conferência de imprensa? Sim, talvez alguns minutos de reunião, 10 minutos, 15 minutos no máximo, na manhã da conferência de imprensa. Eu pedi a reunião e ele aceitou-a. Foi uma reunião muito rápida, que resumiu a situação. Portanto, sim, fizemos um bom resultado, mas a decisão está tomada. Terá de abandonar a organização. Eu não estava, e essa é a diferença, não tinha conhecimento da Justa Causa antes da conferência de imprensa. Desmaiei literalmente quando ouvi isso nas notícias. Mas claro, como não aceitei a demissão, esperava apenas ser despedida, mas não invocando a Justa Causa.

Sobre a relação entre o MIH e o Ministro das Finanças João Leão, sinceramente não sei, porque não tinha realmente muito conhecimento do anterior Ministro das Finanças, por isso é-me difícil relacionar, e o nível de conhecimento de... sim, por isso Miguel Cruz conhecia muito bem Alexandra Reis, porque Miguel Cruz foi Secretário de Estado também durante a primeira versão, a segunda versão do plano de reestruturação. Penso que sim, ele tinha um bom conhecimento de Alexandra Reis, porque o tempo antes de eu entrar na empresa e os seis meses que estive com Alexandra Reis foi um tempo muito desafiante, por isso, tenho a certeza de que a conhecia bastante bem.

Só para recapitular. Se está a usar palavras como «mentimos» à CMVM, está a insinuar que fizemos algo intencionalmente. E essa não é a verdade. Assim, mais uma vez, todas as comunicações, o acordo foi concebido por uma estrutura de acordo que não estava a assinalar o Estatuto

de Gestor Público e estava absolutamente a considerar um acordo absolutamente normal e seguido de demissão. Simplesmente, não mentimos. Apenas dissemos o que foi feito e ninguém tinha qualquer intenção de mudar ou de dizer algo que não fosse coerente com a realidade.

No domingo respondi. Supunha que seria demitida, mas não fui informada de que seria demitida por justa causa.

A privatização até ao final do ano, tenho algumas dúvidas porque depende do que queremos dizer com privatização, o processo de privatização pode começar. Mas para qualquer processo como este, haverá necessidade da DG Comp, a aprovação da Comissão Europeia. Isto torna este processo bastante longo. Talvez pudesse ser acelerado, mas como estes processos são muito sérios, são muito pesados também na análise, por isso, desejo as maiores felicidades. A única coisa que desejo para a TAP é que seja como a TAP merece, porque a TAP é uma grande empresa com grandes funcionários. Desejo apenas o melhor para a TAP e para os seus funcionários e que este processo de privatização possa ser feito sem muito barulho, se possível, e permitindo a todas as boas pessoas da TAP entregarem o que têm feito até agora — um grande trabalho para a empresa também o é para o país.

Não foi uma reunião; foi uma mensagem que eu enviei a dizer surpresa, como uma surpresa, é isso.

Lamento, não me lembro, por isso tenho de verificar.

Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Agradeço a todos.

Quero só dizer que me parece que iremos pedir proximamente — portanto, ficamos já com essa nota — informação sobre a auditoria, aliás, suscitada nas perguntas da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua; resposta por escrito sobre a questão da existência de outro voo que tivesse sido alterado, a questão colocada pelo Senhor Deputado Bernardo Blanco, uma questão

que tem a ver com os 63 milhões e do valor que tem a ver com a questão do Brasil, parece-me que será também uma questão. Ficava já esta nota.

E queria dizer que há três pedidos de documentos que considero aprovados, se ninguém estiver em desacordo, e foram distribuídos pelos vossos *e-mails*, dos três grupos parlamentares.

Para terminar, queria agradecer em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito e penso que da Assembleia da República esta reunião, agradecer à Sr.^a Eng.^a Christine Widener, à sua equipa de advogados que aqui esteve connosco, à equipa de tradução, a todos os Srs. Deputados e assessores, à comunicação social e a todos, agradeço imenso. Foi uma reunião muito dura, muito difícil, mas acho que foi uma reunião produtiva, com bons resultados. Fica aqui o meu agradecimento e até breve.

A Sr.^a Eng.^a **Christine Ourmières-Widener**: — Obrigada.

Eram 00 horas e 1 minuto.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.